

MESTRADO DE FILOSOFIA
ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA

Trabalho, objeto ou condição?

Filipe José de Oliveira Marques Cortesão

M

2022



Filipe José de Oliveira Marques Cortesão

Trabalho, objeto ou condição?

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Filosofia – Ética e Filosofia Política,
orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Moreira da Silva Pereira.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Ano 2022

Filipe José de Oliveira Marques Cortesão

Trabalho, objeto ou condição?

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Filosofia – Ética e Filosofia Política,
orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Moreira da Silva Pereira.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

*Dedico toda a essência e clarividência,
depositadas nesta dissertação, aos meus avós
pelas suas vidas de trabalho e pelo trabalho de uma vida.*

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	III
AGRADECIMENTOS.....	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
1.INTRODUÇÃO	9
2.TRABALHO, UMA RETROSPETIVA.....	14
2.1. DEFINIÇÕES.....	14
2.2. EVOLUÇÃO DO TRABALHO	20
3.TRABALHO, OBJETO OU CONDIÇÃO?	42
3.1. OBJETO.....	44
3.2. CONDIÇÃO	55
3.3. CONCEITO	69
4.TRABALHO, UMA PROSPETIVA.....	80
4.1. ÉTICA DO TRABALHO	80
4.2. POLÍTICAS DO TRABALHO	90
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS/WEBGRAFIA	108

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que a presente dissertação de Mestrado é da minha inteira autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, julho 2022

Filipe José de Oliveira Marques Cortesão

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer é um nobre compromisso que estabelecemos com a nossa interioridade pela gratidão a um manifesto ordenamento das circunstâncias exteriores que acabam por corresponder a um genuíno alinhamento entre o motivo e a intenção.

Expressar tal conspiração na minha singela pessoa seria uma desafiadora presunção a respeito de um conhecimento que transcende as minhas humanas limitações. Contudo, medeia o bem pensar e o bem fazer, o dever de bem dizer o quanto é merecido dirigir algumas palavras aos benfeitores desta dissertação, de entre os quais me excludo pelo mero papel de executor com as facilidades de quem se deixa guiar.

O muito e o pouco que poderia aqui dizer, será necessariamente reduzido ao verdadeiramente essencial e este tem lugar precisamente no início, na minha inscrição na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e à qual direciono as primeiras simpatias, na figura do ensino superior público. A esta oferta do ensino, instituições e seus profissionais, que se soube reinventar, que soube encarar a pandemia Covid, envolvente de todo este ciclo de estudos, com dinamismo, resiliência, inovação e flexibilidade num exemplo augusto da irrefutável qualidade do nosso ensino. Neste mesmo decurso agradeço com pura sinceridade a receptividade dos Professores do mestrado de Filosofia da FLUP, a disponibilidade, a dedicação e o contínuo acompanhamento não obstante as já mencionadas circunstâncias que se fizeram impor.

Naturalmente e fundamentalmente destaco, ainda que com óbvia insuficiência semântica, a minha profunda gratidão à Professora Doutora Paula Cristina Moreira da Silva Pereira, orientadora deste trabalho, como também motivadora e instigadora de saudáveis hábitos para a intelectualidade e cultivo do conhecimento, ao incentivar-me no desenvolvimento da investigação, bem como a ajuda na (re)descoberta da importância em cogitar sobre temas prementes da atualidade e do interesse, creio eu, de todos nós.

Cada momento tem o seu ritmo, cada ritmo tem a sua vibração, e este reservou para mim a possibilidade, a obrigatoriedade de endereçar esta última nota de agradecimento aos meus avós, pelas suas vidas de trabalho absolutamente incríveis e inspiradoras, e pela forma muito particular e própria com que viveram essa relação, a vida de homens e mulheres trabalhadores e o trabalho das suas vidas.

A todos... Obrigado.

RESUMO

O *trabalho* é matéria de estudo, debate político e social de crescente importância, e cuja relevância se renova na atualidade dos tempos. A discussão sobre este tema embate sobretudo em dois polos indissociáveis, o *trabalho* objeto e o *trabalho* condição. Apresenta-se um debate indagador da perspectiva clássica em que o trabalhador é subordinado ao *trabalho*, como elemento, objeto deste, e se adensa ao longo da história da humanidade, designadamente aquando da Revolução Industrial relançando a reflexão sobre o ser humano, as suas condições de vida e de ser capacitado, numa tentativa de elevar a condição humana perante o domínio do *trabalho*.

Pretende-se, deste modo, dar luz a um caminho conciliador da relação objeto e da relação condição, compreendendo que ambos deverão concentrar-se na unidade e dar origem ao *trabalho* enquanto conceito. Pensa-se nesta conceção do *trabalho* como forma superior na qual se reúne a capacidade e as condições necessárias para oferecer ao ser humano trabalhador um patamar de reflexão política e ética capaz de potenciar a sua evolução. As dificuldades históricas e do pensamento social, em face com a evolução tecnológica, as novas tendências e formas laborais, são consideradas para o eventual descaminho que retarda a realização do trabalhador perante o *trabalho*, enquanto conceito.

Palavras-chave: Trabalho; Trabalhador; Força de trabalho; Ética do trabalho

ABSTRACT

Work is a matter of study, political and social debate of increasing importance, and whose relevance is renewed in the present times. The discussion on this topic clashes above all in two inseparable poles, the object work and the condition work. It presents an inquiring debate from the classical perspective in which the worker is subordinated to work, as an element, object of it, and it thickens throughout the history of humanity, namely during the Industrial Revolution, relaunching the reflection on the human being, its conditions of life and to be trained, in an attempt to elevate the human condition towards the domain of work.

In this way, it is intended to shed light on a path that reconciles the object relationship and the condition relationship, understanding that both should focus on unity and give rise to work as a concept. This conception of work is thought of as a superior form in which the necessary capacity and conditions are met to offer the working human being a level of political and ethical reflection capable of enhancing their evolution. The historical difficulties and social thinking, in the face of technological evolution, new trends and forms of work, are considered for the possible deviation that delays the worker's fulfillment in the face of work, as a concept.

Keywords: Work; Worker; Labour force; Ethics of work

1. INTRODUÇÃO

O *trabalho*¹ é tema que entra na agenda dos assuntos merecedores de cuidada atenção, destaque nos mais diversos tipos de conversa, programas políticos, políticas económicas, políticas sociais, bem como ponto central da existência das organizações públicas e privadas, e de incontornável orgânica da vida particular no dia-a-dia em sociedade. O *trabalho* tem vindo a ser resumido à empregabilidade, condicionando a unidade da organização social pelas suas perspetivas em aumentar o rendimento agregado por forma a alcançar melhores condições de subsistência, por sua vez almejando a vida boa. Os decisores políticos oscilam entre a maior ou menor liberalização do mercado de *trabalho*, onde a instrumentalização do trabalhador é um risco real, foi no passado e regressa ao presente pelas mãos do neoliberalismo, flexibilizando as relações laborais seja por mecanismos menos burocráticos de despedimento e contratação, seja pela valorização de contratos a termo, a pertinência dos part-time ou até mesmo a inexistência de remuneração fixa como é exemplo disso o pagamento em gorjetas e prémios. O recrutamento despersonalizado, alheado dos atributos intrínsecos a cada ser humano, focado primeiramente num catálogo de competências adquiridas, pesadas com diferentes medidas, projeta o trabalhador e o *trabalho* numa competição redutora da condição humana capaz de privilegiar mais a forma que o conteúdo. Igual destaque, pela sua atualidade, merece o *trabalho* online granjeando opiniões de diversos espectros, se por um lado pretende equilibrar a relação entre *trabalho* e lazer é menos certo de que um maior equilíbrio tenha vindo a ser alcançado, sem menosprezar o agravamento do fosso entre trabalhadores mais qualificados e os menos qualificados e o respetivo espectro profissional que cada vez mais depende da literacia tecnológica e digital, enfraquecendo a ação participativa da força de *trabalho* social. O equilíbrio entre atividade

¹ O termo *trabalho* enquanto objeto de investigação da presente dissertação é apresentado em *itálico*, possibilitando a distinção desta mesma expressão quando em referência à elaboração da própria dissertação, incluindo-se igualmente nesta exceção quando presente em citações e expressões tipo, designadamente «força de trabalho» e «mercado de trabalho».

profissional e o lazer continua ténue e de difícil acerto, facto bem espelhado na dificuldade da redução da carga horária laboral, no último século, para menos de oito horas diárias, face às conquistas alcançadas pelas lutas operárias entre o século XIX e o século XX. A volubilidade das opções político-económicas, respeitantes ao mercado de *trabalho*, têm vindo a transformar a plasticidade do *trabalho*, adotada enquanto qualidade própria das capacidades do ser humano, numa plasticidade laboral instrumental capaz de vulgarizar o trabalhador enquanto objeto.

A ductilidade que apresenta, pelas múltiplas abordagens de que é objeto, nos diferentes campos de investigação, alvo deste *trabalho*, contrasta até certo ponto, com uma aparente rigidez, quando se senta à mesa das discussões entre decisores políticos e parceiros sociais que tentam rabiscar os contornos do mercado de *trabalho*, evidência bem patente aquando da negociação dos salários mínimos, cuja relevância para a melhoria das condições de vida sendo indiscutível, encontra pressões contrárias por parte das associações de entidades empregadoras.

Adivinha-se uma volatilidade entre uma aparente orgânica e um vago conceito que parece conduzir a um impreciso entendimento no momento de abrir o debate sobre o *trabalho*. Trata-se de uma oscilação de conforto que impede um resvalo tanto para um lado, o objeto, como para o outro, a condição, conciliando de forma pouco pacífica a sua essência num conflito de significado e significância.

A pertinência deste tema impele um digno debruçar sobre a necessidade de maior reflexão e precisão no debate sobre o *trabalho*, oferecendo este estudo uma abordagem que procura expor os movimentos entre objeto e condição, ao longo da história da humanidade, da relação do trabalhador com o *trabalho* e como o caminho permanece aqui incompleto se a unidade e elevação destes, ao nível do conceito, ficar por se concretizar.

Somos assim conduzidos, no primeiro capítulo, «Trabalho, uma retrospectiva», a lançar um olhar sobre o percurso trilhado pelo *trabalho*, até ao presente, como se foi moldando e se deixou moldar, tirando proveito dos contributos de Suzana Albornoz que realiza um retrospectiva sobre a história do *trabalho*, e nos permite situar alguns dos pensadores aqui considerados pelas suas reflexões sobre o tema, bem como James Suzman, antropólogo, ao rever o posicionamento da humanidade perante o *trabalho*, ao longo da sua história, e as aprendizagens a retirar para o presente de como era realizada a gestão entre os períodos de

labor e os de tempo livre, a inflexão entre o *mindset* civilizacional de abundância e o de escassez que vivemos atualmente.

Importa ainda destacar a relevância das definições relativas à esfera do *trabalho*, propostas no Glossário de Termos Estatísticos da OIT que deixam escapar uma ambivalência oficial dos conceitos, reflexo que ganha intensidade ao se verificar o emprego dos mesmos nos debates de políticas económico-sociais. Compreender o desenvolvimento histórico do *trabalho* e como este está interrelacionado com a própria evolução da humanidade, despertando a atenção para as diferentes dinâmicas sociais na antiguidade, no seio familiar, e na relação senhor e escravo, sublinhadas por Aristóteles, o incontornável impacto da Revolução Industrial na organização social, reduzindo o ser humano a uma ferramenta e a um estado de quase sobrevivência, escrutinado por Karl Marx, e o regresso ao necessário equilíbrio pela autoridade da condição humana, lembrando as capacidades intrínsecas e imanentes que cada ser possui em si, exposto por Hannah Arendt, encerram os primeiro capítulo lançando o mote da discussão que se prolonga neste estudo.

O corpo da discussão aqui proposta, ganha particular destaque no capítulo «Trabalho, objeto ou condição?», o desequilíbrio na já de si frágil estabilidade que se deseja provocar, centra-se no segundo capítulo precisamente na moldura do *trabalho*, e essa confusão vetorial que ora o direciona como objeto, ora como condição na estreita relação com o ser humano. Primeiramente pretende-se retratar o *trabalho* enquanto objeto, pela via da instrumentalização do trabalhador, destacando-se particularmente nesta exposição Karl Marx e o contexto da Revolução Industrial, a automatização e repetição das tarefas, bem como a atomização das capacidades naturais e adquiridas do ser humano, a par com a herança clássica e os ditames da religião que acabam por subordinar a humanidade. Introduce-se paralelamente o exercício do *trabalho* enquanto condição, também enquanto oposição à sua coisificação, relevando-se neste ponto as capacidades inatas e as características intrínsecas ao homem e mulher trabalhador, como fatores que adensam a sua relação com meio que os rodeia. Possuidores de uma natureza própria, em comunhão com a própria natureza, temos particular contributo de Marx, Hannah Arendt, Marcuse e Hegel, a construção de um ser próprio que estabelece agora uma relação com aquele *trabalho* na forma de objeto e ao qual, o ser humano, pela sua condição, incrementa um fator de valor que transforma o produto do *trabalho* em algo mais que o simples objeto.

A evolução, sobretudo, do pensamento operário, pela compreensão de um necessário reconhecimento da condição humana perante o universo do *trabalho*, torna-se veículo dinamizador das classes sociais e das primeiras lutas sociais e laborais, contribuindo para uma ruptura com o anterior legado. Seguidamente, centra-se a nossa atenção na compreensão do conceito, como ele usa, se deixa usar, ou se usa mutuamente com o homem e a mulher trabalhador, e como poderá abrir portas a um patamar superior, a uma elevação da humanidade senão mesmo à sublimação do *trabalho*. O conceito surge aqui como uma forma holística do *trabalho*, onde o todo supera a soma das partes, isto é, do objeto e da condição, e de como estes enquanto conceitos polarizantes do debate permanecem umbilicalmente ligados. Pela perspectiva de Hegel, dominante neste subcapítulo, somos direcionados para a edificação de uma relação (quase) indistinta entre trabalhador e *trabalho*, a sua reconciliação, e a sua universalidade residente na organicidade comum a estes dois elementos.

Oferece-se por fim, no penúltimo capítulo uma análise ao contexto ético atual do *trabalho* e que políticas com ele se relacionam ou prometem uma nova perspectiva. Os elementos expostos anteriormente subsidiam novos vetores de reflexão para uma ética do *trabalho*, numa necessária sobreposição à ética no *trabalho*. Exigindo-se na relação laboral entre empregador e trabalhador determinados eixos de compromisso, tem-se verificado um reconhecimento mútuo de ordem desigual materializado no domínio da entidade patronal e na sua imposição de um sistema ético. Espera-se do trabalhador uma vénia perante este modelo, sem que propriamente tome participação ativa na construção deste, acabando assim por negar a dimensão humana do *trabalho*, anulando a substância ética que reside nestas duas esferas. A ética no *trabalho* tem vindo a revelar-se redutora da relação entre trabalhador e *trabalho*, fluindo predominantemente num só sentido, carecendo de contributos de parte a parte, daquela mesma convergência entre objeto e condição, de modo a formalizar um sistema superior, unificador dessas dimensões que se aparentam em oposição, elevando-se também ela a um sistema universal de uma ética do *trabalho*.

Requer-se, neste âmbito, a adoção de políticas do *trabalho* em convergência com a evolução almejada e que passem da mera especulação à efetiva realização do *trabalho* enquanto conceito. A convergência dessas duas naturezas de mesma ordem, do trabalhador e do *trabalho*, numa fórmula capaz tanto de quantificar como de qualificar essas duas dimensões, numa mesma razão de grandeza, impõe-se através de políticas económico-sociais capazes de acomodar as transformações do mercado de *trabalho*. Compreender os avanços

tecnológicos, os contributos das tecnologias da informação e concretamente o enraizamento das ferramentas digitais no trilhar da evolução social, como é exemplo a recente popularização do teletrabalho, pela sua expressão nos comportamentos, nas escolhas, nas relações sociais, na participação cívica e nos desafios laborais, é atualmente uma exigência fundamental aos decisores políticos para permitir o alinhamento das variáveis capazes de potenciar uma maior qualificação dos trabalhadores, o reconhecimento e valorização das suas capacidades naturais, o aumento dos salários, a redução da jornada de *trabalho*, o aumento da produtividade e por fim uma visível melhoria das condições de vida, no fundo o direito à vida boa.

As considerações finais reunirão uma retrospectiva vocacionada para a atualidade, para um maior entendimento do *trabalho* enquanto objeto e do *trabalho* enquanto condição, como emergem no debate social em torno das políticas para o mercado de *trabalho*, como também na conduta e relação que é estabelecida entre o indivíduo trabalhador e o *trabalho* na sua forma corporativa. A compreensão destas duas dimensões abre caminho para a classificação das mesmas enquanto partes de um todo maior, o *trabalho* enquanto conceito, onde se reúnem e cuja conciliação pode contribuir para o desenvolvimento de um mercado de *trabalho* mais eficiente, mais humano e mais universal, ao aceitar as necessidades materiais bem como as limitações naturais e o equilíbrio que daqui se deve erigir entre as capacidades e qualidades do ser humano trabalhador e a mais-valia do produto da sua atividade, capazes de encarar e incorporar a universalidade do *trabalho*.

2. TRABALHO, UMA RETROSPETIVA

Falar de *trabalho* dificilmente se distancia de qualquer reflexão sobre o desenvolvimento da humanidade, ambos se relacionando numa simbiose que já pouco permite distinguir onde começa um e termina o outro. Contudo, uma relação simbiótica compreende um movimento cíclico de correspondência entre os organismos envolvidos, num benefício mútuo, condição essa que nem sempre se verifica, ou tão pouco se tem verificado ao longo da história, entre trabalhador e *trabalho*. Habitualmente analisados a partir de pontos de vista distintos, somos levados a conceber, cremos que erradamente, tratar-se de duas formas orgânicas diferenciadas, senão mesmo opostas. Percebe-se, todavia, a existência de um campo de forças que mediante a intensidade energética proveniente de um polo ou de outro sugerem movimentos de atração e repulsa de dois corpos que coabitam e se correspondem num mesmo universo. Merece atenção a densidade deste espaço gravítico enquanto objeto dos diálogos e debates em torno do *trabalho* e do trabalhador, não como unidades distintas mas sim como um uno, onde as forças que os une apontam mais veemente numa direção que os vetores que os separam.

Se importa destacar os principais entendimentos e fundamentos da evolução do *trabalho*, desde os seus princípios até à modernidade, devendo-nos a tal obrigar, importa ainda que sigam na bagagem as definições vigentes que invadem o nosso glossário sobre o tema, e como elas aglutinam em fórmula mais ou menos concentrada o legado dos tempos.

2.1. DEFINIÇÕES

A versatilidade com que se aborda o tema do *trabalho*, e também este se permite a ser abordado, deixa-nos um largo horizonte na tentativa da sua significação, «na aceção ampla e universal, entendemos por trabalho qualquer atividade, pela qual as faculdades do homem, deixando a inércia, passam da causalidade potencial à causalidade atual (...) O trabalho em sentido próprio é uma atividade transitória, em sentido analógico pode ser uma atividade imanente»², patenteando nas diversas tentativas o seu carácter multifacetado conforme Leão XIII, fundamenta essa mesma propriedade, ao afirmar que «o trabalho recebeu da natureza

² Bruculeri, Angelo S.J., *O trabalho*, Livraria Apostolado da Imprensa, Porto, 1959, p. 8

um duplo cunho: é pessoal, porque a força ativa é inerente à pessoa, que a recebeu e que tem a propriedade e o exercício dela para sua utilidade; é necessário, porque o homem tem nele um princípio de existência, que deve conservar por imperativo irrefragável da natureza»³. Com efeito, desde logo, aqui, parece se revelar a caprichosa natureza do *trabalho* igualmente expressa na polissemia da semântica que o termo oferece desde a antiguidade:

O grego tem uma palavra para fabricação e outra para esforço, oposto a ócio; por outro lado, também apresenta pena, que é próxima da fadiga. O latim distingue entre *laborare*, a ação de *labor*, e *operare*, o verbo que corresponde a *opus*, obra. [Também se distinguindo no inglês e no alemão onde] *work*, como *werk*, contém a ativa criação da obra, enquanto em *labour* e *Arbeit* se acentuam os conteúdos de esforço e cansaço.⁴

A língua portuguesa embora mais modesta na distinção entre *labor* e *trabalho*, sendo possível reunir ambos os significados nesta última, «a de realizar uma obra que te expresse, que dê reconhecimento social e permaneça além da tua vida; e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável»⁵, surpreende por outro lado quando se aprofunda a origem da palavra do latim:

(...) *tripalium* embora outras hipóteses a associem a *trabaculum*. *Tripalium* era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, com o qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho para rasgá-los e esfiapá-los. A maioria dos dicionários, contudo, regista *tripalium* apenas como instrumento de tortura, o que teria sido originalmente ou se tornado depois. A *tripalium* se liga o verbo do latim vulgar *tripaliare*, que significa justamente torturar.⁶

No contexto histórico enquadra-se com a evolução da atividade humana, designadamente com a «passagem pré-histórica da cultura da caça e da pesca para a cultura agrária baseada na criação de animais e no plantio»⁷, transição essa que se reflete no exemplo da palavra alemã *Arbeit* que «deriva do latim *arvum*, que quer dizer terreno arável»⁸, traduzindo, por sua vez, chegado ao dia de hoje, «a passagem moderna da cultura agrária para

³ Bruculeri, Angelo S.J., «*O trabalho...*», op. cit., pp. 8 - 9

⁴ Albornoz, Suzana, *O que é Trabalho*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1986, p. 8

⁵ Idem, ibidem, p. 9

⁶ Idem, ibidem, p. 10

⁷ Idem, ibidem, p. 14

⁸ Idem, ibidem, p. 14

a industrial»⁹, descrevendo ainda «todas as transferências de energia, das que ocorrem a uma escala celeste, quando se formam estrelas e galáxias»¹⁰.

Importante contributo, onde a dificuldade de definição conceptual é evidenciada e desenvolvida com maior detalhe, encontramos em «A Condição Humana»¹¹ de Hannah Arendt, a autora apresenta o *trabalho*¹² como «tudo quanto é necessário para manter o próprio processo biológico (...) A condição humana do trabalho é a própria Vida»¹³, distinguindo de obra enquanto «atividade correspondente à não-naturalidade (*unnaturalness*) da existência humana (...) a obra proporciona um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. A condição humana da obra é a mundanidade (*worldliness*)»¹⁴, concluindo esta distinção ao inferir o conceito de ação como sendo «a única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo»¹⁵ residindo aqui, em torno da ação, a questão central da sua reflexão quanto à condição humana.

O recurso ao termo *trabalho*, e seu recorrente emprego com enquadramentos diversos, desde a relação jurídica entre empregado e empregador, ao trabalhador e entidade patronal, entre atividade que envolve esforço físico e atividade que envolve esforço intelectual, é fruto de uma eventual dificuldade na sua definição, como tal na sua compreensão.

⁹ Alborno, Suzana, «O que é...», op. cit., p. 14

¹⁰ Suzman, James, *Trabalho, uma história de como utilizamos o nosso tempo*, Saída de Emergência, Porto Salvo, 2021, p. 31

¹¹ Arendt, Hannah, *A Condição Humana*, Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2020, encontramos na página 8, na nota à revisão técnica um esclarecimento quanto ao emprego da terminologia labor e trabalho, na edição apresentada, onde se destaca que « a principal intervenção consistiu na alteração da tradução dos termos *labor* e *work*, traduzidos anteriormente por labor e trabalho e vertidos na presente edição como trabalho e obra – consoante as traduções italiana (lavoro, opera) e francesa (*travail, oeuvre*) e distintamente da tradução espanhola (*labor, trabajo*)».

¹² Hannah Arendt justifica as oscilações no recurso à terminologia *labor* e *work*, labor e trabalho, e sua afinidade semântica, com as influências linguísticas europeias, ao referir na nota 39 da secção 6, do capítulo II, apontando que «todas as palavras europeias para “trabalho” – o latim e o inglês *labor*, o grego *ponos*, o francês *travail*, o alemão *Arbeit* – significam dor e esforço e são usadas também para as dores do parto. *Labor* tem a mesma raiz etimológica que *labare* (“cambaleiar sob uma carga”); *ponos* e *Arbeit* têm as mesmas raízes etimológicas que “pobreza” (*penia* em grego e *Armut* em alemão)».

¹³ Arendt, Hannah, «A Condição...», op. cit., p. 67

¹⁴ Idem, *ibidem*

¹⁵ Idem, *ibidem*

A importância que a apreensão da dor comporta, pelas ciências da vida, ao ponto de ter sido fundado o IASP (*International Association for the Study of Pain*), e a sua definição partir dos contributos de um grupo multidisciplinar, resultando daqui as linhas orientadoras do conceito cuja base serve a pesquisa, a educação, as políticas e terapêuticas protocoladas, pode levar-nos a questionar, analogamente, como é abordado e desenhado o conceito de *trabalho* tomando como referência, para esta matéria, a ILO (*International Labour Organization*), precisamente a agência multilateral da ONU especializada nas questões do *trabalho*.

Sendo possível, entre diversos debates, discursos, assim como trabalhos académicos, encontrar emprego e *trabalho*, empregado e trabalhador, numa mesma construção frásica, em relação sinonímica, torna-se imperativo chamar a este estudo as definições adotadas pela ILO de acordo com a resolução aprovada pela 19ª *International Conference of Labour Statisticians*. Propiciando maior clarividência sobre o véu que aqui se levanta, direcionando uma luz crítica à descrição dos termos, conforme o referido glossário, encontramos no respeitante a emprego:

As pessoas empregadas são definidas como todas as pessoas em idade ativa que, durante um curto período de referência, exerceram qualquer atividade para produzir bens ou prestar serviços com remuneração ou lucro. Incluem pessoas empregadas "no trabalho", ou seja, que trabalharam num emprego por pelo menos uma hora; e pessoas assalariadas "fora do trabalho" devido à ausência temporária de um emprego ou a acordos de horário de trabalho (como trabalho por turnos, horário flexível e licença compensatória por horas extras).¹⁶

Sendo excluídas desta composição as seguintes formas:

- (a) aprendizes, estagiários e estagiários que trabalhem sem remuneração em dinheiro ou em espécie;
- (b) participantes em programas de formação ou reciclagem de competências no âmbito de programas de promoção do emprego, quando não envolvidos no processo produtivo de uma unidade económica;

¹⁶ ICLS, *Resolution I: Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization*, International Labour Office, 2013, pp. 6 – 7; Disponível em: < http://www.ilo.ch/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_230304.pdf >

- (c) pessoas que são obrigadas a realizar trabalho como condição para continuar a receber um benefício social do governo, como seguro-desemprego;
- (d) pessoas que recebam transferências, em dinheiro ou em espécie, não relacionadas ao emprego;
- (e) pessoas com empregos sazonais durante a entressafra, se deixarem de desempenhar as tarefas e deveres do trabalho;
- (f) as pessoas que conservam o direito de regressar à mesma unidade económica, mas que se ausentaram por motivos especificados na alínea c) do n.º 29, quando a duração total da ausência exceder o limiar especificado e/ou se o teste de receção da remuneração não é cumprido. Para fins analíticos, pode ser útil coletar informações sobre a duração total da ausência, motivo da ausência, benefícios recebidos, etc.;
- (g) pessoas em lay-off por tempo indeterminado que não tenham garantia de regresso ao emprego na mesma unidade económica.¹⁷

Destaca-se neste conteúdo uma tónica assente numa relação contratual, obedecendo a um período ou horário estipulado, com vista à produção de bens e serviços tendo como contrapartida o recebimento de remuneração ou lucro, isto é, perante uma subordinação a um determinado interesse económico.

Por seu turno, a similaridade redundante no termo *trabalho* (em inglês, *work*), no mesmo documento, proporciona-nos na versão resumida a seguinte definição:

O trabalho compreende qualquer atividade realizada por pessoas de qualquer sexo e idade para produzir bens ou prestar serviços para uso de terceiros ou para uso próprio.

- O trabalho é definido independentemente do seu carácter formal ou informal ou da legalidade da atividade.
- O trabalho exclui atividades que não envolvam a produção de bens ou serviços (por exemplo, mendicância e roubo), autocuidado (por exemplo, higiene pessoal e higiene) e atividades que não podem ser realizadas por outra pessoa em seu próprio nome (por exemplo, dormir, aprender e atividades para própria recreação).
- O conceito de trabalho está alinhado com o limite geral de produção definido no Sistema de Contas Nacionais 2008 (SCN 2008) e seu conceito de unidade económica que distingue entre:
 - Unidades de mercado (ou seja, corporações, quase-sociedades e empresas domésticas não incorporadas do mercado);

¹⁷ ICLS, «*Resolution I: Resolution concerning...*», op. cit., p. 7; Disponível em: < http://www.ilo.ch/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_230304.pdf >

- Unidades não mercantis (ou seja, instituições governamentais e sem fins lucrativos ao serviço das famílias); e
- Famílias que produzem bens ou serviços para uso final próprio.
- O trabalho pode ser realizado em qualquer tipo de unidade.¹⁸

A relação de produção, na descrição do termo *trabalho*, é incorporada em dimensão semelhante àquela presente no emprego, tornando ténues as linhas que distinguem ambos, observando-se uma agravante conceptual relativamente ao *trabalho*, reduzindo o universo deste a um cosmos mais estrito, cujas fronteiras se situam no carácter económico das atividades produtivas e da normalização contabilística introduzida pelo Sistema de Contas Nacionais de 2008 (SCN 2008). Levantam-se, aparentemente, algumas incompatibilidades, talvez mesmo conceptualizações paradoxais na exigida condição económica transversal a ambos os termos, sendo possível, no entanto, excluir determinadas atividades do âmbito do emprego que se prolongam no domínio do *trabalho*, onde as fronteiras perdem soberania para dois universos que se envolvem e rejeitam num anunciado conflito de soberania oficiosa.

A percepção que vem sendo construída, até aqui, provocada em parte pela meditação que se evoca em torno da problemática, desperta nova atenção sobre as definições de empregado e trabalhador. Curiosamente, encandeia-se certa inquietude quando percebemos que trabalhador não consta como conceito do Glossário de Termos Estatísticos da ILO, apesar das espontâneas referências, assim como ao encontrarmos desempregado, podemos legitimamente questionar por qualquer referência a não-trabalhador e não-*trabalho*. Somos deste modo conduzidos ao termo força de trabalho, onde temos:

A força de trabalho compreende todas as pessoas em idade ativa que fornecem mão de obra para a produção de bens e serviços durante um período de referência temporal especificado. Refere-se à soma de todas as pessoas em idade ativa que estão empregadas e aquelas que estão desempregadas.¹⁹

Paralelamente em análise, colidindo com a descrição de empregados:

São empregados todos os trabalhadores que exercem funções remuneradas, que são aquelas em que os titulares têm contratos de trabalho, que lhes conferem uma

¹⁸ ICLS, «*Resolution I: Resolution concerning...*», op. cit., pp. 2 - 3; Disponível em: <http://www.ilo.ch/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_230304.pdf>

¹⁹ Idem, ibidem, p. 11

remuneração base não diretamente dependente da receita da unidade para a qual trabalham.²⁰

Emana da força de trabalho uma certa condição limitada por relações económicas, mas que se estende para além destas, pela possibilidade de reunir em si pessoas empregadas e desempregadas, todavia circunscrita no tempo, assumindo-se por empregados uma forma de objeto do *trabalho*, porém, igualmente dependente do trâmite económico necessário à sua emergência.

Há um espírito adormecido, a necessitar ser libertado, agrilhado por aceções materiais, professadas pelos rituais económicos e praticadas pelos parceiros contratuais.

2.2. EVOLUÇÃO DO TRABALHO

Almejar esgrimir argumentos sobre o *trabalho*, em qualquer de suas facetas, deve obedecer numa primeira investidura à análise do seu enquadramento histórico e como o atravessar dos tempos contribuiu para a sua evolução. Sem necessariamente esgotar as energias reservadas para o debate seguinte, e ponto fundamental da discussão oferecida, é sem pretensa alguma de narrar a sua historicidade que se expõem alguns traços gerais, embora de particular interesse para esta pesquisa, sobre os pontos a reter relativamente ao *trabalho* na abordagem aqui proposta.

Trabalho e ser humano, como dois hemisférios, indistintamente separáveis, parecem desde há muito caminhar a par, nem sempre lado a lado, num descompasso de acerto ínfimo, relacionam-se e interrelacionam-se, uma imanência exclusiva, de sensível perceção, onde «para muitos, o que distingue o *trabalho* humano do dos outros animais é que neste há consciência e intencionalidade enquanto os animais trabalham por instinto, programados, sem consciência»²¹. Facto que igualmente tem vindo a ser assumido prende-se com as reservas de energia necessárias à sobrevivência do ser humano, cujo acesso ocorre por intermédio do *trabalho*, motivo pelo qual:

²⁰ ILO, *Glossary of Statistical Terms*, Disponível em: < <https://ilostat.ilo.org/resources/concepts-and-definitions/glossary/> >

²¹ Albornoz, Suzana, «*O que é...*», op. cit., p. 12

Os *Homo Sapiens* são de longe os fazedores e empregadores de utensílios mais prolíficos, especializados e versáteis na história da vida (...). A maior parte da energia que os humanos capturam agora, acima daquela que empregamos para sustentar o nosso corpo e nos reproduzimos, é gasta no emprego de utensílios para modificar e transformar o mundo que nos rodeia.²²

Fenómenos de impacto conhecido, vêm revelando uma importância crescente no desenvolvimento da humanidade, reunindo-se opiniões convergentes quanto ao domínio do fogo que veio permitir ao ser humano «ganhar mais tempo livre da procura de alimento, um meio de se manterem quentes ao frio, e a capacidade de ampliar grandemente a alimentação, promovendo assim o crescimento de cérebros ainda mais sedentos de energia e mais trabalhadores»²³, ao qual se veio aliar o consenso relativo ao «armazenamento regular de alimentos e experiências de cultivo, transformando assim a relação entre si, com o ambiente, com a escassez e com o trabalho»²⁴. Contributos da equipa de Klaus Schmidt ao escavar a colina de Göbleki Tepe, destacados por Suzman, revelaram que «a dinâmica histórica entre agricultura, cultura e trabalho era muitíssimo mais complexa, e mais interessante, do que jamais se imaginara»²⁵, com efeito os primeiros aglomerados populacionais permitiram que «certas sociedades agrícolas começassem a gerar excedentes alimentares suficientes para sustentar grandes populações urbanas»²⁶ contribuindo, bem mais tarde, para «o aparecimento de fábricas e centrais termoelétricas a deitar fumo de altos-fornos, consoante as populações das Europa Ocidental recorriam a antigos armazéns de energia em combustíveis fósseis, e os transformavam numa prosperidade material até então inconcebível»²⁷.

O antropólogo James Suzman permite-nos resumir estas evidências ao apontar dois percursos de relevo na história da nossa relação com o *trabalho*, o primeiro onde «o trabalho é, fundamentalmente, uma transação energética (...). Apenas as coisas vivas procuram e capturam ativamente energia, especificamente para viverem, crescerem e se reproduzirem»²⁸

²² Suzman, James, «*Trabalho, uma história...*», op. cit., p. 59

²³ Idem, *ibidem*, p. 20

²⁴ Idem, *ibidem*

²⁵ Suzman, James, «*Trabalho, uma história...*», op. cit., p. 157

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 20

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 21

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 19

e em segundo «a viagem humana cultural e evolucionária»²⁹, ao longo dos quais irromperam contributos históricos decisivos, além do «domínio inicial do fogo, se verificaram dois processos a ampliar acentuadamente as taxas de captura de energia. O mais recente foi a exploração intensiva dos combustíveis fósseis associados à Revolução Industrial. Contudo, em termos de trabalho, a revolução energética mais importante foi a agricultura»³⁰, revolução essa que ficará por aprofundar aqui e cujo efeito «reformulou a relação que a nossa espécie tem com a escassez, dando assim lugar ao “problema económico”»³¹, a ser sucintamente retomado adiante.

O cordão umbilical que une o homem e a mulher com o *trabalho* assume-se mais forte do que as polaridades que o tentam romper, «o trabalho do homem [e da mulher] aparece cada vez mais nítido quanto mais clara for a intenção e a direção do seu esforço»³², afirmando-se aqui um «carácter eminentemente social»³³, razão que Angelo Brucculeri defende ao considerar que «o trabalho sendo essencialmente pessoal leva o cunho próprio da pessoa que é a sociabilidade»³⁴, por seu lado acrescenta que é social «pelas suas profundas e decisivas influências sobre o bem-estar coletivo e o progresso da civilização»³⁵ concluindo como corolário que «a atividade produtiva não pode, de facto, ter eficácia sem a pré-estabelecida convergência ou cooperação organizada dos esforços de muitos num mesmo produto integral»³⁶, relevando-se nesta missiva que «o trabalho desempenha um papel importante na constituição de nossa identidade e na determinação do nosso lugar na sociedade»³⁷.

A consciência sobre a importância premente da gestão da energia humana, naturalmente imposta, veio aliar-se a uma limitação artificial, resultante da transição para as sociedades agrárias, a escassez. O dito problema económico, foi inculcado nas profundezas das crenças sociais a ponto de se tornar uma condição de existência omnipresente, em cena, mas sem papel principal, deixando-se camuflar nos vícios erigidos pelo *sprint* dos séculos naquela que é a maratona da vida, vingando deste modo «a ideia de que temos desejos

²⁹ Suzman, James, «*Trabalho, uma história...*», op. cit., p. 19

³⁰ Idem, ibidem, p. 167

³¹ Idem, ibidem, p. 172

³² Albornoz, Suzana, «*O que é...*», op. cit., p. 11

³³ Brucculeri, Angelo S.J., «*O trabalho*», op. cit., p. 32

³⁴ Idem, ibidem

³⁵ Idem, ibidem

³⁶ Idem, ibidem

³⁷ Lacroix, André, «La dimension éthique del'organisation du travail», *Éthique publique*, vol. 11, n° 2, 2009, pp. 139-146, p. 139

infinitos mas que todos os recursos são limitados [que] está no cerne da definição de economia, o estudo da distribuição dos recursos escassos para suprir necessidades e desejos»³⁸. Na investigação e conhecimento que se vem aprofundando quanto aos hábitos das comunidades caçadoras-recolectoras, como testemunho fóssil daqueles que seriam os hábitos pré-agrícolas, designadamente no paleolítico, poderão estar espelhados no estudo dos Ju/'Hoansis que «não viviam constantemente à beira da privação»³⁹, o acompanhamento das suas rotinas veio a demonstrar que «tinham boa nutrição; viviam mais do que as pessoas na maioria das sociedades agrárias; raramente trabalhavam mais do que quinze horas por semana, e passavam a maior parte do tempo em repouso e lazer»⁴⁰ sendo que tal se mostrava possível devido ao facto de que além de «não armazenarem regularmente alimento, pouco se importavam com a acumulação de riqueza ou posição, e trabalhavam quase exclusivamente para suprir necessidades materiais de curto prazo»⁴¹, atitude essa que resultava em virtude de «a sua vida económica organizar-se em torno da presunção de abundância e não da preocupação com a escassez»⁴². Estes caçadores-recolectores tomavam vantagem perante a rigidez produtiva da lavoura dado «desfrutarem imediatamente da recompensa da sua labuta, sob forma de refeição e do prazer de alimentar os outros»⁴³ ao qual acrescia que «embora nem sempre houvesse abundância de alimento para os recolectores, abundava tempo, e o seu valor nunca era contabilizado no vernáculo granular da escassez»⁴⁴. Benjamim Franklin observou igualmente, nas negociações com os nativos da Confederação Iroquesa, estes lhe terem afirmado que «a nossa maneira laboriosa de viver... consideram-na servil e abjeta»⁴⁵ forçando a ideia de que «enquanto ele e colonos congéneres eram reféns de “infinitas vontades artificiais” (...) os índios tinham “poucos... desejos”, todos facilmente realizados com “as produções espontâneas da natureza junto com muito pouco trabalho, se é que a caça e a pesca se podem considerar trabalho havendo tal fartura”»⁴⁶. A abundância redundada em

³⁸ Suzman, James, «*Trabalho, uma história...*», op. cit., p. 15

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 16

⁴⁰ Idem, *ibidem*

⁴¹ Idem, *ibidem*

⁴² Idem, *ibidem*

⁴³ Idem, *ibidem*, pp. 180-181

⁴⁴ Idem, *ibidem*

⁴⁵ B. Franklin apud idem, *ibidem*, p. 189

⁴⁶ Idem, *ibidem*

acumulação propiciada pela revolução agrícola, e com ela a sujeição aos ditames da escassez, orquestrados pelas vontades da natureza, fermentaram gradualmente nas:

Sociedades agrárias sofisticadas que se espalharam pela África Austral, Central e Oriental no segundo milénio mas que, historicamente, não usaram dinheiro, não se agregaram em grandes cidades, nem deram importância a trocas e permutas. Davam importância à riqueza, influência e poder, e mediam o estatuto social pelos números e qualidade do gado que possuíam, e o número de esposas que tinham.⁴⁷

A passagem à produção alimentar expressa assim a ignição de diversas mudanças ao «transformar a vida das pessoas, o que pensavam do mundo, como trabalhavam e aumentou rapidamente a quantidade de energia que as pessoas podiam capturar e pôr a trabalhar»⁴⁸.

A replicação dos feitos da natureza pelo ser humano, é preâmbulo da mudança de perspectiva no jogo do domínio e subjugação entre ambos, rompendo com o este paradigma, «a revolução agrária permitiu não só o rápido crescimento da população humana, mas também transformou fundamentalmente a relação das pessoas com o mundo circundante: o seu lugar no cosmos e a sua relação com os deuses, com a terra, com o ambiente e entre si»⁴⁹, mote que vai nutrir o pensamento na antiguidade clássica, merecendo destaque entre os filósofos da Grécia antiga.

A comunhão entre a atividade humana e a natureza que começa a ganhar raízes faz com que «o que dá ao trabalho da terra aquele seu valor e prestígio originais é que para os gregos ele estabelece um elo com a divindade»⁵⁰, uma vez que para estes «o trabalho na lavoura, incluindo o esforço físico e a vida ao ar livre, goza na antiguidade grega de prestígio e imagem semelhantes aos da atividade do guerreiro»⁵¹, contudo é também no «período helenístico que passa a ser realizado por escravos, não mais pelos proprietários»⁵², dado que segundo Paul Lafargue «os Gregos da grande época também só tinham desprezo pelo trabalho: só aos escravos era permitido trabalhar, o homem livre só conhecia os exercícios físicos e os jogos da inteligência»⁵³. O desequilíbrio que daqui emerge assume importante

⁴⁷ Suzman, James, «Trabalho, uma história...», op. cit., p. 194

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 142

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 141

⁵⁰ Albornoz, Suzana, «O que é...», op. cit., p. 44

⁵¹ Idem, ibidem

⁵² Idem, ibidem

⁵³ Lafargue, Paul, *Direito à Preguiça*, p. 2; Disponível em: < <https://docero.com.br/doc/ecx0v8e> >

destaque e debate, enquanto questão central, até à modernidade, granjeando desde logo as reflexões de Aristóteles que começa por determinar que «pertence também ao desígnio da natureza que comande quem pode, por sua inteligência, tudo prover e, pelo contrário, que obedeça quem não possa contribuir para a prosperidade comum a não ser pelo trabalho de seu corpo»⁵⁴. A escravidão dá os primeiros passos pela voz do filósofo para quem «é uma exigência natural, como a família, como a propriedade particular. O escravo é uma propriedade como qualquer outra, com a única diferença que é uma propriedade animada»⁵⁵, tornando manifesto pelo seu discurso que:

Em toda a parte onde se observa a mesma distância que há entre a alma e o corpo, entre o homem e o animal, existem as mesmas relações; isto é, todos os que não têm nada melhor para nos oferecer do que o uso de seus corpos e de seus membros são condenados pela natureza à escravidão. Para eles, é melhor servirem do que serem entregues a si mesmos. Numa palavra, é naturalmente escravo aquele que tem tão pouca alma e poucos meios que resolve depender de outrem.⁵⁶

Nesta sua certeza, reflexão que marcou uma época, era evidente que Aristóteles «acreditava que a escravatura era um estado natural e que, embora certos homens e mulheres fossem escravizados legalmente por má fortuna, outros havia que, especialmente os trabalhadores braçais, eram “escravos por natureza”»⁵⁷ servindo as repercussões ao longo dos tempos, deste pensamento, «para nos lembrar a maneira como os povos em todas as sociedades insistem que as suas normas e instituições socioeconómicas, não raro tremendamente diferentes, refletem a natureza»⁵⁸. Nesta linha foi possível, mais recentemente, concluir por Orlando Patterson que:

Ser escravizado era sobretudo uma forma de “morte social”, e salientou que, em todas as instâncias, independentemente das obrigações cumpridas, os escravos distinguiram-se de outras classes sociais marginalizadas ou exploradas porque não podiam apelar para as normas sociais que regiam o comportamento entre homens livres (...).⁵⁹

⁵⁴ Aristóteles, *Política*, p. 9; Disponível em: <
http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_aristoteles_a_politica.pdf >

⁵⁵ Brucculeri, Angelo S.J., «*O trabalho*», op. cit., p. 11

⁵⁶ Aristóteles, «*Política*», op. cit., p. 15 - 16

⁵⁷ Suzman, James, «*Trabalho, uma história...*», op. cit., p. 208

⁵⁸ Idem, *ibidem*

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 209

O *trabalho* físico, braçal, que dominava na época distanciava-se da atividade humana enquanto *praxis*, «aquela atividade dos cidadãos para resolverem os assuntos comuns da cidade, na qual não há um produto material visível, então a atividade é livre, no sentido grego»⁶⁰, Hannah Arendt adianta a este propósito:

Os antigos raciocinavam de modo contrário: achavam necessário ter escravos em virtude da natureza servil de todas as ocupações que fornecessem o necessário para a manutenção da vida. Era precisamente com base nisso que a instituição da escravidão era defendida e justificada. Trabalhar significava ser escravizado pela necessidade, e essa escravização era inerente às condições da vida humana. Pelo fato de serem dominados pelas necessidades da vida, os homens só podiam conquistar a liberdade dominando outros que eles, à força, sujeitavam à necessidade.⁶¹

A concepção da antiguidade veio forjar, pelas forças culturais que se disseminaram sobretudo pela Europa, e posteriormente pelos restantes continentes, a (pré)conceptualização social moderna sobre o *trabalho*, ao percebermos que «a vida contemplativa parece para a tradição grega ocupar um lugar superior a qualquer plano da vida ativa, esta, por sua vez, apresenta vários níveis de nobreza ou liberdade, e essa avaliação perpassa ainda os nossos modos de julgar a atividade humana, mesmo que de forma inconsciente, tácita ou sub-reptícia»⁶², permitindo espaço para se fundir a condição de ser escravo, enquanto dominado, perante o *trabalho*, com o escravo, enquanto necessário, objeto de *trabalho*. Aristóteles promove, neste sentido, uma distinção entre dois tipos de instrumentos «(...) uns inanimados, outros animados. Assim é que, para a navegação, o leme é o instrumento inanimado e o piloto, o instrumento animado. Em todas as artes, o trabalhador é uma espécie de instrumento»⁶³, entendimento que parece fazer eco, séculos mais tarde, em Adam Smith para quem «o trabalho, é uma relação peculiar entre os homens e os objetos, na qual se unem o subjetivo e o objetivo, o particular e o geral, através do instrumento, a ferramenta. Esta é subjetiva na medida em que o trabalhador a utiliza e a preparou. E é objetiva por estar objetivamente orientada em relação ao objeto do trabalho»⁶⁴, devendo-se para aqui resgatar, o reagente operante no espaço temporal que medeia ambos

⁶⁰ Albornoz, Suzana, «*O que é...*», op. cit., p. 46

⁶¹ Arendt, Hannah, *A Condição Humana*, Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2020, p. 139

⁶² Albornoz, Suzana, «*O que é...*», op. cit., p. 47

⁶³ Aristóteles, «*Política*», op. cit., p. 13

⁶⁴ Albornoz, Suzana, «*O que é...*», op. cit., p. 62

os pensadores, referimo-nos às «artes da violência, da guerra, da pirataria, e, finalmente, do governo absoluto, que colocaram os vencidos a serviço dos vencedores, e com isso mantiveram a necessidade em suspenso durante o mais longo período de que se tem registo na história»⁶⁵, reservando ao escravo, nesta delonga, a possibilidade apenas de se «elevar à consciência de sua liberdade, mas não à realização de sua liberdade possível; só se libertando idealmente, no plano da consciência»⁶⁶.

A panorâmica traçada, permite identificar marcos civilizacionais, cimentados na argamassa intelectual que acabaram por se estabelecer como batimétricas das camadas que se foram sobrepondo de aceitação, socialização e escrutínio da relação entre a humanidade e o *trabalho*, onde «as experiências escravagistas, por exemplo, que ocorreram em diferentes localidades do planeta e em variados momentos da história, alteraram a relação direta dos indivíduos com os meios de produção e o produto do trabalho»⁶⁷ aliando-se aqui, também, a atividade do artesão, com efeito, «antigamente⁶⁸, entre alguns povos, o artesão e o operário estavam no mesmo pé que o escravo e o estrangeiro»⁶⁹, um servidor portanto, e assim representando «o papel de mero instrumento destinado a satisfazer as diferentes necessidades do usuário»⁷⁰. A diferença que apesar de tudo permanecia entre a atividade agrícola e artífice, foi-se espelhando de modo diferente com a chegada do Império Romano, pois se «até à Revolução Industrial, mesmo nas civilizações agrárias mais produtivas e sofisticadas, como a Roma antiga, quatro em cinco pessoas ainda viviam no campo e trabalhavam a terra»⁷¹, seria precisamente «aquela pessoa em cinco que vivia na cidade, nas economias agrárias antigas e mais produtivas, a pioneira de toda uma nova maneira de trabalhar»⁷². O detalhe estrutural entre ambas as atividades produtivas, ganhava agora particular relevo a ponto de «em Roma, tal como em muitas outras cidades, com o tempo as

⁶⁵ Arendt, Hannah, «A Condição...», op. cit., p. 174

⁶⁶ Albornoz, Suzana, «O que é...», op. cit., p. 66

⁶⁷ Catelli Jr., Roberto, et al., *Ética, Política e Trabalho*, AJS, São Paulo, 2020, p. 114

⁶⁸ Aristóteles, «*Política*», op. cit., pp. 189-190 – Aristóteles faz referência a alguns exemplos, na antiguidade, do entendimento dos artesãos na condição de escravo, considerando o caso da Constituição de Faléias da Calcedónia onde «põe os artesãos no grupo dos escravos públicos» e a Constituição de Hipódamo de Mileto que considera «os artesãos, os lavradores e os militares parecem todos participar do governo; os lavradores, no entanto, não possuem armas; os artesãos, nem armas nem terras; tornar-se-ão, por conseguinte, como que escravos dos homens armados».

⁶⁹ Aristóteles, «*Política*», op. cit., p. 34

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 46

⁷¹ Suzman, James, «*Trabalho, uma história...*», op. cit., p. 222

⁷² Idem, *ibidem*

peças envolvidas em ofícios congêneres convergiam em microcomunidades multigeracionais cujos filhos brincavam juntos e se casavam, e que partilhavam práticas religiosas, valores e estatuto social»⁷³, uma nova moldura social brotava daqui, «com o estabelecimento das sociedades urbanas, as profissões fundiram-se ainda mais com uma identidade social, política, e até religiosa»⁷⁴. Estavam estas comunidades, segregadas entre si segundo suas ocupações, na «base dos *collegia* de artífices que, além de ajudarem a proteger operários em ofícios fulcrais de serem marginalizados por escravos, davam aos indivíduos um sentido de comunidade, identidade cívica e pertença»⁷⁵ tomando esta nova organização da sociedade particular evidência na Índia, «onde os ofícios individuais acabaram por ser inseparáveis do rígido sistema de castas que preconizava onde e entre quem viver, como prestar culto, que tratamento receber dos outros, e quais as futuras profissões dos filhos»⁷⁶ e assim, pela história da economia, ganha rosto o *trabalho* que:

Se desenvolve sempre nos quadros sociais; desde a família, que é a primeira expressão da solidariedade económica até à floração de agrupamentos que excedem a família e se prolongam na tribo, na aldeia, na região, na nação e mais além ainda sob o impulso do interesse. Corporações, sindicatos, companhias e grande número de associações exprimem a força unificadora do trabalho.⁷⁷

É também pela Roma antiga, fruto do contexto social da época, que nela tem origem a denominação proletariado, provindo etimologicamente do latim «deriva do substantivo *proletarius*, que é formado de *proles*, composto por sua vez de *pro* e *oleo*»⁷⁸, era empenhada para designar, naquele período, «aquele que não possuía bens imóveis, isto é, nem campos, nem casa, portanto não podia contribuir para a prosperidade do Estado com os impostos, mas unicamente com a *prole*»⁷⁹, destinando-se e reunindo em si, conforme se vem a conjeturar, «os artífices, o trabalhador braçal, os comerciantes eram todos compreendidos sob esta denominação, e eram exonerados dos tributos que juntamente com o serviço militar pesavam sobre os ricos e domiciliados»⁸⁰, testemunho da persistente estratificação que a pouco e

⁷³ Suzman, James, «*Trabalho, uma história...*», op. cit., p. 226

⁷⁴ Idem, *ibidem*

⁷⁵ Idem, *ibidem*

⁷⁶ Idem, *ibidem*

⁷⁷ Brucculeri, Angelo S.J., «*O trabalho*», op. cit., pp. 32-33

⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 42

⁷⁹ Idem, *ibidem*

⁸⁰ Idem, *ibidem*

pouco se enraizava cada vez mais profundamente. Como já referido, contributo importante, para os alicerces que solidamente se fundavam, «relacionado com esta evolução da propriedade e de sua separação do trabalho foi a prática da guerra»⁸¹ consequência que implicava que «o povo conquistado na guerra frequentemente permanecesse para trabalhar e entregar seus excedentes aos novos senhores»⁸², ou se de outra sorte bafejada «pela guerra eram capturados escravos que viriam a constituir a base da força de trabalho, ficando submetidos sob a categoria mais baixa da hierarquia social do povo conquistador»⁸³, resultava assim que nos burgos, a chegada de novas forças de trabalho implicava o emprego destas pelos grupos dominantes, enquanto «artesãos, carregadores, marinheiros, artistas, criados domésticos»⁸⁴, permitindo estabelecer-se uma «hierarquia baseada no dinheiro e um mercado onde os produtos agrícolas podiam ser vendidos por dinheiro»⁸⁵, incubando-se neste habitat os genes daquela que viria a classe burguesa.

Abre-se a janela de oportunidade do «produtor direto, o trabalhador, que somente pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa»⁸⁶, sendo precisamente no mercado onde seus produtos são trocados que estes «adquirem um estatuto social uniforme enquanto mercadorias, estatuto este que é distinto das suas variadas formas de existência enquanto objetos de uso»⁸⁷ e se estabelece «a diferença entre os vários tipos de trabalho que constitui a condição necessária para a troca de mercadorias “medidas” em termos de tempo de trabalho abstrato»⁸⁸.

A transição crescente de gentes do campo para os burgos, permitindo aqueles que tinham alcançado sua liberdade dedicarem-se a outras atividades, movidas pela «“necessidade de subsistir” [que] comanda tanto o trabalho quanto o consumo»⁸⁹, produziu importante impacto na intensificação do comércio, sendo com o seu desenvolvimento que «começam a estabelecer relações mais igualitárias fundadas nos valores do trabalho, da

⁸¹ Albornoz, Suzana, «O que é...», op. cit., p. 19

⁸² Idem, ibidem

⁸³ Idem, ibidem

⁸⁴ Idem, ibidem, p. 20

⁸⁵ Idem, ibidem

⁸⁶ Marx, Karl, *O Capital, Crítica Da Economia Política, Livro Primeiro, Tomo 2*, Editora Nova Cultural, São Paulo, p. 341

⁸⁷ Mattick, Paul, *Marx & Keynes: Os limites da economia mista*, Antígona, Lisboa, 2010, pp. 54 -55

⁸⁸ Idem, ibidem, p. 55

⁸⁹ Arendt, Hannah, «A Condição...», op. cit, p. 151

honestidade, da palavra empenhada»⁹⁰. É neste período que diversas forças de vetores contrários (re)começam a atuar sobre os elos que se desenvolvem entre a evolução da humanidade e do *trabalho*, contribuindo para um vórtice de choques cósmicos que anunciam uma supernova.

A divisão do *trabalho* que se impõe pelos ofícios, encontra primeiramente a sua diferenciação, na diversificada oferta de produtos pela natureza que «constitui a base natural da divisão social do trabalho e estimula o homem, pela mudança das condições naturais, dentro das quais ele reside, à multiplicação de suas próprias necessidades, capacidades, meios de trabalho e modos de trabalho»⁹¹, correspondida pelas dinâmicas comerciais que propiciam a acumulação de riqueza em parte justificada por práticas usurárias, colocam uma nova ordem em marcha, os desígnios económicos que cruzam o seu caminho com a moral da Igreja que então se impunha sobre o matrimónio entre trabalhador e *trabalho*. Permitir-se o trabalhador colher os frutos do seu *trabalho* conduziu à possibilidade de uma acumulação primitiva que «desempenhava na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia»⁹², vinha-se assim cunhando entre as sociedades ocidentais:

A noção do trabalho cristãmente entendida firma-se em três pilares: a personalidade, a penalidade e a instrumentalidade. Se queremos agora considerar o trabalho, não em si mesmo, mas na sua relação com o homem, com a sua vontade, com a sua liberdade, com a sua consciência, apresenta-se-nos como imperativo moral, como obrigação moral, numa palavra, como um dever que é ao mesmo tempo individual e social.⁹³

É uma locomotiva sem freio que a Igreja tenta abrandar, em seus esforços produz uma perigosa bifurcação, se por um lado:

O poder de convicção religiosa põe à disposição da classe burguesa trabalhadores sóbrios e aplicados, que se dedicam ao trabalho com a consciência de estar a agradar a Deus. E a burguesia, tem a tranquilizadora consciência de que a distribuição desigual da riqueza deste mundo é obra da divina providência.⁹⁴

Por outro lado:

⁹⁰ Gonçalves, Maria H.B.; Wyse, Nely, *Ética & Trabalho*, SENAC, Rio de Janeiro, 1996, p. 22

⁹¹ Marx, Karl, «*O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...*», op. cit., p. 142

⁹² Idem, ibidem, p. 339

⁹³ Brucculeri, Angelo S.J., «*O trabalho*», op. cit., p. 25

⁹⁴ Albornoz, Suzana, «*O que é...*», op. cit., p. 56

Somam-se heranças cristãs às greco-romanas, e suas consequências ainda não terminam de acontecer nas concepções do trabalho de nosso tempo. Naquela exuberante época de mudanças, o trabalho foi concebido por alguns como um estímulo para o desenvolvimento do homem, e não como um obstáculo. O trabalho seria expressão do homem e expressão da personalidade, do indivíduo. O homem se torna um criador por sua própria atividade: pode realizar qualquer coisa.⁹⁵

A atmosfera perfeita ao surgimento de novos organismos, ou mais propriamente à mutação dos já existentes, encontra seus compostos nesta fórmula que produz mudanças na geometria das moléculas envolvidas, alteradas pela reação da obediência ao desígnios de Deus onde «ser constante e submisso a uma profissão e a um papel social parece dar justificativa ética para a moderna divisão social do trabalho do capitalismo; assim como dizer que a providência divina provê as chances de lucro e enriquecimento parece dar uma justificativa ética para os homens de negócio»⁹⁶. Os contributos de Max Weber trazem a luz à sombra que se foi nutrindo neste período de transição até à Revolução Industrial, para ele «a psicologia do homem religioso e do homem económico coincidiriam no empresário burguês dos tempos de austeridade, quando, para afirmar-se, a classe burguesa necessita da religião do trabalho»⁹⁷, cenário que tem sua maior audiência com a Reforma Protestante, pela mão da qual «o trabalho sofre uma reavaliação dentro do cristianismo»⁹⁸. Duas correntes resultantes da Reforma, marcam esta perspectiva, «para Lutero, o trabalho aparece como a base e a chave da vida (...), repetindo São Paulo, acrescentava que todo aquele capacitado para trabalhar tinha o dever de o fazer. O ócio era uma evasão antinatural e pernicioso»⁹⁹ e segundo o «cristianismo de Calvino (...) é pelo trabalho árduo que alguém pode chegar ao êxito, e assim a realizar a vontade de Deus, que o inclui entre os eleitos (...) sendo contrário a ela que os homens cobicem os frutos de seu trabalho: eles devem ser reinvestidos para permitir; e incentivar mais trabalho»¹⁰⁰, é por esta via que o *trabalho* e outras atividades são vistos como deveres emanados dos desígnios divinos ganhando «ênfase na atividade mundana como meio de provar a fé de que alguém eventualmente evoluiu, por meio de um

⁹⁵ Albornoz, Suzana, «*O que é...*», op. cit., p. 58

⁹⁶ Idem, ibidem

⁹⁷ Idem, ibidem, p. 54

⁹⁸ Idem, ibidem, p. 53

⁹⁹ Idem, ibidem

¹⁰⁰ Idem, ibidem, p. 54

processo de racionalização, no que Weber chama de “espírito do capitalismo”; a ideia de que trabalhar para o propósito de lucro é um bem moral em si mesmo»¹⁰¹.

A solução que cada vez mais se torna homogênea, desperta também forças externas, senão mesmo etéreas, que intentam romper os elementos que se fundem, neste esforço contrário às leis da natureza em que o ser humano parece fluir pelo *trabalho*, e o *trabalho* diluir-se no ser humano, foi o Calvinismo «“a força espiritual”, o fator cultural, que explica que o espírito capitalista tenha conhecido, no Ocidente, um impulso único e singularmente forte»¹⁰² de todo estranho na forma mas carregando um novo conteúdo, o capitalismo tinha já existido em diferentes:

Períodos da história, na China, no Egito, na Antiguidade greco-latina, na Idade Média. Mas foi no mundo ocidental moderno que se realizou sob a forma mais avançada e mais vasta; podemos mesmo afirmar que o capitalismo ocidental moderno constitui um tipo de capitalismo distinto e singular, caracterizado, em particular, pela organização sistemática duma mão-de-obra livre (isto é, não composta por escravos ou servos), pela utilização mais perfeita da ciência e da tecnologia (...).

Importante aliado, nesta aparente conjuração, ao lado do protestantismo, surge o judaísmo «orientado para a política e a especulação. O seu *ethos* era, por assim dizer, o do capitalismo do pária, enquanto o puritanismo continha o *ethos* da empresa racional burguesa e da organização racional do trabalho, só indo buscar à ética judaica o que cabia neste enquadramento»¹⁰³, contudo, o desvio sofrido entre os princípios e os fins que norteavam o surgimento do capitalismo, segundo Weber, adveio «não dos especuladores aventureiros e sem escrúpulos (...) [antes sim] foram homens educados na dura escola da vida, simultaneamente ponderados e audaciosos, mas sobretudo sóbrios e perseverantes, perspicazes e inteiramente dedicados à sua atividade, professando concepções e “princípios” rigidamente burgueses»¹⁰⁴. O perfil que hoje conhecemos cedo começou a ser arquitetado, «o capitalismo, que conseguiu nos nossos dias o domínio da vida económica, educa e cria

¹⁰¹ Hoorn, André van; Maseland, Robbert, «Weber, Work Ethic and Well-Being», *Papers on Economics of Religion*, Department of Economic Theory and Economic History of the University of Granada, n. º 08/07, 2008, (1-39), p. 5

¹⁰² Rocher Guy, *Sociologia Geral* 4, Editorial Presença, Lisboa, 1971, p. 179

¹⁰³ Weber, Max, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Editorial Presença, Lisboa, 2018, p. 145

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 54

assim, pela seleção económica, os sujeitos económicos – empresários e trabalhadores – de que necessita»¹⁰⁵, impõe-se uma nova ordem, uma reordenação cósmica que determina:

(...) ao indivíduo, na medida em que se encontra inserido nas relações de mercado, as normas da sua ação económica. O fabricante que desrespeite reiteradamente estas normas é economicamente eliminado, tão infalivelmente como o trabalhador que a elas não possa adaptar-se ou que não o queira fazer é posto na rua, passando à situação de desempregado.¹⁰⁶

Um sabor amargo apossa-se das sociedades burguesas que tomam a dianteira do desenvolvimento capitalista e da divisão do *trabalho*, sob a influência da moral protestante, as quais «libertaram os indivíduos, mas apenas como pessoas que devem permanecer disciplinadas. A liberdade dependeu desde o início da proibição do prazer. A sociedade dividida em classes conhece apenas uma forma de transformar os homens em instrumentos de prazer: a servidão e a exploração»¹⁰⁷, criavam-se condições únicas capazes de reverter a tendência que até então se julgava vir a alcançar em torno do *trabalho* livre e digno, este:

Deixava de ser o meio pelo qual as pessoas livres produziam os bens necessários para o próprio consumo e passava a representar o conjunto de atividades voltadas para venda, com a finalidade de gerar lucro. O objetivo do trabalho se deslocava, então, do valor de uso, correspondente à utilidade prática dos bens produzidos, para o valor de troca.¹⁰⁸

Conforme observa Marx, a «propriedade privada obtida com trabalho próprio, baseada, por assim dizer, na fusão do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre»¹⁰⁹ cimenta a mudança cada vez mais perceptível na declinada sinergia entre a força de trabalho e o *trabalho*, reafirmada ainda pela alteração determinante na consolidação do rumo tomado pelo desenvolvimento capitalista, seria pois:

¹⁰⁵ Weber, Max, «A Ética Protestante e...», op. cit., p. 43

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*

¹⁰⁷ Marcuse, Herbert, *Cultura y Sociedad, Acerca del carácter afirmativo de la cultura*, p. 20; Disponível em: < <https://docero.com.br/doc/nc8eev1> >

¹⁰⁸ Catelli Jr., Roberto, *et al.*, «Ética, Política...», op. cit., p. 115

¹⁰⁹ Marx, Karl, «O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...», op. cit., p. 380

A alienação do trabalho, ou seja, em vez de dedicar tempo e capacidade física e intelectual para trabalhar para si próprio ou em cooperação familiar ou comunitária, grande parte das pessoas, nas sociedades capitalistas, passou a vender sua força de trabalho, trocando as atividades exercidas durante certa quantidade de tempo diário por uma quantia em dinheiro, que se convencionou chamar de salário.

O sistema capitalista instala-se decisivamente tomando vantagem da «posição servil da massa do povo, sua transformação em trabalhadores de aluguer e a de seus meios de trabalho em capital»¹¹⁰, é por esta via que nos damos conta de uma nova forma de exploração, distinta de todas as outras, a exploração capitalista «é a extração de sobretrabalho na ausência de coação direta. Privados dos meios de produção, os trabalhadores vêm-se compelidos a vender a sua força de trabalho aos capitalistas ao preço do mercado. A produção social é prosseguida por meio da compra e da venda»¹¹¹, a reificação fervilhante pelo culto do material leva o homem:

A sujeitar a sua existência a um fim fora de si mesmo. O facto de um fim externo ser o único que preocupa e escraviza o homem, já pressupõe um mau ordenamento das relações materiais da vida, cuja reprodução é regida pela anarquia de interesses sociais opostos, ordem em que a preservação da vida, a existência geral não coincide com a felicidade e liberdade dos indivíduos.¹¹²

A revolução, não só industrial, que toma lugar neste período, motivou e continua a motivar teorias e debates que estão na origem de conceitos que se enraizaram nos modelos sociais e culturais dali florescentes, chegando até aos dias de hoje, e que também aqui estão presentes, tendo sido em ordem dessas novas dinâmicas que Hannah Arendt se empenhou em «distinguir “ação” de “trabalho” e “labor”, precisamente para trazer à tona a especificidade normativa moral e ética da ação em contraste com o mundo utilitário do trabalho e a esfera orgânica bruta do trabalho»¹¹³, para a filósofa, trabalhar e laborar, tinham apenas «valor instrumental»¹¹⁴ direcionando-se para «uma interpretação do desequilíbrio

¹¹⁰ Marx, Karl, «*O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...*», op. cit., p. 343

¹¹¹ Mattick, Paul, «*Marx & Keynes: Os limites...*», op. cit., p. 410

¹¹² Marcuse, Herbert, «*Cultura y Sociedad...*», op. cit., p. 2

¹¹³ Smith, Nicholas H., «Chapter 7: Three normative models of work», *New Philosophies of Labour: Work and the Social Bond*, Brill. 2012, (238 - 271), p. 246

¹¹⁴ Idem, ibidem

trabalho-vida como um conflito entre bens de vida intrínsecos e valores meramente instrumentais»¹¹⁵, determinando sob a sua perspetiva como era:

Surpreendente que a era moderna – tendo invertido todas as tradições, tanto a posição tradicional da ação e da contemplação como a tradicional hierarquia dentro da *vita activa*, com sua glorificação do trabalho como fonte de todos os valores e sua elevação do *animal laborans* à posição tradicionalmente ocupada pelo *animal rationale* – não tenha engendrado uma única teoria que distinguisse claramente entre o *animal laborans* e o *homo faber*, entre “o trabalho do nosso corpo e a obra de nossas mãos”.¹¹⁶

Semelhante entendimento encontramos em Aristóteles ao distinguir entre atividades transitivas «como fazer coisas, só são concluídas após a conclusão do objeto externo a elas. Em si mesmas, elas são incompletas»¹¹⁷ e atividades imanentes «como contemplar ou sentir alegria, por outro lado, serem completas em si mesmas»¹¹⁸ sobre as quais concluiu que «o trabalho, como atividade transitiva, só poderia ter, na melhor das hipóteses, valor instrumental»¹¹⁹.

No epicentro do vaivém de mudanças que marcavam aquele período, ao sabor dos ventos que sopravam mais intensamente, «[Adam Smith e David Ricardo] viram o trabalho humano apenas por sua utilidade exterior e não por seu entrosamento com o homem. Dissociaram o operário do homem concreto que ele é: ou seja, fizeram uma imagem de homem apenas como *homo economicus*»¹²⁰, sentenciava, Lafargue, fatidicamente «introduzam o trabalho de fábrica, e adeus alegria, saúde, liberdade; adeus a tudo o que fez a vida bela e digna de ser vivida»¹²¹, concluindo Ernst Jünger a respeito do camponês que se deixara absorver pelas novas formas de *trabalho* que seria agora um «trabalhador em condições especiais, a participar igualmente na destruição da velha ordem das propriedades sociais, como seus ancestrais que se mudaram diretamente para a indústria. O novo problema, ao qual ele se vê submetido não menos que o trabalhador industrial, é representar a forma do trabalhador ou perecer»¹²².

¹¹⁵ Smith, Nicholas H., «Chapter 7: Three normative...», op. cit., p. 250

¹¹⁶ Arendt, Hannah, «A Condição...», op. cit., p. 140

¹¹⁷ Smith, Nicholas H., «Chapter 7: Three normative...», op. cit., p. 247

¹¹⁸ Idem, ibidem

¹¹⁹ Idem, ibidem

¹²⁰ Albornoz, Suzana, «O que é...», op. cit., p. 60

¹²¹ Lafargue, Paul, «Direito à Preguiça», op. cit., p. 8

¹²² Jünger, Ernst, *The Worker*, Ernst Klett, Estugarda, 1982, p. 51.

A convulsão gerada como uma qualquer reação de rejeição a um corpo estranho, a tentativa de repulsão de algo que permanece, parasita no espírito do trabalhador, numa espécie de síndrome vertiginoso da sociedade, de onde a atividade é perigosa e o repouso é ócio, Marcuse declara:

A objetificação na fábrica tornou-se um dever moral dos pobres, mas a objetificação do corpo como instrumento de prazer tornou-se algo repreensível, tornou-se "prostituição". Nesta sociedade, a miséria também é a condição de lucro e poder. No entanto, a dependência é realizada no meio da liberdade abstrata. A venda do trabalho deve ser feita com base na própria decisão do pobre. O pobre faz a sua obra a serviço de quem lhe dá o pão. Sua pessoa em si mesmo, separada das funções de valor social, este *abstractum*, pode mantê-lo para si e erguê-lo como santuário. Os pobres devem manter este santuário puro. A proibição de oferecer o corpo ao mercado como instrumento de prazer e não de trabalho é uma das raízes sociais e psíquicas fundamentais da ideologia patriarcal-burguesa.¹²³

A factualidade que até aqui se vai enredando mas também deslaçando e despertando a atenção dos pensadores, nutre-se nesta representação do «mundo material, no qual os homens e as coisas se enfrentam como mercadorias»¹²⁴ cujo violento avanço desta engrenagem encontra um escudo em Marx com a sua teoria do valor-trabalho, traduzindo-a como «a redução da riqueza social em geral ao trabalho social em geral, que também permitiu compreender a “necessidade racional e natural” comum a todas as formações sociais»¹²⁵, sob o olhar de para quem «a produção capitalista é a produção de valor de troca através da produção de mercadorias (...) a mais-valia é a diferença entre o valor de troca de força de trabalho e a sua efetiva capacidade produtiva»¹²⁶. Marx bateu-se precisamente em torno da produção de mais-valor, esta representava na produção capitalista:

A sucção de mais-trabalho, produz, com o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a debilitação da força humana de trabalho, que se vê roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atuação. Ela produz o esgotamento e a

¹²³ Marcuse, Herbert, «*Cultura y Sociedad...*», op. cit., p. 20

¹²⁴ Idem, ibidem, p. 3

¹²⁵ Mattick, Paul, «*Marx & Keynes: Os limites...*», op. cit., p. 53 - 54

¹²⁶ Idem, ibidem, p. 81

morte prematuros da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento de seu tempo de vida.¹²⁷

Se *trabalho* e trabalhador se relacionavam como dois corpos celestes num mesmo cosmos, num constante magnetismo de atração que impede que se expeçam totalmente, bem como num magnetismo repulsivo que os impede de se fundirem, tal fluxo energético parecia agora perder potência, condenando-os ao buraco negro do capital que era:

Sobretalho congelado na forma de mais-valia; alimentando-se de trabalho vivo e expandindo-se com base nele. Na medida em que o desenvolvimento tecnológico é uma função de formação de capital, o capital acumulado é a materialização do tempo de trabalho não pago. A redução do tempo de trabalho implica igualmente a redução de tempo de trabalho não pago.¹²⁸

Observava, Villermé, a este propósito que «os forçados das galés só trabalhavam dez horas, os escravos das Antilhas uma média de nove horas, enquanto que existia na França que tinha feito a Revolução de 89, que tinha proclamado os pomposos Direitos do Homem, manufaturas onde o dia de trabalho era de dezasseis horas»¹²⁹ dramatizando Lafargue que «em vez de se aproveitarem dos momentos de crise para uma distribuição geral de produtos e uma manifestação universal de alegria, os operários, morrendo à fome, vão bater com a cabeça contra as portas da oficina»¹³⁰.

A perversidade das condições humanas, a que chegava o trabalhador, afundavam-se a cada novo fôlego do capital, «a maquinaria tornava [agora] a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria»¹³¹, alcançava assim um multiplicador quase natural, quase incontornável na insaciável apropriação de mais-valia, pois agora «se para a produção da mais-valia absoluta basta a

¹²⁷ Marx, Karl, *O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I, O processo de produção do capital, Tomo I*, Boitempo, São Paulo, 2013, p. 239; Disponível em: <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf>

¹²⁸ Mattick, Paul, «*Marx & Keynes: Os limites...*», op. cit., p. 247

¹²⁹ Lafargue, Paul, «*O Direito à Preguiça*», op. cit., p. 8

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p. 9

¹³¹ Marx, Karl, «*O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...*», op. cit., op. cit., p. 28

subordinação meramente formal do trabalho ao capital»¹³² revela-se por outro lado «como os métodos para a produção da mais-valia relativa são, ao mesmo tempo, métodos para a produção da mais-valia absoluta»¹³³. Deste modo, considerava Marx, que se o trabalhador pudesse dar ao *trabalho* uma existência independente e vendendo-o como mercadoria, ocorreria «uma troca direta de dinheiro, isto é, de trabalho objetivado, por trabalho vivo, ou anularia a lei do valor, que apenas com base na produção capitalista se desenvolve livremente, ou anularia a própria produção capitalista, que repousa precisamente no trabalho assalariado»¹³⁴

O desequilíbrio impar que clivava ambas as forças, onde Marx concentrou a sua atenção, não lhe permitiu prever outras modificações que ocorreram, «a transformação do capitalismo não foi só o resultado económico, mas também social e político, da acumulação concorrencial do capital à escala internacional, que, ao desembocar em duas guerras mundiais e em revoluções»¹³⁵, com efeito, «desde meados do século XIX quando o capitalismo selvagem era a norma, o Ocidente experimentou três modos principais de organização do trabalho»¹³⁶A primeira forma de *trabalho* organizado alcançou expoente tal, cuja caricatura em *Modern Times*¹³⁷ de Charles Chaplin, continua ainda a alimentar o imaginário de muitos sobre o *trabalho* na fábrica, mediante a sua divisão desenhada e adotada por Frederick Taylor, o Taylorismo. Esta metodologia «baseou-se no reconhecimento das ideias de Adam Smith, que queria dividir o trabalho em uma série de etapas, cada uma realizada por uma equipe de trabalhadores especializados»¹³⁸, traduzindo-se esta prática na «rigorosa separação entre as fases de concepção e execução do processo produtivo, rígida hierarquia funcional e extremo controle e burocratização»¹³⁹, alertando aqui, Hannah Arendt, para a necessária distinção entre especialização «cuja natureza é exigir diferentes habilidades que são então reunidas e organizadas num conjunto»¹⁴⁰, diferentemente da divisão do *trabalho*, um processo que «pressupõe a equivalência qualitativa de todas as atividades singulares para as quais nenhuma

¹³² Marx, Karl, «*O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...*», op. cit., op. cit., p. 139

¹³³ Idem, ibidem

¹³⁴ Idem, ibidem, pp. 155 - 156

¹³⁵ Mattick, Paul, «*Marx & Keynes: Os limites...*», op. cit., p. 172

¹³⁶ Lacroix, André, «*La dimension éthique...*», op. cit., p. 140

¹³⁷ Chaplin, Charles, *Charlie Chaplin in Modern Times*; Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=EAnhodvVvmc> >

¹³⁸ Lacroix, André, «*La dimension éthique...*», op. cit., p. 141

¹³⁹ Gonçalves, Maria H.B.; Wyse, Nely, «*Ética &...*», op. cit., p.33

¹⁴⁰ Arendt, Hannah, «*A Condição...*», op. cit., p. 169

habilidade especial é necessária»¹⁴¹, contribuindo tal modelo de produção «por favorecer a desqualificação do trabalhador, reduzindo-o a um autômato, repetidor de gestos mecânicos e rotineiros»¹⁴² As mudanças infligidas no meio industrial permitiram «conceber tanto os trabalhadores operários, de colarinho azul e de colarinho branco, muito mais como ferramenta de produção do que como pessoa real»¹⁴³, marcando um período em que «todo o aspeto mecânico do trabalho foi levado em consideração em detrimento de sua dimensão humana e psicológica»¹⁴⁴.

Seria necessário um evento histórico, à dimensão mundial, para mover novamente as águas ao moinho do capital, a Segunda Guerra Mundial torna-se esse marco, em virtude da «enorme destruição de capital, não só em termos de valor, mas em termos materiais, físicos, e a obsolescência de uma grande parte do aparelho produtivo subsistente»¹⁴⁵, a tomada das rédeas pelos governos, que se decidem agora por um papel mais interventivo, força um entendimento entre capital e *trabalho*, «no sentido de trabalhar, não para consumir mais, mas para reforçar a formação de capital»¹⁴⁶. O processo de reconstrução e recuperação tanto social, como económica é epílogo para:

Uma nova era na relação entre o capital (junto com seu Estado, seja ele burguês ou socialista) e o trabalho. Esta nova era foi caracterizada por quatro fatores;

- 1) As normas do consumidor abandonaram o planejamento salarial fordista e foram trazidas de volta às leis do mercado (...);
- 2) Os modelos de regulação saíram das fronteiras nacionais que estavam no centro das políticas de planejamento keynesianas;
- 3) Os processos de trabalho foram radicalmente modificados pela automação industrial e pela informatização da sociedade;
- 4) Dentro desse conjunto de mecanismos, a composição da força de trabalho mudou completamente;

¹⁴¹ Arendt, Hannah, «A Condição...», op. cit., p. 169

¹⁴² Gonçalves, Maria H.B.; Wyse, Nely, «Ética &...», p.33

¹⁴³ Lacroix, André, «La dimension éthique...», op. cit., p. 141

¹⁴⁴ Idem, ibidem

¹⁴⁵ Mattick, Paul, «Marx & Keynes: Os limites...», op. cit., p. 195

¹⁴⁶ Idem, ibidem

5) A sociedade tem sido completamente submetida às exigências da produção de capital, mas ao mesmo tempo tem se construído cada vez mais como uma sociedade de trabalho - socialmente conectada, independentemente complexa e autovalorizada.¹⁴⁷

Uma nova vida para o capital mas também para a relação entre o trabalhador e o *trabalho* começa assim a se alterar gradualmente, designadamente com a chegada da «informatização das cadeias produtivas e dos locais de trabalho»¹⁴⁸, permitindo também devolver «seu lugar completo ao trabalhador e sua capacidade de inovar, de pensar sobre o seu ambiente e suas ações»¹⁴⁹. A automação dos processos produtivos e atividades acessórias a estes, através da introdução da informática e o desenvolvimento de tecnologia em linha com este progresso, assinala a «influência decrescente da industrialização e o aumento da complexidade, aliados ao crescimento dos serviços intensivos em conhecimento»¹⁵⁰, eleva-se a exigência das «empresas necessitem de uma força de trabalho que possa entender e controlar as “máquinas” computadorizadas na sua maioria»¹⁵¹, esta inflexão nas relações laborais «estimulou a necessidade de trabalhadores do conhecimento, de flexibilidade e capacidade inovadora»¹⁵².

O olhar que se lança neste capítulo mantém em destaque como a relação entre ser humano e *trabalho* sofre sucessivas e profundas mudanças, pelas quais surge um violento impacto capaz de abalar a ponto de subverter o grau e qualidade em que a mesma se tinha estabelecido, com efeito é de salientar como:

Os últimos 200 anos, durante os quais um número cada vez maior de *sapiens* ganha o pão de cada dia como trabalhadores urbanos e funcionários administrativos, e os 10 mil anos precedentes, durante os quais a maioria dos *sapiens* vivia como agricultores e pastores, são um piscar de olhos em comparação com as dezenas de milhares de anos durante os quais nossos ancestrais foram caçadores e coletores.¹⁵³

¹⁴⁷ Hardt, Michael; Negri, Antonio, *Il Lavoro De Dioniso: Per la critica dello Stato postmoderno*, Manifestolibri, Roma, 1995, pp. 97 - 98

¹⁴⁸ Lacroix, André, «*La dimension éthique...*», op. cit., p. 141

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*

¹⁵⁰ Marrewijk, Marcel van; Timmers, Joanna, «Human Capital Management: New Possibilities in People Management», *Journal of Business Ethics*, vol 44, n. º 2/3, 2003, (171 – 184), p. 173

¹⁵¹ Lacroix, André, «*La dimension éthique...*», op. cit., p. 141

¹⁵² Marrewijk, Marcel van; Timmers, Joanna, «*Human Capital Management...*», op. cit., p. 173

¹⁵³ Harari, Yuval Noah, *Sapiens: Uma breve história da humanidade*, L&PM Editores, S/L, 2015, p. 47; Disponível em: < <https://asfiles.com/48AnQ~s> >

O trabalhador parece emanar do ser humano, assim como o *trabalho* parece acompanhar numa simbiose transcendente esta evolução, «no decorrer da história, o mercado de trabalho esteve dividido em três setores principais: agricultura, indústria e serviços»¹⁵⁴, sendo reflexo destas transições que «em 2010, somente 2% dos americanos trabalhavam na agricultura, 20% trabalhavam na indústria, e 78% trabalhavam como professores, médicos, web designers, e assim por diante»¹⁵⁵, estamos perante a terceira forma de organização do *trabalho*, aquela que procura aliar, dois fatores anteriormente separados, a produtividade e a qualidade, enquanto exigência aos trabalhadores que além de produzirem, «combinem essa produção com uma preocupação crescente com a qualidade e, sobretudo, com a preocupação de interpretar o contexto de produção e serviço, a fim de garantir essa qualidade de produção ou serviço»¹⁵⁶. Chegado à modernidade, é aqui que o *trabalho* «passa a ser reconhecido como fato social determinante da própria humanização do homem (fator que o distingue do animal) e elemento capaz de modificar as condições de existência da própria sociedade»¹⁵⁷, o regresso a uma maior envolvência entre o trabalhador e o meio que o rodeia leva a sociedade moderna «declarar o trabalho uma expressão de liberdade, uma vez que, por meio dele (seja pela força física, pela ciência, pelas artes) o homem modifica a natureza, inventa a técnica, cria nova realidade, enfim, altera o curso das coisas, alterando a si próprio e a sociedade onde ele vive»¹⁵⁸.

¹⁵⁴ Harari, Yuval Noah, «*Sapiens: Uma breve história...*», op. cit., p. 350

¹⁵⁵ Idem, ibidem, p. 351

¹⁵⁶ Lacroix, André, «*La dimension éthique...*», op. cit., p. 141

¹⁵⁷ Gonçalves, Maria H.B.; Wyse, Nely, «*Ética &...*», op. cit., p.23

¹⁵⁸ Idem, ibidem, p.24

3. TRABALHO, OBJETO OU CONDIÇÃO?

A exposição que até aqui se tem vindo a tecer procura destacar a relação entre ser humano, trabalhador, *trabalho* e como ela se vai modelando no interior orgânico das formas que assume, ora concebendo uma perspetiva relacional objetivada ora resultante de uma condição imanente. Acreditamos, contudo, ser possível ir mais além, sem nos ficarmos na galvanização simplista que confunde argumentos e dialética no irresoluto debate sobre o *trabalho*.

Chegados a este ponto, particularizar poderá ser uma perigosa tentação, sugerindo respostas enviesadas pela materialidade do pressuposto que teima em vincular-se à aparente realidade do *trabalho*, e desferindo um errado objetivo ao tema oferecido. Importa, no entanto, questionar e sobretudo questionar o que julgamos conhecer, aquilo que é apresentado aos nossos olhos, com aquilo que é intelectualmente percebido. Insere-se, assim, neste capítulo a reflexão transversal a situações de *trabalho* cuja ambiguidade é chama que ilumina esta discussão. Pensarmos num jogador de futebol que é num determinado momento um trabalhador com contrato de *trabalho* e imediatamente noutra momento um ativo, de um clube de futebol, cotado no mercado mobiliário, ou até mesmo, por oposição àquele que se diverte regularmente a jogar futebol com um grupo de amigos, remete-nos para uma compreensão simplista das definições que vão sendo jorradadas por um empirismo conceptual sobre o *trabalho*. Semelhante indagação se estende ao instrutor na sala de exercício de um ginásio que enverga uma camisola com essa mesma designação e no instante seguinte, troca de camisola, deixando de se denominar por instrutor para se tornar um *personal trainer* dedicado ao acompanhamento exclusivo de determinado cliente, como também, o pintor que pinta pelo amor à arte bem como pinta enquanto atividade regular e da qual obtém retorno financeiro. Recordar-se ainda expressão bem comum relativa ao trabalhador que se encontra desempregado, ou há procura de emprego, cuja descrição de trabalhador permanece mesmo após se encontrar empregado, mantendo-se inalterada seja qual for a circunstância profissional.

A pertinência da dualidade de critério, ou definição se assim o exigirmos, não é de somenos importância residindo precisamente neste eixo umbilical entre *trabalho* e trabalhador a matriz para a compreensão da simbiose aí presente, com efeito, podemos antever duas vias num mapeamento preliminar, isto é, «o valor do trabalho concebido

puramente em linhas instrumentais, (...) sendo que o valor excessivo atribuído ao trabalho realmente equivale a uma superestimação de algo que funciona apenas como meio para: ou seja, o poder de comprar bens e, em última análise, o prazer de consumi-los»¹⁵⁹ e por outro lado «como um bem intrínseco cujas satisfações derivam da própria atividade»¹⁶⁰ levando a concluir que «o que está em jogo são dois conjuntos concorrentes de exigências “morais” em termos gerais: o “bem para a vida” do trabalho e outros “bens da vida”»¹⁶¹.

A crescente facilidade no acesso a melhores condições de vida, o aumento do poder de compra tornando possível a aquisição de bens outrora apenas disponíveis a classes de maiores privilégios contribuiu, segundo James Suzman, para o «início da mentalidade de que o trabalho era exclusivamente um meio para atingir o fim de comprar mais coisas, fechando assim o ciclo de produção e consumo que sustenta atualmente tanta da nossa economia contemporânea»¹⁶² a qual poderá ter encontrado flamejo nos:

Filósofos e economistas burgueses, desde o penosamente confuso Augusto Comte até ao ridiculamente claro Leroy-Beaulieu; os intelectuais burgueses, desde o charlatanesco Victor Hugo até ao ingenuamente grotesco Paul de Kock, todos entoaram cantos nauseabundos em honra do deus Progresso, o filho mais velho do Trabalho. Ao ouvi-los, a felicidade ia reinar sobre a terra: já se sentia a sua chegada. Já aos séculos passados vasculhar o pó e a miséria feudais para trazerem sombrios contrastes às delícias dos tempos presentes.¹⁶³

Sem meias palavras Lafargue atentava rigidamente, quanto ao curso do carácter que o *trabalho* assumira, uma vez que «à medida que a máquina se aperfeiçoa e despacha o trabalho do homem com uma rapidez e uma precisão incessantemente crescentes, o operário, em vez de prolongar o seu repouso proporcionalmente, redobra de ardor, como se quisesse rivalizar com a máquina»¹⁶⁴ nutrindo-se deste modo um febril «amor ao trabalho, a paixão moribunda do trabalho, levado até ao esgotamento das forças vitais do indivíduo e da sua progenitora»¹⁶⁵. A dupla visão que se foi gerando relativamente ao *trabalho* e ao trabalhador encontra, igualmente, fundamento pelo olhar de Hannah Arendt ao verificar que:

¹⁵⁹ Smith, Nicholas H., «Chapter 7: Three normative...», op. cit., p. 239

¹⁶⁰ Smith, Nicholas H., «Chapter 7: Three normative...», op. cit., p. 242

¹⁶¹ Idem, ibidem

¹⁶² Suzman, James, «Trabalho, uma história...», op. cit., p. 245

¹⁶³ Lafargue, Paul, «O Direito à Preguiça», op. cit., p. 6

¹⁶⁴ Idem, ibidem, p. 13

¹⁶⁵ Idem, ibidem, p. 2

A mesma tendência de reduzir todas as atividades sérias à condição de prover o próprio sustento manifesta-se em todas as atuais teorias do trabalho, que quase unanimemente definem o trabalho como o oposto do divertir-se [*play*]. Em consequência, todas as atividades sérias, independentemente dos frutos que produzam, são chamadas de trabalho, enquanto toda atividade que não seja necessária, nem para a vida do indivíduo nem para o processo vital da sociedade, é classificada como divertimento [*playfulness*].¹⁶⁶

O mote deste capítulo faz-se clamar pelos versos de uma polarização que ganha, até aqui, destacado relevo, talhando na perfeição utópica dos trabalhadores livres, aqueles que «não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autónomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles»¹⁶⁷, as imperfeitas protuberâncias da congeminação do natural e do artificial no *trabalho*.

3.1. OBJETO

A volatilidade que rompe o frágil equilíbrio na relação entre trabalhador e trabalho, ora subordinando o ser humano a uma reificação ora destacando a sua condição, estimulamos a dissecar esta dissociação que se vai reproduzindo pelos caprichos dos tempos, desafiando uma resolução do extremo desta pirâmide que teima mais em alargar sua base terrena que em aguçar seu vértice celeste.

Num primeiro passo, avançamos no sentido de melhor perceber como se traduz a coisificação do trabalhador pelo trabalho, tirando vantagem da exposição de três modelos normativos, relativos ao trabalho, identificados por Nicholas Smith. O primeiro que agora destacamos, o modelo instrumental, aponta que:

O mundo moderno do trabalho é constitutivamente uma questão de implantar os meios mais eficazes para atingir determinados fins. Os fins para os quais trabalhar são os meios, não vêm eles próprios do trabalho, eles não são internos à atividade de trabalho: eles derivam antes de mais nada, das condições materiais da existência humana e da necessidade natural de protegê-los. É nesta visão razão instrumental, e este mesmo núcleo

¹⁶⁶ Arendt, Hannah, «A Condição...», op. cit., p. 143

¹⁶⁷ Marx, Karl, «O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...», op. cit., p. 340

normativo, na forma de tecnologia avançada e produção mais eficiente e com economia de tempo.¹⁶⁸

Uma panorâmica que destaca o crescendo das condições materiais às quais o ser humano, instrumentalizando-se e instrumentalizando os meios de que dispõe, entrega a esta razão o objeto da sua existência, para o qual «o fim último em jogo aqui, a reprodução da “mera vida” ou continuação do ser orgânico natural, não é considerado um propósito moral ou ético, embora, é claro, fornece a condição material para a realização de tais fins»¹⁶⁹. Smith adianta dois fundamentos mais que sustentam esta posição, «o valor ou bem do trabalho reside principalmente no seu papel de produzir e permitir o consumo de bens e serviços que elevam a qualidade dessa vida natural. O trabalho é, assim, concebido como um bem instrumental e não como um bem intrínseco»¹⁷⁰ completando que «a atividade do trabalho que tem por fim a produção e é guiada pela norma da razão instrumental deve ser distinguida do tipo de atividade em que se exercem capacidades morais e éticas distintamente humanas»¹⁷¹, tornando a descoberto o trilho que aqui se almeja evidenciar.

Observa-se com relativa facilidade como o processo social de *trabalho* se permite assimilar, sedutoramente, nessa forma, um processo, uma mecanicidade que se aloja quando «o trabalho concreto é reduzido a um trabalho abstrato que permite a troca dos produtos do trabalho como mercadorias»¹⁷² daqui resultando que:

A elaboração da matéria é realizada apenas por uma parte da *res cogitans*: por motivos técnicos. Começando com a divisão do trabalho de acordo com as exigências da manufatura e terminando com a indústria de máquinas, "os poderes espirituais do processo material de produção" confrontam o produtor imediato "como propriedade de outros e a força dominante".¹⁷³

Semelhante relação nos vem sugerida desde a antiguidade, conforme Aristóteles faz destacar entre a que se estabelece pelo senhor e o escravo, segundo o mesmo «o senhor não é senão o proprietário de seu escravo, mas não lhe pertence; o escravo, pelo contrário, não

¹⁶⁸ Smith, Nicholas H., «Chapter 7: Three normative...», op. cit., p. 239

¹⁶⁹ Smith, Nicholas H., «Chapter 7: Three normative...», op. cit., p. 245

¹⁷⁰ Idem, ibidem, p. 246

¹⁷¹ Idem, ibidem

¹⁷² Marcuse, Herbert, «Cultura y Sociedad...», op. cit., p. 13

¹⁷³ Idem, ibidem

somente é destinado ao uso do senhor, como também dele é parte»¹⁷⁴, assunção esta que toma como condição natural a do escravo, ideia já exposta anteriormente que reflete o duplo sentido dialético, eventualmente confuso, que se fez transportar pela cultura do *trabalho* e de um modo geral pela sociedade, até à modernidade, definições que a um tempo tanto são redundantes como contraditórias e que o filósofo estabelece ao afirmar que «o homem que, por natureza, não pertence a si mesmo, mas a um outro, é escravo por natureza: é uma posse e um instrumento para agir separadamente e sob as ordens de seu senhor»¹⁷⁵. A fundamental necessidade de desenhar linhas concretas onde se situa o ser humano que trabalha, realiza *trabalho*, e o produto, fim, que é fruto do *trabalho*, situa-se no claro reconhecimento da natureza e das capacidades humanas, essa infinitude cósmica, igualmente dependente de uma determinada concretização cujas definições não se devem confundir, antes sim, no seu debate conceber uma unificação heterogénea com lugar no conceito. Tal conceptualização borbulha timidamente pelos pensadores, percebendo-se a ténue fronteira no:

Carácter enigmático que o produto do trabalho, assume na forma-mercadoria, consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. Somente no interior de sua troca os produtos do trabalho adquirem uma objetividade de valor socialmente igual, separada de sua objetividade de uso, sensivelmente distinta.¹⁷⁶

Levanta-se lentamente o véu que cobre a transição que vai ocorrendo entre trabalhador e *trabalho*, entre condição e objeto, como uma experimentação de reagentes de um só fenómeno químico. O adensar das trocas comerciais e o desenvolvimento da atividade económica, colocando forte representação na produção de bens e serviços e respetiva quantificação monetária, de igual modo sujeitas e sujeitando as necessidades humanas depositadas no meio material, conduziram deste modo ao entendimento de que as mercadorias por «serem trabalho humano objetivado e, assim, serem, por si mesmas, comensuráveis entre si, que elas podem medir conjuntamente seus valores na mesma

¹⁷⁴ Aristóteles, «*Política*», op. cit., p. 15

¹⁷⁵ Aristóteles, «*Política*», op. cit., p. 15

¹⁷⁶ Marx, Karl, «*O Capital: Crítica da Economia Política, Tomo I*», op. cit., p. 123

mercadoria específica e, desse modo, convertê-la em sua medida conjunta de valor, isto é, em dinheiro»¹⁷⁷. Facto este que transborda a reflexão que se vem gradualmente explorando pelo motivo de a mercadoria «se despojar de todo traço de seu valor de uso natural-espontâneo e do trabalho útil particular ao qual ela deve sua origem, a fim de se crisalidar na materialidade social e uniforme do trabalho humano indiferenciado»¹⁷⁸, singularidade que ganha expressão na:

Antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, na forma do trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social, do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento.¹⁷⁹

O confronto de forças, enquanto tal, na perspectiva de uma polaridade irreconciliável, uma transmutação desbaratada, parece-se com um conceito erroneamente desenvolvido, senão vejamos que dois polos são apenas representações de opostos que em boa verdade se encontram unidos e exercem tensões repulsivas para se tentar afastar mantendo, contudo, uma face comum. As atenções ao longo da história foram voltando-se para os pontos extremos dessas polaridades, no entanto o nosso foco dirige-se para o espaço central onde se encontram unidos, ou diríamos mesmo irremediavelmente inseparáveis. Esse embate é sobretudo assumido pelo desenvolvimento das teorias de Marx, designadamente a teoria do valor-trabalho, onde reconhece um *trade-off* entre o *trabalho* enquanto condição do ser humano e o *trabalho* como reificação da humanidade, tornando claro esse braço de ferro ao apontar que a máquina ou a maquinaria introduzida nos processos produtivos «quanto menos trabalho ela mesma contém, tanto menos valor agrega ao produto. Quanto menos valor transfere, tanto mais produtiva é e tanto mais seu préstimo se aproxima do das forças naturais»¹⁸⁰ emergindo daqui que «a produtividade da máquina se mede, portanto, pelo grau em que ela substitui a força de trabalho humana»¹⁸¹, cedendo assim a que ambas as naturezas

¹⁷⁷ Marx, Karl, «*O Capital: Crítica da Economia Política, Tomo I*», op. cit., p. 123

¹⁷⁸ Idem, ibidem, p. 145

¹⁷⁹ Idem, ibidem, p. 148

¹⁸⁰ Marx, Karl, «*O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...*», op. cit., p. 24

¹⁸¹ Idem, ibidem, p. 25

se coloquem numa aparente circunstância relacional de igualdade. Caso denunciador disso mesmo reflete-se no entendimento de que o *trabalho* não é uma ferramenta de *trabalho*, ele possui o *trabalho*, a força de trabalho necessária a operar os meios instrumentais, concepção que Marx adianta ao se perceber uma inversão no pressuposto inicial de que «capitalista e trabalhador se confrontariam como pessoas livres, como possuidores independentes de mercadorias: um, possuidor de dinheiro e de meios de produção; o outro, possuidor de força de trabalho»¹⁸², verificando-se que o valor da força de trabalho «por mais nova e vitalmente forte que ainda possa ser, já não é determinado pelo tempo de trabalho de fato objetivado nela mesma, mas pelo tempo de trabalho necessário à sua própria reprodução ou à representação da máquina mais aperfeiçoada»¹⁸³.

O taylorismo e o fordismo deixaram vincadas marcas profundas, na concepção do *trabalho*, pela fusão artificial do trabalhador com a máquina, sendo de notar que:

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina. Lá, é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo.¹⁸⁴

Anuncia-se uma promíscua ordem conceptual de diferentes naturezas, conspirando-se que «a autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói»¹⁸⁵ profetizando os ventos do progresso e da automação que «no sistema automático o talento do trabalhador é progressivamente suprimido»¹⁸⁶.

Somos convidados a alertar a nossa consciência para o fatídico desfecho da competição entre ser humano e máquina, a degeneração da essência humana ao se permitir que a produção capitalista, por um lado, acumule «a força motriz histórica da sociedade»¹⁸⁷ e por outro lado perturbe «o metabolismo entre homem e terra»¹⁸⁸, fatores cuja apropriação

¹⁸² Marx, Karl, «*O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...*», op. cit., p. 29

¹⁸³ Idem, ibidem, p. 37

¹⁸⁴ Idem, ibidem, p. 55

¹⁸⁵ Idem, ibidem, p. 62

¹⁸⁶ Idem, ibidem, p. 64

¹⁸⁷ Idem, ibidem, p. 132

¹⁸⁸ Idem, ibidem

lhe garantem destruir «simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais»¹⁸⁹. O cálculo algébrico materializado nesta matriz demonstra como «o capital alienado no intercâmbio por força de trabalho é transformado em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos, cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores»¹⁹⁰, uma maquinação mecanicista que instiga esse consumo a parasitar-se na «produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador»¹⁹¹.

As constelações que se formam deixam-se absorver pelo buraco negro da reificação que irrompe «como perda do objeto que o trabalhador é, despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções»¹⁹², fenómeno espacial cujo processo se forma de modo que:

A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que o seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Match*) autónoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.¹⁹³

Conceção que encontrava lugar no desenvolvimento do pensamento económico, e como tal destinatário de algumas críticas de Marx, e em particular David Ricardo, assevera Suzman, sublinhando-se que aquele defendia que:

O valor de troca de qualquer objeto deveria incorporar o esforço total necessário para o fazer. Significava isto ter em linha de conta o esforço de procurar materiais e o esforço de fabricar a peça, além do trabalho de adquirir competências e criar as ferramentas necessárias ao fabrico da mercadoria. Assim, o valor de troca de uma peça feita por alguém altamente qualificado e bem equipado, numa hora, poderia equivaler em valor ao trabalho de alguém não qualificado a abrir uma vala durante uma semana.¹⁹⁴

¹⁸⁹ Marx, Karl, «*O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...*», op. cit., p. 132

¹⁹⁰ Idem, ibidem, p. 205

¹⁹¹ Idem, ibidem

¹⁹² Marx, Karl, *Manuscritos Filosófico-Económicos*, Boitempo, São Paulo, 2004, pp. 80 - 81

¹⁹³ Idem, ibidem, p. 81

¹⁹⁴ Suzman, James, «*Trabalho, uma história...*», op. cit., pp. 192 - 193

Surde, das considerações que Marx objetava, Hannah Arendt ao explicar igual compreensão denotando que a «consequência da divisão do trabalho, na qual uma atividade é dividida em tantas partes minúsculas que cada executante especializado precisa somente de um mínimo de qualificação, tende a abolir completamente o trabalho qualificado, como Marx acertadamente previu»¹⁹⁵, alertando-nos, ao concluir diante de uma turva involução do ser humano perante o *trabalho*:

A instrumentalidade das ferramentas e dos utensílios relaciona-se muito mais intimamente com o objeto que eles se destinam a produzir, e o seu mero “valor humano” limita-se ao uso que deles faz o *animal laborans*. Em outras palavras, o *homo faber*, o fazedor de ferramentas, inventou as ferramentas e utensílios para construir um mundo, e não – pelo menos não principalmente – para servir ao processo vital humano. Assim, a questão não é tanto se somos senhores ou escravos de nossas máquinas, mas se estas ainda servem ao mundo e às coisas do mundo ou se, pelo contrário, elas e o movimento automático de seus processos passaram a dominar e mesmo a destruir o mundo e as coisas.¹⁹⁶

Nas circunstâncias que aliciaram o trabalhador a uma miopia sobre a sua existência, como Honneth avança ao tentar mostrar que «a dificuldade de sistematização por parte das classes trabalhadoras não decorre de um déficit cognitivo, mas das características do seu processo de formação: menor acesso aos meios simbólicos que permitem a tradução das suas experiências em sistemas de valor mais abstratos e, também, menor pressão para fazê-lo»¹⁹⁷, subsumindo a sua condição, as suas capacidades inatas, no objeto do *trabalho*, pela objetificação imanente da sua progressiva instrumentalização, produz uma transformação sob a qual «os processos naturais de que se alimenta o relacionam cada vez mais com o próprio processo biológico, de sorte que os aparelhos, que outrora manejávamos livremente, começam a mostrar-se como se fossem “carapaças integrantes do corpo humano tanto quanto a carapaça é parte integrante do corpo da tartaruga”»¹⁹⁸, desferindo a filósofa, sobre a sociedade de trabalhadores, a sentença final «o mundo de máquinas tornou-se um

¹⁹⁵ Arendt, Hannah, «A Condição...», op. cit., p. 143

¹⁹⁶ Idem, ibidem, p. 203

¹⁹⁷ Honneth apud Bressiani, Nathalie, «Do trabalho ao reconhecimento: Axel Honneth entre Marx e Habermas», *Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade*, Vol. 25, N.º 3, pp. 13-34, São Paulo, 2020, p. 27

¹⁹⁸ Arendt, Hannah, «A Condição...», op. cit., p. 204

substituto para o mundo real»¹⁹⁹, passividade essa resultante de uma proletária operante incapaz segundo ironiza Lafargue:

Na nossa sociedade, quais são as classes que amam o trabalho pelo trabalho? Os camponeses proprietários, os pequeno-burgueses, uns curvados sobre as suas terras, os outros retidos pelo hábito nas suas lojas, mexem-se como a toupeira na sua galeria subterrânea e nunca se endireitam para olhar com vagar para a natureza. E, no entanto, o proletariado, a grande classe que engloba todos os produtores das nações civilizadas, a classe que, ao emancipar-se, emancipará a humanidade do trabalho servil e fará do animal humano um ser livre, o proletariado, traindo os seus instintos, esquecendo-se da sua missão histórica, deixou-se perverter pelo dogma do trabalho.²⁰⁰

Evocando a coisificação dos escravos desenhada por Aristóteles, não enquanto condição natural, antes sim como refugio de um ser que deixou de o Ser ainda que o seja, retratando a gravidade condicional que o *trabalho* parece configurar, determina que se «deve encarar como algo de baixo e de vil o mister de todos aqueles que vendem o seu esforço e a sua indústria, porque todo aquele que dá o seu trabalho por dinheiro vende-se a si mesmo e põe-se ao nível dos escravos»²⁰¹, confluindo com algumas das perspetivas atuais sobre o mercado de trabalho e como este aparenta, por vezes, pouco diferir de outros mercados, dado que nele «é transacionado um serviço (o trabalho), cuja quantidade é medida através do número de horas de trabalho e o preço através do salário horário»²⁰².

A quantificação do *trabalho* que se transmuta osmoticamente numa quantificação do trabalhador, encontra semelhante exemplo no pintor profissional e no pintor amador, digamos o pintor, num caso como objeto no outro caso como outra circunstância, num produto de circunstâncias noutra produtor de circunstâncias, experimentando uma relação dialética segundo a qual «Eu, este, vejo a árvore e afirmo a árvore como o aqui; mas um outro Eu vê a casa e afirma: o aqui não é uma árvore, e sim uma casa. As duas verdades têm a mesma credibilidade, isto é, a imediatez do ver, e a segurança e afirmação de ambos quanto a seu saber; uma porém desvanece na outra»²⁰³, manifestando-se por este meio um movimento que «é o desdobramento e a diferenciação dos momentos, enquanto o objeto é seu Ser-

¹⁹⁹ Arendt, Hannah, «A Condição...», op. cit., p. 204

²⁰⁰ Lafargue, Paul, «O Direito à Preguiça», op. cit., p. 3

²⁰¹ Idem, ibidem

²⁰² Centeno, Mário, *O trabalho, uma visão de mercado*, FFMS, Lisboa, 2013, p. 27

²⁰³ Hegel, George W. F., *Fenomenologia do Espírito*, Vozes, Rio de Janeiro, 2003, p. 89

reunido-num-só»²⁰⁴ através do qual se pode expressar que «para nós - ou em si -, o universal como princípio é a essência da percepção, e frente a essa abstração os dois momentos diferenciados - o perceptor e o percebido - são o inessencial. De facto, porém, por serem ambos o universal ou a essência, os dois são essenciais»²⁰⁵, razão que nos impele a conceber uma condição essencial para lá da essência coisificada. A relação entre homem e mulher trabalhador emanante de *trabalho*, e o *trabalho* como coisa em si própria, metastiza-se ao ser colocada «como ser-para-si, ou como negação absoluta de todo ser-outro; portanto, como negação absoluta que só consigo se relaciona. Mas a negação que se relaciona consigo é o sobrelevar de si mesma; ou seja, é ter a sua essência num Outro»²⁰⁶, resulta daqui uma homeostasia do *trabalho*, condição ou objeto, visto unicamente como objeto quando se coloca numa relação de oposição, exatamente entre condição e objeto, reduzindo-se ambos à mesma essência hermenêutica sobre a qual:

A consciência tem de agora em diante, como consciência-de-si, um duplo objeto: um, o imediato, o objeto da certeza sensível e da percepção, o qual, porém é marcado para ela com o sinal do negativo; o segundo objeto é justamente ela mesma, que é a essência verdadeira e que de início só está presente na oposição ao primeiro objeto. A consciência-de-si se apresenta aqui como o movimento no qual essa oposição é sobrelevada e onde a igualdade consigo mesma vem-a-ser para ela.²⁰⁷

O desenvolvimento do capitalismo, no período em que alcança seu máximo expoente na subsunção do *trabalho*, revela como toda a dimensão deste é incorporada enquanto objeto da produção, fim que perde sua finalidade e se torna um meio aparente para um outro fim. Recordando o exemplo do lápis de Milton Friedman²⁰⁸, é possível ilustrar esta perspectiva ao concebermos que neste objeto se reúne a madeira, extraída e trabalhada numa qualquer parte do mundo por trabalhadores, a grafite proveniente de outra zona para a qual foi necessário *trabalho*, bem como a tinta e a borracha do lápis que observam as mesmas condições e por fim a própria fabricação deste mesmo utensílio, rasto que fica para trás, esquecido, subsumido num particular, «o particular, para o qual o universal se transpõe,

²⁰⁴ Hegel, George W. F., *Fenomenologia do Espírito*, Vozes, Rio de Janeiro, 2003, p. 95

²⁰⁵ Idem, *ibidem*

²⁰⁶ Hegel, George W. F., «*Fenomenologia do...*», op. cit., p. 104

²⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 137

²⁰⁸ Friedman, Milton, *A História de um Lápis*; Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skx8a90xl78>

torna-se assim ideal, e tal idealidade é um repartir do particular; o objeto total não é aniquilado em geral segundo a finalidade, mas o trabalho, que visa o objeto como um todo»²⁰⁹. O cosmos que antes tudo reunia em si, atomiza-se a tal ponto que «reparte-se em si mesmo e torna-se um trabalhar singular; e este trabalhar singular torna-se mecânico justamente porque dele se exclui a multiplicidade, por conseguinte, ele próprio se torna um trabalho mais universal, mais estranho à totalidade»²¹⁰, daqui identificando Honneth, que:

Numa sociedade na qual o reconhecimento social desfrutado por indivíduos e grupos sociais depende do grau de estima atribuído às diferentes profissões e ocupações, mas as hipóteses de acesso a elas são desigualmente distribuídas, uma parcela significativa da população é privada das experiências de reconhecimento intersubjetivo das quais a formação bem-sucedida da sua identidade depende.²¹¹

Por esta via, e segundo Weber, se percebe o lastro laboral que o vinco sociocultural calcado pela Igreja tinha, por mão do ascetismo cristão, semelhante proeza que introduzia afuniladamente os ser humanos na sua materialização pelo *trabalho*, uma vez que por essa via moral, ao se converter num método sistemático e racional para os seus mundanos desígnios, «com o fim de superar o *status naturae*, libertar o homem dos instintos irracionais e subtraí-lo à dependência do mundo e da natureza, submetê-lo à supremacia da vontade planificada, sujeitar as suas ações a um autocontrolo firme e à avaliação do seu alcance ético»²¹², subordinação, senão mesmo, subjugação humana que se convertera à existência mecanicista por intermédio da qual:

A socialização da produção e da inovação científica e tecnológica, o capital tende a criar novos processos de trabalho e destruir os antigos, transformando a situação dos diversos agentes de produção. O capital põe assim em movimento um modo de produção especificamente capitalista. A subsunção do trabalho é chamada real, portanto, quando os próprios processos de trabalho nascem dentro do capital, quando o trabalho é incorporado não como um fator externo, mas como uma força interna, própria do próprio capital.²¹³

O ser humano na sua condição de trabalhador, opera através do seu agir, o *trabalho* objeto cujo fim retorna a si-próprio como manifestação da supressão de suas próprias

²⁰⁹ Hegel, George W. F., *O sistema da vida ética*, Edições 70, Lisboa, 2018, p. 30

²¹⁰ Idem, *ibidem*

²¹¹ Honneth apud Bressiani, Nathalie, «*Do trabalho ao reconhecimento...*», op. cit., p. 28

²¹² Weber, Max, «*A Ética Protestante e o...*», op. cit., p. 114

²¹³ Hardt, Michael; Negri, Antonio, «*Il Lavoro De...*», op. cit., p38

necessidades, servindo o *trabalho* e servindo-se igualmente dele, uma vez que ele é o princípio e o fim em si mesmo, refugia-se na necessidade que se esconde no que acontece:

A necessidade está escondida no que acontece, e só no fim se manifesta; mas de tal maneira que o fim mostra justamente que essa necessidade era também o primeiro. O fim, porém, mostra essa prioridade de si mesmo, porque, através da alteração que o agir operou, nada resultou que já não fosse. Ou seja: se começamos do primeiro [vemos que] no fim ou no resultado de seu agir ele apenas retorna a si mesmo. Portanto, o primeiro se mostra exatamente como sendo algo tal que tem a si mesmo por seu fim; assim, como primeiro já retornou a si, ou é em si e para si mesmo. Logo, é a si mesmo que alcança através do movimento de seu agir; e seu sentimento-de-si é atingir-se só a si mesmo.²¹⁴

A totalidade do *trabalho* representada nos objetos produzidos, um lápis congrega *trabalho* de diferentes espécies, cuja universalidade é perdida na singularidade do objeto, caindo em consciência «deve tomar sobre si mesma o movimento peculiar do objeto, e por não ser ainda seu entendimento, deve pelo menos ser sua recordação - a qual exprime de maneira universal o que na efetividade só está presente de maneira singular»²¹⁵.

Urge pelas forças naturais que se impõem, como se uma convulsão cósmica, da pesada ingestão, regurgitasse as frações de uma essência que «consiste em passarem imediatamente a um produto neutro, o que faz de seu ser um sobrepujar em si ou um universal»²¹⁶, deste modo a percepção do *trabalho* enquanto objeto, pelo capitalista, pelas classes, e sobretudo, pelas crenças e representações sociais, inerente ao *trabalho* enquanto condição do ser humano, demonstra que «o objeto se mostra, antes, não ser em verdade como era imediatamente em si: o essente da certeza sensível, a coisa concreta da percepção, a força do entendimento, pois esse Em-si se revela uma maneira como o objeto é somente para um Outro»²¹⁷. O *trabalho* enquanto objeto, si-próprio, que não se transcende e se arrisca enquanto condição do Outro, o trabalhador, por meio «dessa experiência, vem-a-ser para a consciência-de-si que a vida lhe é tão essencial quanto a pura consciência-de-si. Na consciência-de-si imediata, o Eu simples é o objeto absoluto; que, no entanto, para nós ou em si é a mediação absoluta, e tem por momento essencial a independência subsistente»²¹⁸

²¹⁴ Hegel, George W. F., «*O sistema da...*», op. cit., p. 191

²¹⁵ Idem, *ibidem*

²¹⁶ Idem, *ibidem*

²¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 135

²¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 147

Há um retorno, uma circularidade objetiva que se transcende em virtude de «no utensílio, o sujeito separa de si o seu embotamento e objetividade, entrega um outro à aniquilação e arroja para ele a parte subjetiva da mesma; ao mesmo tempo, o seu trabalho deixa de ser algo de singular; a subjetividade do trabalho elevou-se no utensílio a um universal (...)»²¹⁹, trovador que entoa como as necessidades materiais têm vindo a suplantar as necessidades naturais, a ponto de vulgarizar o ser humano, trabalhador, classificando a sua dimensão na forma de um qualquer requisito mecânico subsumido algures no processo produtivo uma vez que «o produto do trabalho é por si, em relação ao sujeito, uma abstração da necessidade geral, tal abstração é uma possibilidade universal do uso, não do uso determinado, que ela exprime, pois este é separado do sujeito»²²⁰.

Sob atento olhar, escrutinou-se até aqui que «toda a melhoria da situação da sociedade tende, direta ou indiretamente, a elevar a renda real da terra, a aumentar a riqueza real do proprietário da terra, seu poder de comprar trabalho, ou a produção do trabalho de outras pessoas»²²¹, esse fim reificado enquanto meio para outro fim que subsume aquele descaracteriza-se na equação do processo produtivo, no entanto e perante este precipitado desfecho, o progresso parece indicar que «tudo depende dos caprichos da tecnologia, ou, mais precisamente, tudo depende da diversidade de técnicas disponíveis que permitam combinar capital e trabalho para produzir os diferentes tipos de bens e serviços consumidos pela sociedade»²²², evidência que devolve o elemento *trabalho* a uma relação natural entres os meios e os fins, ou melhor enunciando, entre os fins e os meios, anunciando sugestivamente que «a participação do trabalho aumentou simplesmente porque o trabalho se tornou mais importante no processo de produção»²²³.

3.2. CONDIÇÃO

A corrida pelo Santo Gral do *trabalho*, retrata-se ao bom estilo dos contos de aventuras, envolta de um precipitante *suspense*, ao avançar numa hesitação condicional,

²¹⁹ Hegel, George W. F., «O sistema da...», op. cit., p. 30

²²⁰ Idem, ibidem

²²¹ Smith, Adam, *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*, Nova Cultural, São Paulo, 1996, p. 270

²²² Piketty, Thomas, *O Capital do Século XXI*, Intrínseca, Rio Janeiro, 2014, p. 319

²²³ Idem, ibidem, p. 326

umas vezes caminhando ao lado do trabalhador evocando toda a natureza cósmica dessa terminável infinitude do ser humano, outras vezes transpondo-o ao avocar a interminável finitude mundana de homens e mulheres. E neste desequilíbrio que não pende, se há razão que tende é o regresso à essência, uma permanência da qual não se ausenta mas que por vezes se aliena, numa fuga centrípeta, um Ser que é o Outro e ao ser o Outro que retorna a Si.

Uma partida cuja dificuldade está em deixar de chegar e o esforço da marcha se concentra no permanecer, no saber ser. É nesta posição que se abre a visão para «expressões de valores ou significados imanentes às práticas de trabalho enquanto normas centrais de trabalho»²²⁴, falamos de acordo com o segundo modelo de Nicholas Smith, o modelo expressivo, o qual diz respeito «ao mundo real do trabalho a ser constituído historicamente por normas específicas do trabalho, normas que os sujeitos de trabalho eles próprios invocaram e se mobilizaram no curso de suas lutas pela emancipação»²²⁵, reside aqui, pelo autor, «uma concepção normativa do trabalho segundo a qual o trabalho tem valor intrínseco e não apenas instrumental»²²⁶, também Honneth aponta que «os sujeitos sociais estão sempre vinculados emocionalmente aos seus contextos e o desenvolvimento da consciência moral não pode ser pensado de forma unidimensional, como resultado de um processo contínuo ao longo do qual os sujeitos ampliam a capacidade de abstração e de universalização dos seus juízos morais».²²⁷

Mediante os simples modelos do processo produtivo, contamos agora com novas variáveis que vão mais além, isto é, «como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana»²²⁸, pelo que daqui poderemos indiciar sobre este debate que «um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetificado ou materializado trabalho humano abstrato»²²⁹, expondo às hostes o prefácio dum novo raiar sobre a relação entre *trabalho* e trabalhador, entre o ato e o inato.

²²⁴ Smith, Nicholas H., «Chapter 7: Three normative...», op. cit., p. 239

²²⁵ Idem, ibidem

²²⁶ Idem, ibidem, p. 253

²²⁷ Honneth apud Bressiani, Nathalie, «Do trabalho ao reconhecimento...», op. cit., p. 27

²²⁸ Marx, Karl, «O Capital: Crítica da Economia Política, Tomo I», op. cit., p. 102

²²⁹ Idem, ibidem, p. 99

Anteriormente observado em Aristóteles o indivíduo escravo, ainda que visto como mero objeto de seu senhor, ferramenta animada, usufruía do facto de esta ser uma condição sua, uma condição natural, sem que nenhuma ação artificial ou mecânica ocorresse para a sua transformação, de um estado em outro, poder-se-ia dizer que tal figura humana gozava de um lugar particular, apesar de transcendente, no entendimento sobre *trabalho*, contudo, o filósofo não se ficava por aqui deixando curiosa categorização, onde o indivíduo e a comunidade assumiam também eles papéis ímpares, tal destrição era assim explanada ao referir que:

Podemos comparar os cidadãos aos marinheiros: ambos são membros de uma comunidade. Ora, embora os marinheiros tenham funções muito diferentes, um empurrando o remo, outro segurando o leme, um terceiro vigiando a proa ou desempenhando alguma outra função que também tem seu nome, é claro que as tarefas de cada um têm sua virtude própria, mas sempre há uma que é comum a todos, dado que todos têm por objetivo a segurança da navegação, à qual aspiram e concorrem, cada um à sua maneira. De igual modo, embora as funções dos cidadãos sejam dessemelhantes, todos trabalham para a conservação de sua comunidade, ou seja, para a salvação do Estado.²³⁰

A divisão sugerida, enquanto ponto de partida para discussões posteriores, onde a aparente dissociação entre o indivíduo e o coletivo parece permitir um vazio irremediável, encontra resposta em Marx o necessário reparo e avanço, pois:

A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o carácter de uma força de trabalho social média e atua como tal força de trabalho social média; portanto, na medida em que, para a produção de uma mercadoria, ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho.²³¹

²³⁰ Aristóteles, «*Política*», op. cit., p. 35

²³¹ Marx, Karl, «*O Capital: Crítica da Economia Política, Tomo I*», op. cit., p. 99

O universal reduzido ao particular, e este que se projeta além de si, devolvendo-se ao universal, sem que se anulem, antes sim, a natural representação de cada um no seu oposto, daqui resultando que o «trabalho objetivado no valor das mercadorias não é expresso apenas negativamente como trabalho no qual são abstraídas todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos efetivos»²³², como também «sua própria natureza positiva coloca-se em destaque: ela encontra-se na redução de todos os trabalhos efetivos à sua característica comum de trabalho humano; ao dispêndio de força humana de trabalho»²³³.

Lança-se nova pedra na construção que tentamos edificar, convidando ao conflito conceptual, atijando um confortável desconforto intelectual necessário ao debate pela emancipação do ser humano enquanto trabalhador, impedindo o cimento relacional unificador destas duas dimensões que noutra arquitetura se conceba que não aquela onde «a pessoa possui uma superioridade e prerrogativas que a colocam no vértice da pirâmide cósmica para a tornar o maior dos valores terrestres»²³⁴, cujos alicerces assentam afirmando-se:

O trabalho é pessoal, isto significa que não é simplesmente uma função mecânica, como a de qualquer motor elétrico, hidráulico, a vapor, de explosão; não é um simples esforço muscular, como o do cavalo que puxa o coche, mas é alguma coisa mais; é um facto da inteligência, da vontade, da liberdade, da consciência; é um facto que se eleva à ordem moral.²³⁵

Chegar a esta clarividência seria precipitado sem que antes se percorra os sinuosos trilhos da história do *trabalho* e da evolução da humanidade, em seus diversos contextos, recuperando nesta ocasião o reflexo encontrado da condição de vida nos povos recolectores, os quais «com economias de retorno imediato encaravam as relações entre si como extensão da relação que tinham com os ambientes que partilhavam alimento, e os lavradores com economias de retorno diferido encaravam as relações entre si como extensão da relação com a terra que lhes exigia trabalho»²³⁶, circunstância essa de existência em vincado contraste com «aqueles destinados ao trabalho nas fábricas [onde] os empregadores não exigiam

²³² Marx, Karl, «*O Capital: Crítica da Economia Política, Tomo I*», op. cit., p. 119

²³³ Idem, *ibidem*

²³⁴ Brucculeri, Angelo S.J., «*O trabalho*», op. cit., p. 9

²³⁵ Idem, *ibidem*, pp. 9 - 10

²³⁶ Suzman, James, «*Trabalho, uma história...*», op. cit., p. 191

qualificações propriamente ditas, mas sim corpos que se pudessem treinar para trabalhar com máquinas de fiar, incluindo hidráulicas e teares»²³⁷, denotando o parasitismo da coisificação do trabalhador, a degenerescência humana, em divergência com a relação cósmica entre esses corpos celestes que coabitam sinergicamente e resvalam numa responsabilidade imputável no agir do indivíduo por meio do qual «determinou de maneira mais exata como é que se volta contra ele a universalidade efetiva - da qual ele se fez propriedade. Seu agir, como efetividade, pertence ao universal; mas seu conteúdo é a própria individualidade, querendo manter-se como este singular, oposto ao universal»²³⁸.

Subtilmente parece demonstrar-se que o *trabalho* se delonga numa concepção mais profunda que a mera abstração objetificante que se enraizou, sobretudo desde a Idade Média até à modernidade, cuja rutura infligida por Marx granjeou novas perspectivas que tomavam então no conceito de valor a alavanca necessária à mudança, entendendo-se assim o *trabalho* como «uma prática que produz valor»²³⁹, não um qualquer valor, muito menos o valor capitalista designadamente das sociedades industriais tayloristas ou dos conceitos reintroduzidos na contemporaneidade de:

“Performance” ou “performatividade” como paradigmas para análise e prática social: enquanto o conceito de “performance” destaca a importância social de práticas discursivas, usamos “trabalho” para focar a atenção em práticas produtoras de valor. A focalização no processo de valorização parece ser o método mais adequado para reconhecer a produção não simplesmente como criação de conhecimento e identidade, mas da sociedade e dos sufocamentos que a animam – enfim, reconhecer a produção da produção.²⁴⁰

As transformações observadas entre trabalhador e *trabalho* ganharam particular expressão pela voz de Marx, rompendo com a galopante reificação do trabalhador e com a devota idolatria ao deus capital, para quem «a essência do ser humano está no trabalho. O que os homens produzem é o que eles são. O homem é o que ele faz. E a natureza dos indivíduos depende, portanto, das condições materiais que determinam sua atividade produtiva»²⁴¹, verifica-se tendencialmente um regresso inevitável àquela que se torna uma

²³⁷ Suzman, James, «*Trabalho, uma história...*», op. cit., p. 242

²³⁸ Hegel, George W. F., «*Fenomenologia do...*», op. cit., p. 263

²³⁹ Hardt, Michael; Negri, Antonio, «*Il Lavoro De...*», op. cit., p. 13

²⁴⁰ Idem, ibidem, p. 14

²⁴¹ Albornoz, Suzana, «*O que é...*», op. cit., p. 69

evidência, de que «a humanidade, desde os primórdios, empregou o trabalho para conseguir as condições necessárias à sobrevivência»²⁴² e não o seu contrário, precisamente, o *trabalho* servindo-se do homem e da mulher para assegurar a sua existência.

A transição que oferecemos encontra em Marx esses mesmos momentos, espelhando-se no desenvolver das suas teorias, neste estágio assumia que «o trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível (*sinnlich*). Ela é a matéria na qual o seu *i* se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz»²⁴³, a representação do cosmos no ser orgânico que é o trabalhador começa a emergir, embora sugira, que este ainda está ausente de uma consciência do seu estado de natureza, não sendo este [estado] mas esta [natureza] que «oferece os meios de vida, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os meios de vida no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do trabalhador mesmo»²⁴⁴. O trabalho, isto é, aqui, o trabalhador, é assim visto «como o único criador e a única medida do valor económico»²⁴⁵, para o qual se considera concorrerem «as capacidades de trabalho no trabalho [ao envolverem] o exercício de habilidades que o trabalhador possui; o uso de ferramentas e recursos; e tempo e energia (mais ou menos de cada, dependendo da tarefa)»²⁴⁶, não obstante que nessa sua remanescência cósmica « as capacidades produtivas de um indivíduo também estão ligadas a uma série de decisões ao longo do tempo sobre como usar o seu tempo e energia, como dispor de seus recursos e (talvez) como melhor utilizar as suas habilidades e afinidades naturais»²⁴⁷.

Estabelece-se um elo, que repõe umbilicalmente os fluxos e refluxos no processo produtivo, onde se cria o encontro entre a força de trabalho e a força do *trabalho*, com efeito denota-se igualmente aqui que «logo que os homens trabalham uns para os outros de algum modo, o seu trabalho também assume uma forma social»²⁴⁸, definindo determinantes que ultrapassam as meras necessidades vitais e materiais do particular, conjugando-se numa densa correspondência com o universal, o organismo vivo que é o ser humano percebe que é

²⁴² Catelli Jr., Roberto, *et al.*, «*Ética, Política...*», p. 114

²⁴³ Marx, Karl, «*Manuscritos...*», *op. cit.*, p. 81

²⁴⁴ Idem, *ibidem*

²⁴⁵ Mattick, Paul, «*Marx & Keynes: Os limites...*», *op. cit.*, p. 43

²⁴⁶ Cwik, Bryan, Labor as the Basis for Intellectual Property Rights, *Ethical Theory and Moral Practice*, vol 17, n, 9, 2014, pp. 681-695, p. 686

²⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 686

²⁴⁸ Marx, Karl, «*Manuscritos...*», *op. cit.*, p. 122

momento de se adaptar às mudanças que o meio ambiente em seu redor sofreu, desenvolvendo-se, metamorfoseando-se num novo organismo, uma nova forma viva, é essa força do *trabalho* que agora agrega em si «o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo»²⁴⁹. O ser humano que parecia ser acessório dispensável, embora de encaixe único, no objeto do *trabalho*, sobe agora de patamar, chama a si uma razão que sujeita o *trabalho* a uma condição essencial, irrevogável na determinação das funções objetivas a que a produção do *trabalho* responde mediante os requisitos vitais, aceitando-se que se «o homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro»²⁵⁰, do mesmo se conclui a subsunção do material no imaterial ao instituir-se a ordem pela qual «no sistema natural cabeça e mão estão interligados, [também no] processo de trabalho [se] une o trabalho intelectual com o trabalho manual»²⁵¹ o que nos leva a assumir que o «valor do trabalho (*value of labour*) é na realidade o valor da força de trabalho, que existe na personalidade do trabalhador e difere de sua função, o trabalho, tanto quanto uma máquina de suas operações»²⁵².

Se no período de ascensão do capitalismo e como este se apropriava das capacidades produtivas do ser humano, numa diferença que Honneth defende existir «entre as ideias básicas de justiça formuladas e defendidas pela vanguarda política e por especialistas da cultura burguesa, por um lado, e a moralidade social das classes dominadas, que possui um caráter fortemente fragmentado, por outro»²⁵³, fazendo com que o próprio trabalhador se deixasse de distinguir, de se identificar perante o espelho do *trabalho* face àqueles que eram os objetos do processo produtivo, isto é, a transição do *trabalho* enquanto condição própria para o *trabalho* enquanto objeto, através da alienação do seu valor, valor intrínseco, apropriado pelo capitalista. O trabalhador ao ser despojado de meios que o permitam tornar a riqueza uma realidade para si, não lhe subtrai ainda assim o valor que transporta, sendo e

²⁴⁹ Marx, Karl, «*O Capital: Crítica da Economia Política, Tomo I...*», op. cit., p. 180

²⁵⁰ Idem, *ibidem* p. 137

²⁵¹ Marx, Karl, «*O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...*», op. cit., p. 137

²⁵² Idem, *ibidem*, p. 168

²⁵³ Honneth apud Bressiani, Nathalie, «*Do trabalho ao reconhecimento...*», op. cit., p. 26

podendo ser novamente apropriado por outro senhor do capital, ou processo produtivo, temos pois:

Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meios de valorização e de satisfação para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou — fonte pessoal de riqueza, mas despojado de todos os meios, para tornar essa riqueza realidade para si. Como, ao entrar no processo, seu próprio trabalho já está alienado dele, apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, este se objetiva, durante o processo, continuamente em produto alheio.²⁵⁴

Contrariando a percepção e o sermão pregado pelos empregadores cujo fundamento maior era (e por vezes continua a ser) vergar o trabalhador à finitude dos meios reificados, enquanto estes se materializam numa quantificação última do objeto, o trabalhador renova-se ao continuar a preservar em si a sua condição qualificável.

O fator humano recebe merecido destaque ao perceber-se que na ligação que se estabelece com os meios produtivos resulta que a «complementaridade entre os insumos de mão-de-obra especializada implica que a produção aumenta mais do que a soma de seus produtos marginais, conforme normalmente concebidos»²⁵⁵, é expressão que ganha relevo por na equação se introduzir novo elemento, o capital humano, o qual representa «o conhecimento, as qualificações, as habilidades, a inovação e a capacidade dos recursos humanos para cumprir as tarefas exigidas»²⁵⁶. São estas características intrínsecas, únicas em cada elemento que são a «razão porque o mercado de trabalho está dividido – médicos e economistas, por exemplo, são grupos não concorrentes porque é difícil e dispendioso para um membro de uma profissão entrar na outra (...) assim existem muitas profissões e qualificações diferentes que concorrem apenas de um modo genérico»²⁵⁷, justificando desigualdades aparentemente estruturais no encontro da oferta e procura no mercado de trabalho, viciando novamente este frágil equilíbrio suspenso numa paleta de classificações emergentes de tempos a tempos, ao se perceber que «a igualdade abstrata dos indivíduos se concretiza na produção capitalista como desigualdade concreta: apenas uma pequena parte

²⁵⁴ Marx, Karl, «*O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...*», op. cit., p. 203

²⁵⁵ Congleton, Roger D., «The economic role of a work ethic», *Journal of Economic Behavior & Organization*, Vol. 15, n. º 3, 1991, (365 – 385), p. 373

²⁵⁶ Serb, Diana E.; Cicioc, Nicoleta C., «Human Capital in the current labor market of Europe», *Risk in Contemporary Economy*, 2015, (143 – 152), p. 143

²⁵⁷ Samuelson, Paul; Nordhaus, William D., *Microeconomia*, Mcgraw-Hill, Lisboa, 2006, p. 247

dos homens possui o poder de compra necessário para adquirir a quantidade de mercadorias indispensável para garantir a sua felicidade»²⁵⁸, é sob estes ditames que se concebe também que «a partir de uma certa forma histórica da divisão social do trabalho e da divisão de classes, se cria uma forma eterna e metafísica das relações entre o necessário e o belo, entre a matéria e a vida»²⁵⁹.

Temos vindo a gizarr um novo quadro do trabalhador, devolvendo-lhe a dignidade de outrora, reconhecendo-o nessa mesma condição, sem, contudo, possibilitar ainda uma conciliação com o *trabalho* e sobretudo consigo próprio, uma vez que «os sujeitos sociais possuem a expectativa moral de serem reconhecidos e a de controlarem autonomamente os seus trabalhos»²⁶⁰. Na sua esfera existencial encontra-se a possibilidade de estabelecer um diálogo par entre o seu pensar e o seu agir, um reencontro de duas naturezas precocemente separadas, em conflito consigo próprias e entre si, reclamam em unísono pelo reconhecimento de sua siamesa *alma mater*. Nos dois extremos que se afastam relutantemente, desconhecendo que avançam numa mesma direção, é ainda possível identificar diferenças que persistem «entre o trabalho intelectual e o trabalho de simples execução»²⁶¹, expressando, numa singularidade única, tão somente que «no primeiro prevalece a contribuição intelectual sobre a contribuição física, a contribuição das faculdades superiores do espírito sobre a dos órgãos corporais; mas tanto uma como outra são irradiações do eu»²⁶², embora «tanto a primeira como a segunda têm um valor humano»²⁶³, o qual se expressa, conforme conclui Bruccleri «não só sob o ponto de vista subjetivo o trabalho possui este valor, isto é, sob o aspeto do agente e da atividade que ele desenvolve, mas também sob o ponto de vista objetivo». Há um espaço a ser preenchido e que figura entre estes dois prismas, «se o trabalho é em si mesmo qualquer coisa de pessoal, é absurda a conceção do trabalho escravo da antiguidade pagã, como do trabalho-mercadoria da nossa época capitalista»²⁶⁴, conduzindo-nos à evidência que vem ganhando bases, e sobre a qual se ultima que se «o trabalho tem um carácter pessoal e consequentemente qualitativo não pode

²⁵⁸ Marcuse, Herbert, «*Cultura y Sociedad...*», op. cit., p. 7

²⁵⁹ Idem, ibidem, p. 4

²⁶⁰ Honneth apud Bressiani, Nathalie, «*Do trabalho ao reconhecimento...*», op. cit., p. 28

²⁶¹ Bruccleri, Angelo S.J., «*O trabalho*», op. cit., p. 10

²⁶² Idem, ibidem

²⁶³ Idem, ibidem

²⁶⁴ Idem, ibidem, p. 11

em concreto considerar-se como uma mercadoria; isto é, escapa a avaliações quantitativas, nem se pode apreender em números como sucede com a mercadoria»²⁶⁵.

Os dois microcosmos, interno e externo, aproximam-se ao compreender certa orgânica no *trabalho*, tomada agora, com origem óbvia, por oposição à mecanicidade que domestica o *animal laborans*, na natureza emanante do ser humano, levando a que aquele [o *trabalho*] seja «a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital pelo trabalho»²⁶⁶, agregando em si um processo não só produtivo e objetificado, descobre em si um processo biológico, animado, manifestando deste modo que «a condição humana do trabalho é a própria vida»²⁶⁷. O trabalhador jamais regressará à definição anterior, uma vez em contacto com o *trabalho*, ou por este tocado, transformam-se mutuamente, num processo irreversível de simbiose homeostática que parte da total heterogeneidade para uma crescente homogeneização orgânica, ao se considerar que:

O que quer que toque a vida humana ou mantenha uma duradoura relação com ela assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. Por isso os homens, independentemente do que façam, são sempre seres condicionados. Tudo o que adentra o mundo humano por si próprio, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana.²⁶⁸

Toma-se consciência do depósito substantivo de saber que mantém viva a memória de que o *animus* do *trabalho* reside agora na força do *trabalho*, razão pela qual Arendt considera que «a atividade do trabalho não requer a presença de outros, mas um ser que trabalhasse em completa solidão não seria humano, e sim um *animal laborans* no sentido mais literal da expressão»²⁶⁹, razão pela qual «não é o próprio trabalho, mas o excedente da “força de trabalho” humana (*Arbeitskraft*), que explica a produtividade do trabalho»²⁷⁰, sendo precisamente este fator, enquanto associado ao *trabalho* social, que pode ser:

²⁶⁵ Brucculeri, Angelo S.J., «O trabalho», op. cit., p. 13

²⁶⁶ Arendt, Hannah, «A Condição...», op. cit., p. 67

²⁶⁷ Idem, ibidem

²⁶⁸ Idem, ibidem, p. 69

²⁶⁹ Idem, ibidem, p. 82

²⁷⁰ Idem, ibidem, p. 142

Canalizado de tal forma que o trabalho de alguns é bastante para a vida de todos. Desse ponto de vista puramente social, que é o ponto de vista de toda a era moderna, mas que recebeu sua mais coerente e grandiosa expressão na obra de Marx, todo o trabalho é “produtivo” de modo que perde sua validade a distinção anterior entre a realização de “tarefas servis” que não deixam vestígios, e a produção de coisas suficientemente duráveis para que sejam acumuladas.²⁷¹

A relação estabelecida entre os diferentes órgãos que devolvem funcionalidade e vitalidade a um organismo mais complexo, anteriormente mergulhado na existência material, e agora, transformando-a com seus recursos, reproduz meios que lhe permitem reencontrarse na essência imaterial, tal como «a natureza e a Terra constituem, de modo geral, a condição da vida humana, então o mundo e as coisas do mundo constituem a condição na qual essa vida especificamente humana pode estar em casa na Terra»²⁷², despertando numa imanência sob a qual se impõe que «a obra de nossas mãos, distintamente do trabalho do nosso corpo – o *homo faber*, que produz e literalmente “opera em” distintamente do *animal laborans*, que trabalha e “se mistura com” – fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano»²⁷³.

A mecânica e a tecnologia, se consideradas enquanto espécimes diferentes da invenção humana e possuindo um fator diferenciador entre si, como aquele que existe entre as espécies de seres vivos e que tal como estes, ainda assim, necessitam de coexistir, incorrendo num ajuste natural às necessidades ou habilidades que em determinado momento se complementam, rivalizam inicialmente com uma circunstância bem distinta, o fator humano, enquanto propriedade comum de todos os homens e mulheres que é por seu lado, distintamente, diferenciador de cada ser humano, pelas suas qualidades, pelas suas habilidades, pela sua capacidade de cogitar, como também pela ligação que estabelece de si e para si, pois se «a “humanidade” é o cosmos dessa concepção, o homem “individual” é o seu átomo»²⁷⁴, obrigando este a despir a vestimenta que lhe foi talhada, ao forçar a compreensão de que enquanto trabalhador não está «numa relação de contradição com a sociedade»²⁷⁵, tão pouco num plágio funcional concorrente com a máquina, deverá, antes sim, declarar-se

²⁷¹ Arendt, Hannah, «A Condição...», op. cit., p. 143

²⁷² Idem, ibidem, p. 178

²⁷³ Idem, ibidem, p. 192

²⁷⁴ Jünger, Ernst, «The Worker», op. cit., p. 13

²⁷⁵ Idem, ibidem, p. 16

«numa relação de absoluta alteridade»²⁷⁶ em que «a categoria “trabalhador” pode significar nada mais do que uma atitude que reconhece no trabalho a sua ordem e, portanto, a sua liberdade»²⁷⁷, através da qual:

O “indivíduo” também possui forma, e o supremo direito inalienável à vida que compartilha com pedras, plantas, animais e estrelas, é seu direito de formar. Como forma, o “indivíduo” abrange mais do que a soma de seus poderes e capacidades; ele é mais profundo do que ele pode imaginar em seus mais profundos pensamentos, e mais poderoso do que o que ele pode expressar em seus atos mais poderosos.²⁷⁸

Pavimenta-se de xadrez essa dualidade, cada vez mais harmonizada, onde «a relação entre progresso e realidade é derivada (...) o trabalhador move-se acima da condição para cujo progresso o confinou, como o portador da substância fundamental heroica que determina uma nova vida»²⁷⁹ expressa numa cinética alquímica que se faz representar num movimento que Hegel explica como sendo o seguinte:

- 1) indico o agora, que é afirmado como o verdadeiro; mas o indico como o-que-já-foi, ou como um sobrelevado. Excedo a primeira verdade, e:
- 2) agora afirmo como segunda verdade que ele foi, que está sobrepujado.
- 3) mas o-que-foi não é. Sobrelevo o ser-que-foi ou o ser-superado - a segunda verdade; nego com isso a negação do agora e retorno à primeira afirmação de que o agora é.²⁸⁰

Estamos perante o curso de toda essa deslocação mediada entre trabalhador e *trabalho*, a condição à qual se eleva é, pois, resultado desse movimento que «não é outra coisa que o movimento da percepção, no qual ambos os lados - o perceptor e o percebido - são ao mesmo tempo, de uma parte, um só e indistinto, como o apreender do verdadeiro; mas igualmente de outra parte, cada lado reflete sobre si, ou é para si»²⁸¹, o *trabalho* enquanto condição do homem e da mulher é inseparável do *trabalho* enquanto objeto, sendo corolário precisamente o contrário. Se o detentor dos meios do processo produtivo vê o *trabalho* como objeto da sua unidade produtiva, o trabalhador o vê como condição sua, contudo ambos se relacionam indissociavelmente, onde o *trabalho* enquanto condição do ser humano necessita

²⁷⁶ Jünger, Ernst, «*The Worker*», op. cit., p. 16

²⁷⁷ Idem, ibidem, p. 28

²⁷⁸ Idem, ibidem, p. 23

²⁷⁹ Idem, ibidem, p. 30

²⁸⁰ Hegel, George W. F., «*Fenomenologia do...*», op. cit., p. 91

²⁸¹ Idem, ibidem, p. 111

da sua forma enquanto objeto que expressa essa mesma condição, também o *trabalho* só será objeto se resultar da condição de trabalhador, sem a qual seria unicamente Natureza, deste modo esses dois lados «formam também uma unidade, unidade essa que se manifesta como meio-termo em relação a extremos para si essenciais, e se divide sempre de novo justamente nesses extremos, que são somente por isso»²⁸².

Seríamos convidados a encerrar esta análise se aqui desenhássemos um ponto final, aceitando uma unidade espontânea, sanando voluntariamente uma diferença caprichosa, todavia é ainda tempo de vermos que «no interior do fenômeno o entendimento na verdade não experimenta outra coisa que o fenômeno mesmo»²⁸³, isto é, «não o fenômeno do modo como é jogo de forças, mas sim, o jogo das forças em seus momentos absolutamente universais, e no movimento deles: de facto, o entendimento só faz experiência de si mesmo»²⁸⁴, motivo pelo qual a condição humana de trabalhador se destaca «na diferença que é uma diferença interior, o oposto não é somente um dos dois - aliás seria um essencial, e não um oposto; mas sim o oposto de um oposto, ou seja, nele está dado imediatamente o Outro»²⁸⁵.

A relação constante entre a projeção do *trabalho* enquanto condição, valor que transporta, com os resultados e produtos do processo produtivo, por oposição ao que inversamente se verifica pela produção e empregabilidade dos meios que se vê como condição para empregar o trabalhador e como tal, representado este na categoria de objeto, elemento comum, inserido na unidade de produção, tal como a máquina, requer uma exigente formulação apenas pela qual se torna perceptível que «para a consciência-de-si há uma outra consciência-de-si [ou seja]: ela veio para fora de si»²⁸⁶, apontando justificção no sentido de uma «dupla significação: primeiro, ela se perdeu a si mesma, pois se acha numa outra essência. Segundo, com isso ela sobrelevou o Outro, pois não vê o Outro como essência, mas é a si mesma que vê no Outro»²⁸⁷.

Com efeito esse movimento tem de partir do *trabalho* como condição, condição do homem e mulher trabalhador, que apenas nesta forma, nessa consciência-de-si se poderá

²⁸² Hegel, George W. F., «*Fenomenologia do...*», op. cit., p. 111

²⁸³ Idem, *ibidem*, p. 132

²⁸⁴ Idem, *ibidem*

²⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 128

²⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 143

²⁸⁷ Idem, *ibidem*

relacionar com o *trabalho* objeto, regressando novamente a si, agir esse que se esvazia no sentido contrário, isto é, partindo do *trabalho* objeto, este encerra-se em si mesmo, nada terá para se exceder, nada havendo nele que não seja mediante ele mesmo, senão a oportuna possibilidade de chegar até aqui pela pertinência que reside em ambos os momentos «porém como, de início, são desiguais e opostos, e ainda não resultou sua reflexão na unidade, assim os dois momentos são como duas figuras opostas da consciência: uma, a consciência independente para a qual o ser-para-si é a essência; outra, a consciência dependente para a qual a essência é a vida, ou o ser para um Outro. Uma é o senhor, outra é o escravo»²⁸⁸.

A essência do ser humano reside neste enquanto condição, ser essente, que se realiza mediante o ato, o objeto que concretiza, do qual é capaz e o exprime como ser que é, «o ato é algo simplesmente determinado, um universal, algo a ser apreendido em sua abstração: é homicídio, furto ou benefício, ato heroico, etc. Pode-se dizer do ato que ele é. O ato é isto; e seu ser não é somente um signo, mas a Coisa mesma»²⁸⁹, um encontro e desencontro mútuo, em que cada um converge e diverge de, e para, o outro, «o mundo desse espírito se desagrega num mundo duplo: o primeiro é o mundo da efetividade ou o da alienação do espírito; o segundo, o mundo que o espírito, elevando-se sobre o anterior, constrói para si no éter da pura consciência»²⁹⁰.

Contudo, o trabalhador, regressa, como se nunca tivesse partido, de sua condição, permanecendo neste mundo «oposto àquela alienação, por isso mesmo não é livre dela, mas é antes somente a outra forma da alienação, que consiste precisamente em ter a consciência em dois mundos diversos, e que abarca ambos»²⁹¹, tal como, explícita Hegel no caso do artesão, simbolicamente, opera «a divisão, de que parte o espírito do artesão - a do ser-em-si, que se converte no material que ele elabora, e do ser-para-si, que é o lado da consciência-de-si que trabalha - essa divisão em sua obra se tornou objetiva. Seu esforço ulterior deve tender a suplantiar essa separação da alma e do corpo»²⁹², uma vez que as capacidades e qualidades que residem em si, estendem-se para lá de si, incorporam o que parte de si, alentam o que é produzido por si, isto é, «enquanto a obra se aproxima de si mesma em seus

²⁸⁸ Hegel, George W. F., «*Fenomenologia do...*», op. cit., p. 147

²⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 210

²⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 338

²⁹¹ Idem, *ibidem*

²⁹² Idem, *ibidem*, p. 470

lados, com isso sucede ao mesmo tempo também outra coisa; aproxima-se da consciência-de-si que trabalha, e esta chega na obra ao saber de si, tal como é em si e para si»²⁹³. Somos assim conduzidos, aconselhados prudentemente, a não exultar o trabalhador a uma qualidade superior, sem que a maturidade da necessária concepção lhe possa oferecer a tão desejada emancipação, a mesma que no simbólico «artesão - o espírito total - não se manifestou ainda; mas é a ainda íntima e recôndita essência, que só se faz presente como todo, cindida na consciência-de-si ativa e em seu objeto produzido»²⁹⁴.

A complexidade do debate que aqui em nada se esgota, senão mesmo se renova e adensa, na miríade de facetas que se revelam, ao debruçarmos alguma reflexão e sentido crítico sobre o trabalhador, e inevitavelmente sobre a relação que por entre criações e extinções, em boa verdade, se gera e regenera na essência do ser humano. Fomos confrontados com essa dificuldade multifacetada, romantizada no paradoxo do escravo, esse instrumento vivo que tem tanto de objeto como ferramenta, como tem de condição humana em seu ser animado, forçado na idolatria e libertado no sublime, pouco se afasta daquele que vem a ser o indivíduo inútil na sua individualidade, enquanto célula, simples unidade orgânica, na pluralidade de um organismo maior, um corpo, a força do *trabalho*. O trabalhador e o *trabalho*, o *trabalho* e o trabalhador, tão somente isso, um elo circunscrito ao vaivém entre a universalidade do objeto e a particularidade da condição humana que se realiza, na promessa de uma elevação, a superioridade emancipada do Ser que se eleva da finitude do ser-Outro na infinitude do ser-em-Si.

O cosmos agrega, cada corpo celeste que por ele viaja, por si se desintegra e nele se volta a reunir, como frações de uma matriz, uma ordem maior onde o todo supera a soma das partes.

3.3. CONCEITO

A lateralidade presente nos debates e discursos reflexivos sobre trabalhador e *trabalho* expõe cruamente a ambiguidade entorpecedora de uma comunicação esclarecida e clarividente sobre estas duas inseparáveis dimensões, cuja clivagem nunca chegou a sair do

²⁹³ Hegel, George W. F., «*Fenomenologia do...*», op. cit., p. 471

²⁹⁴ Idem *ibidem*

seu próprio ponto de partida, o ser humano, ao perder a panorâmica holística que reside na reunião dessas mesmas perspectivas num só conceito que vai além da forma, incorporando um espírito potenciador de uma etérea orgânica, «somente nós, que erigimos a objetividade de um mundo nosso a partir do que a natureza nos oferece, que o construímos dentro do ambiente natural para assim nos proteger dele, podemos observar a natureza como algo “objetivo”. Sem um mundo interposto entre os homens e a natureza, há eterno movimento, mas não objetividade»²⁹⁵.

A exposição a que aqui se pretende dar lugar exige uma compreensão da gradual transição, tão necessária como a transposição prática e discursiva que propõe, por forma a se alcançar uma base imprescindível ao (re)conhecimento do trabalhador, e conseqüentemente do *trabalho*, aceitando-se para tal e como primeira pedra lançada neste empreendimento, o terceiro modelo identificado por Nicholas Smith, o modelo do reconhecimento, respeitante «a normas que se relacionam seja para realização individual ou contribuição através do trabalho (na forma de estima) ou para as condições que devem existir para que os indivíduos participem na troca de serviços pelos quais as sociedades de mercado se reproduzem (na forma de respeito mútuo)»²⁹⁶, residindo como elemento central desta edificação que «as normas centrais de trabalho são as normas de reconhecimento»²⁹⁷, desempenhando aqui importante papel a distinção encetada entre respeito e estima²⁹⁸. Neste sentido, o entendimento que resulta destas duas condições aponta o respeito como «o reconhecimento que é devido a qualquer pessoa pelo simples facto de ser uma pessoa»²⁹⁹, enquanto estima é «o reconhecimento que decorre de uma conquista ou contribuição social»³⁰⁰, estamos assim perante definições que subordinam o *trabalho* às particularidades humanas recordando, contudo, por sua vez, que estas recebem destacado relevo graças às singularidades do *trabalho* que condicionam igualmente o homem e mulher trabalhador. Smith traduz esta inter-relação referindo-se aos argumentos de Honneth que se baseia em Hegel e Durkheim, ao afirmar que:

²⁹⁵ Arendt, Hannah, «A Condição...», op. cit., p. 193

²⁹⁶ Smith, Nicholas H., «Chapter 7: Three normative...», op. cit., p. 239

²⁹⁷ Idem, ibidem, p. 258

²⁹⁸ Cfr. Idem, ibidem, p. 259

²⁹⁹ Smith, Nicholas H., «Chapter 7: Three normative...», op. cit., p. 259

³⁰⁰ Idem, ibidem

As economias de mercado modernas ganham sua legitimidade a partir de uma norma de reconhecimento mútuo segundo a qual “os sujeitos se reconhecem mutuamente como seres autônomos privados que agem uns pelos outros e, assim, sustentam sua subsistência através da contribuição de seu trabalho. para a sociedade”.³⁰¹

A resposta em torno da qual circulamos deixa-se mostrar subtilmente toda a vez que reconhecemos uma essência que transcende o *trabalho* e que não se fica pela mera condição humana, supera a objetividade da lógica dos processos produtivos, e vai além de um valor quantificável, um valor objetificado neste meio, assim «a relação entre valor e trabalho não é, portanto, de mão única (...). Se o trabalho é a base do valor, o valor, por sua vez, é a base do trabalho»³⁰², alterando o prisma que parece refletir numa só direção, anunciando como o truísmo retratado nos discursos simplificadores parece divergir para uma originalidade nada simplista dos conceitos, sendo necessário despertar cada vez mais para a evidência que se aflora ao se encarar que:

O que se assume como trabalho, ou como atividade criadora de valor, depende sempre dos valores existentes num determinado contexto social e histórico; em outras palavras, o trabalho não pode ser definido simplesmente como uma atividade, qualquer atividade, mas como uma atividade específica socialmente reconhecida como produtora de valor.³⁰³

Contando a história os meandros dessa balança de largas amplitudes, encontra-se agora na verticalidade assinalada pelo fio-de-prumo de uma imanência que nivela o impar desequilíbrio, levando-nos a «testemunhar aqui a passagem do “trabalhador de massa”, da sociedade fordista para a sociedade informatizada e automatizada, do trabalho fabril regulado ao trabalho imaterial e criativo da sociedade-fábrica»³⁰⁴.

Existe uma mudança que se faz operar como se de um ciclo natural se tratasse repondo a homeostasia desse organismo complexo, referimo-nos pois à «mesma passagem social, na própria composição da produtividade geral do sistema, que produziu novas subjetividades, determinou novas relações culturais e políticas e, conseqüentemente, impôs uma mudança de direção no curso da história»³⁰⁵, muito se devendo ao carácter irreverente do *trabalho* que

³⁰¹ Smith, Nicholas H., «Chapter 7: Three normative...», op. cit., p. 262

³⁰² Hardt, Michael; Negri, Antonio, «Il Lavoro De...», op. cit., p. 15

³⁰³ Idem, ibidem, p. 15

³⁰⁴ Idem, ibidem, p. 27

³⁰⁵ Idem, ibidem

pulsa nas fibras da condição humana quer como «força constituinte da sociedade, apresentando-se como um lugar criativo da vida, uma fábrica dinâmica de valores e normas»³⁰⁶, quer enquanto «instância crítica de todo o poder constituído, de toda ordem constitucional dada»³⁰⁷, precisamente ao encontro de Honneth para quem «a formação da identidade do indivíduo depende de relações de reconhecimento, por meio das quais os sujeitos formam as expectativas morais de comportamento que dirigem aos seus parceiros de interação»³⁰⁸

Há um corpo, um corpo animado que se começa a expor num crescendo sublime sem que antes se debata no substancial, matéria que tem vindo a ser deslindada revelando a ponta do novelo que funde a ação do homem e mulher enquanto trabalhador com o valor das coisas corpóreas que compreendem o valor de uso de uma determinada mercadoria, a mesma que subsume em si o *trabalho* enquanto condição humana, dado que «prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. Mas mesmo o produto do trabalho já se transformou em nossas mãos»³⁰⁹, reservando na geração enquanto fenómeno natural a genesis valorativa da criação artificial e desse modo estabelecendo a direção na ordem do valor alienado que se estabelece no zimbório da consciência-de-Si e a consciência-de-si-no-Outro, sendo assim necessário partir:

Para uma reflexão fecunda, detalhada e isenta de contradições, visando compreender o trabalhador, totalmente independente de qualquer avaliação, como portador de uma nova humanidade, devemos também considerar o trabalho como uma nova forma de vida, cujo objeto a orbe da Terra aparece, e que ganha valor e distinção apenas por meio do contacto com a variedade multifacetada da Terra.³¹⁰

O homem e mulher trabalhador que procura fundamento no ser-para-Si e no ser-para-Outro como nova construção cósmica, um vórtice conceptual conciliador de definições que orbitavam entre a razão interior e a razão exterior, tem que na forma inicial:

O interior é apenas o universal em-si; mas esse Universal em si-simples é essencialmente e também absolutamente a diferença universal, por ser o resultado da mudança mesma, ou

³⁰⁶ Hardt, Michael; Negri, Antonio, «*Il Lavoro De...*», op. cit., p. 35

³⁰⁷ Idem, *ibidem*

³⁰⁸ Honneth apud Bressiani, Nathalie, «*Do trabalho ao reconhecimento...*», op. cit., p. 30

³⁰⁹ Marx, Karl, «*O Capital: Crítica da Economia Política, Tomo I*», op. cit., p. 98

³¹⁰ Jünger, Ernst, «*The Worker*», op. cit., p. 58

a mudança é sua essência, mas a mudança enquanto posta no Interior como é em verdade, e por isso nele recebida como sendo também absolutamente universal, tranquilizada e permanecendo igual a si mesma.³¹¹

Reside uma energia cuja vibração refratada em duas direções, é devolvida ao mesmo campo magnético, voltando a fundir-se como um só elemento que regressa e se reencontra tal como «no homem, a alteridade que ele partilha com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se unicidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres únicos»³¹², é perante esta qualidade que tem no ser humano o seu centro atômico e se torna o veículo da humanidade, «sobretudo essa alteridade, esse ser tão específico do trabalhador, que designamos como sua forma»³¹³, reunindo e permitindo que «esse ser [seja] o poder num sentido completamente diferente, o capital original que é injetado no Estado como no mundo, e que molda suas próprias organizações e cunha seus próprios termos»³¹⁴ tem como instinto que se preserva e avoca em sua defesa que «toda a reivindicação de liberdade aparece como uma reivindicação de trabalho»³¹⁵.

O *trabalho* expressa-se pelo trabalhador, e agora, o trabalhador expressa-se pelo *trabalho* social, «com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia-se, portanto, necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo»³¹⁶, sublevando-o a uma condição orgânica, elemento integrador de um organismo complexo, resultando numa simbiose que tem como requisito que «para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções»³¹⁷, convencionando tal sinergia a esse propósito que «só depois que a humanidade superou pelo trabalho as suas condições primitivas de animalidade e seu trabalho, portanto, já está até certo grau socializado, surgem condições em que o mais-trabalho de um torna-se a condição de existência do outro»³¹⁸, sendo ainda possível concluir a este respeito, considerando a essência sublime que aí se aflora, pois «abstraindo a forma mais ou menos desenvolvida da

³¹¹ Hegel, George W. F., «*Fenomenologia do...*», op. cit., p. 119

³¹² Arendt, Hannah, «*A Condição...*», op. cit., p. 232

³¹³ Jünger, Ernst, «*The Worker*», op. cit., p. 49

³¹⁴ Idem, *ibidem*

³¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 44

³¹⁶ Marx, Karl, «*O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...*», op. cit., p. 137

³¹⁷ Idem, *ibidem*

³¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 138

produção social, a produtividade do trabalho permanece ligada a condições naturais»³¹⁹, daqui resultando e dúvidas dissipando que todas estas condições naturais «podem ser reduzidas à natureza do homem mesmo, como raça etc., e à Natureza que o rodeia»³²⁰.

Torna-se evidente ao olhar crítico que esbarrou nas concepções anteriormente fundamentadas que tal como a natureza do homem se transcende a si própria, também «o trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele mesmo não tem valor»³²¹, enleio que se desembaraça na provocação gizada por Marx ao atentar «quando se fala do trabalho, está-se a tratar, imediatamente, do próprio homem»³²², desenhando a compasso uma certa circularidade dialética a fim de circunscrever que:

Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.³²³

A colação destes dois universos cujas propriedades os tornam indistintamente conexos, subsume por uma força convergente as suas órbitas aleatórias numa só massa nuclear, «dentro do próprio processo vital, do qual o trabalho permanece como parte integrante e ao qual jamais transcende, é ocioso fazer perguntas que pressuponham a categoria dos meios e do fim, como, por exemplo, se os homens vivem e consomem para ter força para trabalhar ou se trabalham para ter os meios de consumo»³²⁴ atuando como dínamo ao sobrelevar-se num cosmos uno cujas leis prescrevem que «a livre disposição e uso de instrumentos para a fabricação de um produto final específico são substituídos pela unificação rítmica do corpo trabalhador com seus utensílios, na qual o próprio movimento do trabalho

³¹⁹ Marx, Karl, «*O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...*», op. cit., p. 141

³²⁰ Idem, ibidem

³²¹ Marx, Karl, «*O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...*», op. cit., p. 167

³²² Marx, Karl, «*Manuscritos...*», op. cit., p. 89

³²³ Idem, ibidem, p. 84

³²⁴ Arendt, Hannah, «*A Condição...*», op. cit., p. 199

age como força unificadora», conduzindo deste modo o ser humano a um estado de sublimação somente agora capaz de emancipar o homem e a mulher para uma nova conceção, o *trabalho* enquanto conceito, residente no fato de que «ambos, o indivíduo e o todo, são determinados pelo modo de vida do trabalhador»³²⁵.

Há um despertar para uma universalidade unificadora do trabalho que parece surgir como uma potência em si mesmo, objetificado no trabalhador, e do *trabalho* enquanto produto da potência que reside na condição humana, encontrando através do processo produtivo, agora processo criativo, o cordão umbilical que alimenta as transformações espontâneas que ocorrem entre o interno e o externo, o imaterial e o material, entre o espírito e o corpo, entre o todo e o uno, estamos pois perante «o movimento que exprime o que em verdade é o agora, a saber: um resultado ou uma pluralidade de agora rejuntados; e o indicar é o experimentar que o agora é [um] universal»³²⁶ uma ligação, como percebemos anteriormente, «em que o saber e o objeto surgiram primeiro, com a relação que estabelecem, uma vez chegados a esse resultado, [vemos que] a relação se inverteu»³²⁷ sem que uma mera igualdade se estabeleça na mesma proporção dado que «o objeto, que deveria ser o essencial, agora é o inessencial da certeza sensível; isso porque o universal, no qual o objeto se tornou, não é mais aquele que deveria ser essencialmente para a certeza sensível; pois ela agora se encontra no oposto, isto é, no saber que antes era o inessencial»³²⁸, oferecendo-nos este novo fenómeno mais do que a sua forma, algo que nele reside e que apenas agora se permite inflamar, sendo a partir daqui que «a consciência natural por esse motivo atinge sempre esse resultado, que nela é o verdadeiro, e disso faz experiência»³²⁹, referimo-nos precisamente a que «a universalidade sensível ou a unidade imediata do ser e do negativo só é propriedade enquanto o Uno e a universalidade pura se desenvolvem a partir dela, e se diferenciam entre si, e ela os engloba juntamente, um com o outro»³³⁰.

O enviesamento que nos conduz a ver em determinado momento o *trabalho* como objeto, e noutra momento o *trabalho* como condição encontrou espaço na substância confusa com que se moldou o seu conteúdo representativo, cavando uma artificial diferença que

³²⁵ Jünger, Ernst, «*The Worker*», op. cit., p. 111

³²⁶ Hegel, George W. F., «*Fenomenologia do...*», op. cit., p. 91

³²⁷ Idem, ibidem, p. 88

³²⁸ Idem, ibidem

³²⁹ Idem, ibidem, p. 92

³³⁰ Idem, ibidem, p. 98

colocava em embate dois cosmos de ordem semelhante, com efeito, nesta perspectiva «o resultado foi o Universal incondicionado; de início, no sentido negativo e abstrato, de que a consciência negava seus conceitos unilaterais e os abstraía; e, a bem dizer, os abandonava»³³¹, contudo um equilíbrio forçado pela natureza magnética da matéria celeste injunja que tal resultado também terá «em si a significação positiva de que nele está posta imediatamente, como a mesma essência, a unidade do ser-para-si e do ser-para-outro, ou a oposição absoluta»³³² instigando a realização cósmica de dois momentos cuja solução final é mais que a sua soma, ela reflete um produto, como que resultado de um processo alquímico pela mão do qual se liberta um terceiro momento, pois «à primeira vista, parece que isso concerne só a forma dos momentos, um em relação ao outro; porém o ser para si e o ser para outro são também o próprio conteúdo, pois a oposição, em sua verdade, não pode ter nenhuma outra natureza a não ser a que se revela em seu resultado (...)»³³³. A imanência dos conteúdos que aparentemente avançaram por caminhos distintos, conflituando a cada cruzamento em que se intercetavam, gerando tensões repulsivas, originaram igualmente forças atrativas da transcendência daqueles no conceito que agora os agrega, esses momentos «têm o aspeto sob o qual inicialmente se apresentavam: o aspeto de serem, por um lado, um meio universal de muitas “matérias” subsistentes; e por outro lado, o uno em si refletido, no qual sua independência se aniquila»³³⁴, entre os quais identificamos que «o primeiro momento é a dissolução da independência da coisa, ou a passividade que é um ser para Outro. O segundo momento é o ser-para-si»³³⁵ revelando-se-nos na transmutação já anunciada que:

Quando nós mantemos os dois momentos em sua unidade imediata, então o entendimento - ao qual o conceito de força pertence - é o conceito propriamente dito, que sustém os momentos distintos como distintos, pois na força mesma não devem ser distintos; a diferença, portanto, está só no pensamento.³³⁶

Reúnem-se condições, não para abandonar as concepções anteriores, muito menos para considerá-las distintamente, antes sim entender na sua unicidade, a plasticidade que lhes foi sendo doada pelos tempos, aproximando-as na universalidade que as integra pela sua

³³¹ Hegel, George W. F., «*Fenomenologia do...*», op. cit., p. 109

³³² Idem, *ibidem*

³³³ Idem, *ibidem*

³³⁴ Idem, *ibidem*

³³⁵ Idem, *ibidem*, p. 110

³³⁶ Idem, *ibidem*, p. 111

organicidade oculta na volátil dispersão conceptual que tem lugar nas nuvens atômicas desses dois corpos que na mecânica tentativa de sonexação se adejam no conceito, onde «reside a diferença, a relação de um sujeito a algo de determinado como simplesmente possível»³³⁷, antes indiferença que se subsume e agora reside na diferença em que:

A relação do sujeito ao seu trabalho suprime-se, mas porque a infinidade, o direito como tal deve permanecer, introduz-se assim, segundo o conceito, na relação ideal do excedente, a relação oposta, real, ao uso e à necessidade; a separação é mais forte, mas justamente por isso também mais forte é o impulso para a unificação; assim como o íman mantém separados os seus polos sem inclinação dos mesmos, antes porém se repelem, esta identidade, suprimida, a eletricidade, separação mais forte, oposição real, é impulso para a unificação.³³⁸

Alcançamos a tão necessária sobrelevação para o debate unificador, os elementos fundem-se e somente agora se pronunciam em uníssono emanando «o que vem para o lugar é a diferença real, o ser-suprimido da identidade do sujeito e do objeto; e assim aniquilação real do oposto, ou uma diferença, que tem uma relação com a necessidade»³³⁹, o conceito toma as posições anteriormente dispersas e em conflito, ele redime e apazigua, sendo «ao mesmo tempo, um essente, e essa diferença, enquanto está na consciência mesma, é seu conteúdo determinado; porém por ser tal conteúdo, ao mesmo tempo, algo conceptualizado, ela permanece imediatamente cônica de sua unidade com esse essente determinado e diferente»³⁴⁰, habita em si o cerne da relação anterior, preserva «justamente essa essência natural, em que a natureza se reflete no conceito, e em que são recolhidos no Uno momentos que na necessidade estão postos fora um do outro: uma causa e um efeito, um ativo e um passivo»³⁴¹ despertando-nos para a totalidade da pluralidade, uma nova ordem que se expressa na alteridade da unidade onde:

O ser-para-si ao qual retorna o ser para Outro - o Si - não é um Si diverso do Eu, um Si próprio daquilo que se chama objeto; porque a consciência, como pura inteligência, não é um Si singular ao qual o objeto igualmente se contraponha como Si próprio; senão que é o puro conceito - o contemplar-se do Si no Si, o absoluto ver-se a si mesmo em dobro.

³³⁷ Hegel, George W. F., «*O sistema da...*», op. cit., p. 33

³³⁸ Idem, *ibidem*

³³⁹ Idem, *ibidem*

³⁴⁰ Hegel, George W. F., «*Fenomenologia do...*», op. cit., p. 152

³⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 190

O ser humano, na sua condição de trabalhador perante o objeto do *trabalho* tem agora a possibilidade de se sobrepujar no *trabalho*, a uma categoria onde a condição e objeto se subsomem, estamos, pois, perante o *trabalho* enquanto um todo:

E por isso mesmo o que aqui se põe especialmente é o subsumir separado da primeira e da segunda potência; o homem é potência, universalidade para os outros, mas o outro também é igualmente, e assim o que faz a sua realidade, o seu ser peculiar, é o agir nele em vista de uma inserção na indiferença, e ele é agora universal perante o que precede.

Arrebata-se toda essa potência num elemento só, aquele que há muito se ocultava na realidade aparente, agora sobrelevado na coligação da consciência e do conceito na «intuição absoluta, porque é pura e simplesmente objetiva, porque nela se extirpou todo o ser-singular e toda a sensação, e é intuição porque está na consciência; o seu conteúdo é absoluto, porque é o eterno e está isento de todo o subjetivo (...)»³⁴², tomamos a percepção de que estamos agora perante algo superior «o espírito é tanto maior, quanto maior é a oposição da qual retorna a si mesmo. O espírito se faz essa oposição no elevar-se de sua unidade imediata, e na extrusão de seu ser-para-si»³⁴³, a emancipação ambicionada capaz de se sobrelevar em si «se uma tal consciência não se reflete, o meio termo onde permanece é o vazio sem salvação, pois o que deveria preenchê-lo tornou-se um extremo solidificado»³⁴⁴, estabelecendo-se na «intuição subsumida no conceito [que] é o termo médio na diferença; ou é apenas a forma, em que está o termo médio real (...) este termo médio é o utensílio»³⁴⁵ onde temos que «por um lado o utensílio é subjetivo, em poder do sujeito que trabalha, e totalmente determinado, preparado e elaborado pelo mesmo; por outro, é objetivo, dirigido contra o objeto do trabalho»³⁴⁶, de tal modo que:

O indivíduo vivo enquanto vida seja igual ao conceito absoluto, que a sua consciência empírica seja uma só coisa com a consciência absoluta e que a própria consciência absoluta seja consciência empírica, uma intuição que pode distinguir-se de si, mas de maneira tal que esta distinção é inteiramente algo de superficial e de ideal, e o ser-sujeito nada é na realidade e na distinção.³⁴⁷

³⁴² Hegel, George W. F., «*O sistema da...*», op. cit., p. 64

³⁴³ Idem, *ibidem*, p. 244

³⁴⁴ Idem, *ibidem*

³⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 24

³⁴⁶ Idem, *ibidem*

³⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 62

Realizando-se na sua essência, o acesso à intuição sobrelevou-se no conceito, subsumindo em si a condição e o objeto, tornou-se «pura consciência, é o elemento no qual o espírito se eleva, mas não é só o elemento da fé, senão também o do conceito»³⁴⁸, no ser-em-si, o trabalhador encontra-se com o *trabalho* na unidade, sendo agora, indistintamente, onde «o universal, o espírito, é em cada um e para cada um, mesmo enquanto é singular»³⁴⁹, estamos perante um novo estado do ser, a metamorfose em um novo organismo no qual:

A natureza orgânica visa a aniquilação e a assunção em si da natureza inorgânica, e esta mantém-se em si mesma, mediante o espírito interno, que põe a natureza orgânica e o seu reflexo como natureza inorgânica. Esta última mantém-se no conceito como algo de absolutamente universal, e a sua aniquilação e potenciação pela natureza orgânica visa necessariamente o que dela é particular. Ela é em si o particular, mas assumido no conceito e na infinidade, e chama-se a tal a sua existência.³⁵⁰

Será um erro considerar-se que se chegou a um fim, quando agora, verdadeiramente, estamos defronte o princípio, a essência que se estabelece como meio-termo para o diálogo entre duas dimensões anteriormente extremadas que agora se reúnem organicamente para lá da forma aparente do conceito, manifestam-se no ser essente que se sobrelevou, o que mesmo que regressou da alienação do objeto e foi capaz de transpor a sua própria condição, regressando num processo introspetivo à razão da sua existência, à natureza própria do ser humano.

³⁴⁸ Hegel, George W. F., «*Fenomenologia do...*», op. cit., p. 338

³⁴⁹ Hegel, George W. F., «*O sistema da...*», op. cit., p. 63

³⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 79

4. TRABALHO, UMA PROSPETIVA

Desenvolvida que foi alguma matéria de ordem fundamental à compreensão do estudo aqui conduzido, atendemos a uma proposta de debate sobre o *trabalho* numa perspectiva que relança o trabalhador para uma dimensão superior, acima da sua consignação ao objeto do *trabalho* bem como deste sentenciado à condição humana, erigindo-se sobre estes dois blocos o conceito, como Espinosa o define, enquanto «construção de um meio para conhecer a realidade, em termos nominalistas, mas também reconhece, nessa estrutura lógica, o caminho que leva a um crescimento do ser entendido como montagem, projeto»³⁵¹. Serve igualmente deste modo como patamar, patamar esse que se antecede no serviço a um outro degrau, a alavanca que dá acesso a um novo cosmos da essência humana, onde a «construção dos nomes da realidade constitui o espaço cognitivo dentro do qual o ser desenvolve a passagem da *cupiditas* (o desejo de viver) à cooperação, ao amor, à união com a força viva do ser»³⁵², isto é, a elevação da natureza que reside no ser humano enquanto forma da Natureza e produto de si mesmo.

4.1. ÉTICA DO TRABALHO

A inferência alcançada no capítulo anterior é timoneira dos argumentos esgrimidos na condução da reflexão proposta, iluminando desse modo a direção do debate sobre uma profunda necessidade de caracterização e definição do *trabalho* pela via do trabalhador, suas articulações no decorrer dos tempos, bem como as definições que foram deixando cicatrizes sociais e culturais impeditivas de uma razão crítica à concepção enraizada, até aos dias de hoje, na sociedade.

A proeminência dos fatores já identificados, dinamizadores da volatilidade conceptual com que nos deparámos, encontrou expressão pela materialização sob determinadas fontes estimulantes dos alinhamentos orgânicos do *trabalho*, já apresentados, tendo desse modo contribuído para a polarização inculcada na atual narrativa. Nesta panorâmica ganha particular relevo a ética do *trabalho*, e posicionamo-nos aqui, uma vez mais, no que

³⁵¹ Hardt, Michael; Negri, Antonio, «*Il Lavoro De...*», op. cit., p. 111

³⁵² Idem, *ibidem*, p. 112

consideramos ser a montante, numa mais capaz transversalidade à organização do *trabalho*, uma vez que a palavra ética proveniente do grego *ethikos* – significando modo de ser, comportamento – se dedica ao estudo dos «diversos sistemas morais elaborados pelos seres humanos, buscando compreender a fundamentação das normas e interdições (proibições) próprias a cada um e explicar seus pressupostos, isto é, as concepções sobre o ser humano e a existência humana que os sustentam»³⁵³, aqui associada ao *trabalho*, o qual encontra uma linha de coerência com a reflexão encetada na definição de Hoffner ao defini-lo como a «atividade humana consciente, séria e objetiva das capacidades mentais e corporais do homem para realização objetiva de valores que, por sua vez contribuem para a realização do homem»³⁵⁴, tomando-se aqui, em seu devido lugar, a diferença sugerida entre moral e ética, onde é afirmado que «a primeira consiste no conjunto de valores, princípios e regras que norteiam uma determinada sociedade, num determinado espaço temporal, enquanto a segunda é a reflexão sobre a moral, discutindo seus fundamentos, conteúdos e o valor de suas máximas»³⁵⁵. A reificação do homem e mulher trabalhador continua a encontrar lugar no modo como o *trabalho* ainda é visto:

É fácil encontrar pessoas que vivem, hoje, a mesma condenação de Sísifo; o sofrimento pela rotina do trabalho, principalmente quando se trata de atividades repetitivas e que não exigem muito da concepção grega do trabalho sublime, que organiza e impulsiona a sociedade; é a condenação do trabalho pela sobrevivência.³⁵⁶

Considerar um sistema de valores que se deverá posicionar a montante, isto é, num lugar cimeiro, ao invés de o mesmo se originar a jusante, não determinando, mas sim sendo determinado por, pode indicar o caminho pelo qual os seres humanos sejam recordados de que lidam constantemente com outros seres humanos, invertendo a tendência que vem ganhando adeptos de que «a sociedade atual consome o ser, desvaloriza a vida, desvaloriza a subjetividade do sujeito e o transforma em um ser maquinal»³⁵⁷, pois segundo o mesmo autor, algo que parece ter vindo a ganhar relevo é que se «antes o homem buscava adaptar o mundo a seu mundo, hoje é o homem que tenta desesperadamente se adaptar ao mundo que ele

³⁵³ Cotrim, Fernandes (2010) apud Nascimento, Tiago G. do, *et al.*, «Ética e trabalho: desafios para a vivência na contemporaneidade», *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, vol. 12, n.º 42, 2018, (832 – 844), p. 835

³⁵⁴ Hoffner apud idem, *ibidem*, p. 837

³⁵⁵ Nascimento, Tiago G. do, *et al.*, «Ética e trabalho: desafios...», *op. cit.*, p. 837

³⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 836

³⁵⁷ Siqueira (2008) apud idem, *ibidem*, p. 838

mesmo criou»³⁵⁸, ao deixar-se absorver, a ponto de se tornar indistinto desse mundo mecânico e mecanicista que construiu com as suas próprias mãos, e se primeiramente desejaria delegar delas sua competência, permitiu que as mesmas se fundissem com a máquina eliminando a fronteira onde começa um e termina o outro.

Importa reavaliar o processo devolvendo à ética uma dimensão, a sua dimensão, «mais universal, mais abrangente, intrínseca ao ser humano em todas as dimensões da sua vida, inclusive no ambiente profissional»³⁵⁹ lançando-se agora um novo desafio, sobre os tempos modernos, «o de retomar a questão ética na sua dimensão pública [pelo] estabelecimento de formas mais humanas de convivência social, uma vez que favoreceria o exercício da cidadania, da participação nas decisões que afetam os interesses da comunidade e, desse modo, propiciaria a consolidação de valores como a liberdade e a solidariedade entre os homens»³⁶⁰.

As distorções que manipularam uma genuína construção dos pilares éticos do *trabalho* permitem em certa medida identificar não os culpados, antes sim as imprecisões empreendidas, ao longo da história, por mecanismos cujo viés foi sempre sendo alvo, estando assim na origem da ambiguidade conceptual que resultou no contexto prático numa cisão entre os conteúdos representativos do *trabalho* e do trabalhador, conforme denotámos ao longo da exposição, «o poder da conceção de vida puritana favoreceu sempre, nas zonas onde chegou (...) a tendência para a conduta económica racional da burguesia. Foi o seu único suporte consequente e o principal, foi a ama-seca do *homo oeconomicus* moderno»³⁶¹, acrescenta Guy Rocher a propósito da Ética Protestante de Max Weber que «o ascetismo moral comportava várias obrigações importantes. A primeira era o trabalho; a preguiça, a ociosidade, a inação eram os pecados maiores pois consistiam na recusa em edificar o Reino de Deus»³⁶² e em segundo lugar «o crente devia levar uma vida austera. Tudo o que agradasse aos sentidos tinha de ser banido da sua existência; e isto dizia respeito não só a toda a espécie de conforto material, como também às artes, música, poesia e literatura»³⁶³, de igual modo com o advento do capitalismo ecoaram os alarmes a propósito de «a acumulação da riqueza num polo ser, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho,

³⁵⁸ Siqueira (2008) apud «*Ética e trabalho: desafios...*», op. cit., p. 838

³⁵⁹ Idem, ibidem, p. 840

³⁶⁰ Gonçalves, Maria H.B.; Wyse, Nely, «*Ética &...*», op. cit., p. 45

³⁶¹ Weber, Max, «*A Ética Protestante e o...*», op. cit., p. 150

³⁶² Rocher Guy, «*Sociologia Geral...*», op. cit., p. 183

³⁶³ Idem, ibidem

escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital»³⁶⁴ de onde se conclui que «se não fossem as relações de produção capitalistas, o crescimento da riqueza social caracterizar-se-ia por uma redução contínua do tempo de trabalho direto, e a riqueza da sociedade “medir-se-ia”, não pelo tempo de trabalho, mas pelo tempo livre»³⁶⁵, tendo-se propiciado pelo senhor do capital a solução da divisão do *trabalho*, circunstância essa que o «tornou cada vez mais unilateral e dependente, assim como acarretou a concorrência não só dos homens, mas também entre máquinas. Posto que o trabalhador baixou à [condição de] máquina, a máquina pode enfrentá-lo como concorrente»³⁶⁶, culminando este passo «na alienação objetiva do homem do produto e do processo de seu trabalho [sendo] uma consequência da organização legal do capitalismo moderno e desta divisão social do trabalho»³⁶⁷.

O pensamento dominante foi ganhando relevo perante a crescente materialização e subsequente dependência da renovação do capital, ao ponto de ficar gravado na narrativa designadamente quando «os economistas definem o trabalho como tempo e esforço passado na satisfação de necessidades e desejos»³⁶⁸ sobretudo na vã tentativa de evitar dois problemas, «o primeiro é que, com frequência, a única coisa a distinguir trabalho de lazer é o contexto, e se nos pagam ou se somos nós a pagar»³⁶⁹ e «o segundo problema é que, além da energia gasta para garantir necessidades básicas – alimento, água, ar, aconchego, companhia e segurança – há muito pouco que seja universal no que constitui necessidade»³⁷⁰, apagando os anseios depositados nas promessas da Revolução Industrial, como Adam Smith que acreditava que os automatismos «facilitariam e abreviariam a labuta»³⁷¹ ou Oscar Wilde que «fantasiou com um futuro “em que a maquinaria fará todo o trabalho necessário e desagradável”»³⁷², produzindo intensivamente no terreno fértil de uma ética particular, como tal, não universal, um profundo sono no qual «a maioria de nós continua a trabalhar como trabalharam os nossos avós e bisavós, e os nossos governos continuam igualmente focados

³⁶⁴ Marx, Karl, «*O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...*», op. cit., p. 275

³⁶⁵ Mattick, Paul, «*Marx & Keynes: Os limites...*», op. cit., p. 250

³⁶⁶ Marx, Karl, «*Manuscritos...*», op. cit., p. 27

³⁶⁷ Albornoz, Suzana, «*O que é...*», op. cit., p. 35

³⁶⁸ Suzman, James, «*Trabalho, uma história...*», op. cit., p. 17

³⁶⁹ Idem, *ibidem*

³⁷⁰ Idem, *ibidem*

³⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 14

³⁷² Idem, *ibidem*

no crescimento económico e na criação de emprego como em qualquer outra altura da nossa história recente»³⁷³. Um primeiro despertar nesta matéria para os princípios que poderão nortear a ética do *trabalho*, deixa-se adivinhar pelas observações de James Suzman a propósito dos caçadores-recolectores, ao referir que para Marshall Sahlins «o mais interessante não era o acréscimo de lazer de que os caçadores-recolectores gozavam, comparados com obreiros estafados na agricultura ou na indústria, mas sim a “modéstia dos seus requisitos materiais”»³⁷⁴, assim como o facto de que «a atitude dos recolectores para com o trabalho não decorria meramente da sua confiança na providência do ambiente, mas também se apoiava em normas e costumes sociais que garantiam a justa distribuição de alimento e outros recursos materiais»³⁷⁵, ordem esta que contrasta profundamente com a perspetiva de Marcuse, segundo o qual, o *trabalho*:

Não seria apenas alienado no mundo de hoje, mas alienante. A servidão ao trabalho sem sentido serve para castrar os indivíduos como seres políticos e pensantes. A ocupação no trabalho de oito horas, mesmo quando quatro horas seriam mais do que suficientes para manter a produção de alimentos e produtos de necessidade real para a sobrevivência, tem o sentido de manter as massas ocupadas e obedientes, de abafar os protestos, e assim manter as inércias de um sistema que se autorreproduz quase insensivelmente.³⁷⁶

Evidencia-se a formulação de um custo de oportunidade entre o *trabalho* e outras escolhas da mundanidade criativa a serem realizadas, sendo aquele colocado em oposição, em concorrência e nunca lado a lado, como fator sinérgico numa relação de reciprocidade, estamos portanto, perante «uma conexão importante entre o controlo sobre o *trabalho* de uma pessoa (como uma atividade nitidamente humana, intencional e racional) e a capacidade de controlar e ordenar a vida de uma pessoa de acordo com seus próprios objetivos, valores e identidade»³⁷⁷, propicia-se deste modo uma atmosfera em que as «restrições à capacidade dos indivíduos de escolher como, quando e sob quais circunstâncias exercer suas capacidades produtivas sejam restrições à sua capacidade de exercer escolhas sobre partes significativas

³⁷³ Suzman, James, «*Trabalho, uma história...*», op. cit., p. 15

³⁷⁴ Idem, ibidem, p. 115

³⁷⁵ Idem, ibidem, p. 122

³⁷⁶ Albornoz, Suzana, «*O que é...*», op. cit., p. 75

³⁷⁷ Cwik, Bryan, «Labor as the Basis for Intellectual Property Rights», *Ethical Theory and Moral Practice*, vol 17, n.º 4, 2014, pp. 681-695, p. 686

de suas vidas»³⁷⁸. A percepção dominante indica determinada distorção conceptual com resultados que se estendem ao quotidiano do *trabalho* perante o qual, este, «certamente parece ser mais stressante do que costumava ser, e tanto o stress sofrido diretamente no trabalho, quanto suas consequências sociais para a vida fora do trabalho, contribui em grande medida para o mal-estar em torno do trabalho»³⁷⁹, estamos, segundo André Lacroix, perante uma crise de «dimensão ética inegável na medida em que os trabalhadores, bem como as instituições, não conseguem mais identificar sistemas de referência e os valores subjacentes a eles para escolher e legitimar as suas ações»³⁸⁰, o autor recupera uma noção que aparentemente teria sido já ultrapassada no decurso deste processo de evolução imaterial do *trabalho*, referimo-nos pois à alienação do trabalhador, pelo que acrescenta «a organização do trabalho alienaria não o trabalhador, mas a própria pessoa, seja ele chamado a realizar a tarefa de um trabalhador de colarinho azul, um trabalhador de colarinho branco, um executivo ou um profissional»³⁸¹. Há uma aparente e natural confluência de circunstâncias denominadoras do trabalhador, confrontando-o «com a perda de sentido de seu trabalho»³⁸², traduzindo-se numa:

Dificuldade em identificar os sistemas de referência relevantes de nossas ações, bem como os títulos a serem preferidos nestas ações. E acima de tudo, uma dificuldade em reconhecer, não o trabalho feito, nem sua qualidade, mas a natureza intrínseca de quem faz esse trabalho, ou seja, uma pessoa capaz de refletir e pensar (...).

A ética deve revestir-se de uma universalidade que permita envolver tanto a organização como o trabalhador, ao invés de se tornar um domínio de apenas uma destas dimensões, resultando desta diferença um claro conflito na *praxis*, deparando-se aquela com «o modo de organização do trabalho essencialmente baseado na obtenção de resultados no curto prazo, e independentemente dos meios concedidos à sua realização. Essa nova situação económica obriga os gestores a “negar” a dimensão humana do trabalho, a fim de instrumentalizar todos para alcançar resultados»³⁸³, assim, daqui, apenas poderia resultar que «sob uma ética de trabalho pessoal, o trabalho é considerado um fim em si mesmo, um dever

³⁷⁸ Cwik, Bryan, «*Labor as the Basis for...*», op. cit., p. 686

³⁷⁹ Smith, Nicholas H., «*Chapter 7: Three normative...*», op. cit., p. 242

³⁸⁰ Lacroix, André, «*La dimension éthique...*», op. cit, p. 140

³⁸¹ Idem, ibidem, p. 142

³⁸² Idem, ibidem, p. 143

³⁸³ Idem, ibidem, p. 144

a ser despachado com honra, bem como uma fonte de renda (...) seria observada como uma preferência maior pelo trabalho em relação ao lazer em relação ao que existiria na ausência de uma ética interna do trabalho»³⁸⁴, pelo que urge no meio organizacional que almeja uma inversão da tendência propalada ao longo dos tempos e deste modo se coloque em posição de reter as melhores pessoas, exigindo para tal que «os valores organizacionais precisam atender às necessidades dos funcionários existentes para que eles se sintam totalmente alinhados com a visão, missão e valores da organização e sintam que são capazes de se entregar totalmente ao trabalho»³⁸⁵, reencontrando-se deste modo, no *trabalho* reduzido a objeto, a anteriormente subsumida dimensão da natureza humana.

O *trabalho* envolve-se de uma bolha moral e ética capaz de moldar o trabalhador, mais que uma relação externa e desapossada resulta, pois, numa íntima relação de dominação, de conquista que avança e recua entre o molde moral do *trabalho* e a maceração ética do trabalhador, «com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de facto, mercadorias em geral»³⁸⁶, este predomínio da forma deposita o *trabalho* como órgão «fundamental para a organização das sociedades e também para a sobrevivência e a definição do modo de vida dos indivíduos e das famílias»³⁸⁷, todavia a ferida cicatrizada que a todo o custo se impede que reabra e sujeite a totalidade do organismo a uma nova infecção ordena a que «se quisermos abrir novos caminhos, só podemos nos mover na direção de novas metas. Isso pressupõe outra frente e aliados de outro tipo. Isso pressupõe que o trabalhador se entende de outra forma e que seus movimentos não são mais um reflexo da consciência burguesa, mas sim uma autoconsciência adequada vem à expressão»³⁸⁸. O caminho que se asfalta, sobre o chão pisado, encontra-se quando sob a direção de «uma consciência-de-si universal em si, que é tão efetiva em uma outra consciência, que essa tem perfeita independência - ou seja, é uma coisa para ela. [Tão efetiva] que justamente nessa independência está cônica da sua unidade com a outra, e só nessa

³⁸⁴ Congleton, Roger D., «*The economic role of...*», op. cit., p. 366

³⁸⁵ Barrett (2000) apud Marrewijk, Marcel van; Timmers, Joanna, «*Human Capital Management...*», op. cit., p. 173

³⁸⁶ Marx, Karl, «*Manuscritos...*», op. cit., p. 80

³⁸⁷ Catelli Jr., Roberto, et al., «*Ética, Política e...*», op. cit., p. 111

³⁸⁸ Jünger, Ernst, «*The Worker*», op. cit., p. 20

unidade com tal essência objetiva é consciência-de-si»³⁸⁹ libertando-se, de uma representação finita, individual, «na substância universal, porém, o indivíduo não só tem essa forma da subsistência de seu agir em geral, mas também seu conteúdo. O que ele faz, é o talento universal, o *ethos* de todos»³⁹⁰, aflorando de si a essência onde:

A substância ética é nessa determinação a substância efetiva, o espírito absoluto realizado na multiplicidade da consciência aí-essente. O espírito é a comunidade, que para nós, ao entrarmos na figuração prática da razão em geral, era a essência absoluta; e que aqui emergiu em sua verdade para si mesmo, como essência ética consciente, e como essência para a consciência, que nós temos por objeto. É o espírito que é para si enquanto se mantém no reflexo dos indivíduos, e que é em si - ou substância -, enquanto os contém em si mesmo. Como substância efetiva, o espírito é um povo; como consciência efetiva, é cidadão do povo.

A imanência de um eu consciente-de-si que evolutivamente transcende no consciente-em-si, emana na figura representativa do todo que «as essências éticas universais, são, assim, a substância como consciência universal e a substância como consciência singular; elas têm o povo e a família por sua efetividade universal, mas têm o homem e a mulher por seu Si natural e individualidade atuante»³⁹¹, o reconhecimento da unidade na aparente diversidade, na excelência ditada pela «vida ética absoluta [que] surge assim como natureza, pois a natureza nada mais é em si do que a subsunção da intuição no conceito, por meio da qual, pois, a intuição, a unidade, permanece o interior, e a multiplicidade do conceito e o seu movimento absoluto aparecem na superfície»³⁹², e ainda que incautas semelhanças se alimentem nos frutos de uma ténue fronteira entre o sujeito moral e o sujeito à moral, é no uno que reside a «naturalidade ética [que] é também, por isso, um revelar, um sobressair do universal contra o particular, mas de modo tal que este próprio sobressair permanece plenamente um particular – o idêntico, a quantidade absoluta permanece inteiramente oculta»³⁹³.

O movimento observado entre o objeto e a condição, a forma e a substância que se envolvem continuamente mediante a tensão de forças atrativas e repulsivas, libertando-se numa orgânica possuída pela natureza etérea, tem que essa «relação com o objeto, que a

³⁸⁹ Hegel, George W. F., «*Fenomenologia do...*», op. cit., p. 250

³⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 251

³⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 317

³⁹² Hegel, George W. F., «*O sistema da...*», op. cit., p. 12

³⁹³ Idem, *ibidem*, p. 14

inteligência prática adquire para a necessidade e o uso, relação que aqui se põe e que ela própria não elaborou para seu uso, no qual não aniquila o seu próprio trabalho, é o começo da fruição e da posse jurídicas, formalmente éticas»³⁹⁴, dando origem, precisamente, a que seja na eticidade onde «o indivíduo é de um modo eterno; o seu ser e o seu agir empíricos são algo de pura e simplesmente universal; com efeito, não é o individual que age, mas o espírito universal e absoluto nele»³⁹⁵.

Somos confrontados com linhas errôneas da concepção ética do *trabalho*, ao obedecerem a um partidarismo que reúne a vontade de um particular que se toma pelo todo, na subsunção do universal no individual, no entanto esta individualidade deve por seu lado assumir-se como uma representação do universal, aquele que se expressa em cada particular, ou por outro lado que tem expressão no particular, e pelo mesmo sentido «no ético, cada um deve ser algo de absolutamente completo e cada qual tem pura e simplesmente por si a pretensão à totalidade real absoluta, porque a singularidade de cada um é a singularidade absoluta ou o conceito puro, portanto, a negação de todas as determinidades»³⁹⁶, manifestando-se deste modo um tal processo que «coloca o sujeito em relação ao comum, o comum em relação ao transcendental, o transcendental em relação à imaginação e a imaginação em relação à constituição ética não é um processo utópico, mas um processo extremamente real»³⁹⁷.

A atuação num plano superior da ética do *trabalho* permite aceder à ideia moderna de que «o homem se faz a si mesmo e se eleva como ser humano justamente através da sua atividade prática, com seu trabalho, transformando o mundo material»³⁹⁸, admitindo-se para tal, e como resposta às exigências que se vão impondo a este respeito que «ao investir em si mesmas, as pessoas podem ampliar a sua gama de opções disponíveis. É uma das maneiras pelas quais os homens livres podem melhorar seu bem-estar»³⁹⁹ encontrando igualmente eco no meio organizacional, verificado que também «as empresas precisam assumir a responsabilidade corporativa no processo de globalização, buscando na ética empresarial um

³⁹⁴ Hegel, George W. F., «*O sistema da...*», op. cit., pp. 33 - 34

³⁹⁵ Idem, ibidem, p. 62

³⁹⁶ Idem, ibidem, p. 71

³⁹⁷ Hardt, Michael; Negri, Antonio, «*Il Lavoro De...*», op. cit., p. 112

³⁹⁸ Albornoz, Suzana, «*O que é...*», op. cit., p. 50

³⁹⁹ Schultz citado por Giráldez, Iker, J., «La economía subjetiva del Capital Humano (Notas para una reflexión ética y política)», *Isegoria*, n. º 64, 2021, pp. 1-11, p. 8

fator de inovação humanizadora»⁴⁰⁰ enquanto fatores niveladores, conservadores de igualdade entre partes, elementos fundamentais para uma edificação ética do *trabalho*, sublinhando-se que «a desigualdade entre iguais e as distinções entre semelhantes são contra a natureza e, por conseguinte, contra a honestidade»⁴⁰¹.

Releva-se neste âmbito a necessidade de encontrar um caminho cooperativo entre o *trabalho* objeto e o *trabalho* enquanto condição, capaz de agregar uma conjetura universal para uma ética do *trabalho*, tomando como requisito que «para reter as melhores pessoas, os valores organizacionais precisam atender às necessidades dos funcionários existentes para que eles se sintam totalmente alinhados com a visão, missão e valores da organização e sintam que são capazes de se entregar totalmente ao trabalho»⁴⁰², valorizando-se a possibilidade do ser humano trabalhador ter o controlo das «decisões sobre como e em que circunstâncias usar suas capacidades produtivas»⁴⁰³, uma vez que estas estão entre «as decisões mais significativas que se podem tomar; trabalhar e adquirir capacidades produtivas envolve decisões sobre como usar o seu tempo e energia, o que fazer com a vida, o que mais valorizamos e quais os fins que mais valem a pena»⁴⁰⁴, alertando Küng que «uma ética de resultados sem princípios, mesmo sendo recomendada por consultores, não é nenhuma ética mas sim uma técnica, uma técnica egoísta de conduta»⁴⁰⁵.

Um sistema de ética do *trabalho* que subsume em si as dimensões que se embatem por um domínio desse mesmo universo, figura-se necessariamente, de forma expressiva, na elevação do conceito, isto é, «a consciência-de-si reconhecida, que tem em outra consciência-de-si livre a certeza de si mesma, e aí precisamente encontra a sua verdade»⁴⁰⁶, uma vez que é apenas nele que «o trabalho é fundamental para a organização das sociedades e também para a sobrevivência e a definição do modo de vida dos indivíduos e das famílias»⁴⁰⁷, assim essa matéria cósmica dispersa volta a reunir-se pela força da sua inegável composição que a faz irrenunciavelmente regressar à unidade do cosmos, permitindo meditar sobre uma ética

⁴⁰⁰ Cortina (2007) apud Martinez, Tiago, *Ética, Economia e Trabalho na Modernidade Líquida*, Appris, Curitiba, 2020, p. 110

⁴⁰¹ Aristóteles, «*Política*», op. cit., p. 45

⁴⁰² Barrett (2000) apud Marrewijk, Marcel van; Timmers, Joanna, «*Human Capital Management...*», op. cit, p. 173

⁴⁰³ Cwik, Bryan, «*Labor as the Basis...*», op. cit., p. 686

⁴⁰⁴ Idem, *ibidem*

⁴⁰⁵ Küng (1999) apud Martinez, Tiago, «*Ética, Economia e Trabalho...*», op. cit., p. 106

⁴⁰⁶ Hegel, George W. F., «*Fenomenologia do...*», op. cit., p. 250

⁴⁰⁷ Catelli Jr., Roberto, *et al.*, *Ética, Política e...*, op. cit., p. 111

do *trabalho* desenhada na sua universalidade, somente ela capaz de reunir em si a particularidade da coisificação do trabalhador e do *trabalho* condicionado à natureza humana.

4.2. POLÍTICAS DO TRABALHO

A natureza da condição humana, como já refletido, espelha-se pela sua ação ao condicionar ou nas suas condicionantes sempre que em contacto com a realidade externa aparente, servindo de célula estaminal à reprodução da essência do ser humano em cada processo produtivo sejam quais forem os meios por que opera, contudo, essa singela operatividade ao aproximar-se do limbo da vulgarização das definições e conceitos tornou-se igualmente vulnerável «à modificação das técnicas produtivas e da base social e económica [que] ao longo dos séculos impôs níveis de complexidade cada vez maiores à organização do trabalho, alterando os objetivos da produção e a relação sociedade-natureza»⁴⁰⁸, a disputa entre as forças autoproclamadas de produtivas pelo domínio do *trabalho* teve como efeitos colaterais «a separação entre o trabalhador e os meios de produção, e entre o tempo e o espaço do trabalho e o tempo e o espaço da vida pessoal, desfazendo o entrelace das tarefas laborais, até mesmo as mais duras e desgastantes, com momentos de conversa, de cuidados pessoais, com a casa e a família, além de pausas para descanso e lazer»⁴⁰⁹, a penalização desta transformação é cobrada no facto de «o trabalho ainda ser visto como um desafio, um fardo, um peso sem o qual a vida individual e societária inexistiria»⁴¹⁰. Observa-se o movimento contínuo que se estabelece entre a razão das naturezas produtivas como um imparável êmbolo agitado na sua ciclicidade, de tal modo que:

O movimento do organismo vivo, incluindo o corpo humano, enquanto ele pode suportar o processo que permeia a sua existência e o torna vivo. A vida é um processo que em toda a parte consome a durabilidade, desgasta-a e a faz desaparecer, até que finalmente a matéria morta, resultado de processos vitais pequenos, singulares e cíclicos, retorna ao gigantesco círculo global da natureza, onde não existe começo nem fim e onde todas as coisas naturais volteiam em imutável e imorredoura repetição.⁴¹¹

⁴⁰⁸ Catelli Jr., Roberto, *et al.*, *Ética, Política e...*, op. cit., p. 114

⁴⁰⁹ Idem, *ibidem*

⁴¹⁰ Siqueira (2008) apud Nascimento, Tiago G. do, *et al.*, «*Ética e trabalho: desafios...*», op. cit., p. 836

⁴¹¹ Arendt, Hannah, «*A Condição...*», op. cit., pp. 149 - 150

O frenesim paramentado na relação estabelecida reflete como «a atividade do trabalho [*laboring*] se move sempre no mesmo círculo prescrito pelo processo biológico do organismo vivo, e o fim de suas “fadigas e penas” só advém com a morte desse organismo»⁴¹², esse fluxo e refluxo estabelece-se na unicidade de um vaivém interdependente perante o qual um não existe sem o outro, e ainda que possam ser vistos separadamente é vital que permaneça essa orgânica umbilical uma vez que «a emancipação do trabalho, nos termos do próprio Marx, é a emancipação da necessidade, o que significaria, em última análise, a emancipação igualmente em relação ao consumo, isto é, ao metabolismo com a natureza que é a própria condição da vida humana»⁴¹³, sentido que tem verificado uma determinada perda de orientação ao considerarmos que «certos empregos que antes envolviam o exercício sutil de habilidades arduamente obtidas foram reduzidos a algumas operações rotineiras de um computador à prova de crianças»⁴¹⁴, estando por sua vez na origem do «chamado “emburrecimento” do trabalho aparece com destaque nas percepções do público sobre a deterioração da experiência de trabalho»⁴¹⁵, as consequências individuais e com evidente projeção nas relações e organização social tem ainda como outro fator a levar em conta, «o declínio percebido nos níveis de sociabilidade, cooperatividade, confiança e lealdade no trabalho: o que Richard Sennett chama de “déficits sociais” do novo local de trabalho»⁴¹⁶, havendo aqui fortes motivos para uma melhor compreensão e elevação do conceito do *trabalho* a uma dimensão que inclui todo o universo do trabalhador.

O caminho até aqui percorrido deve ser observado à luz das circunstâncias de cada momento sem que um qualquer juízo priorize um conflito conceptual, e deseje sim, por outro lado, fundamentar a harmonização entre dois hemisférios de um mesmo globo que jamais poderá apagar as crateras de embates passados, mas que tem agora a oportunidade de revitalizá-las cobrindo-as com as graças da natureza, a mesma que não se perde mas que se transforma.

As chagas que chegaram até estes dias tiveram sobretudo veículo «nas sociedades do pós-guerra [onde] o bem-estar foi garantido pelas instituições, levando a que “o espaço de

⁴¹² Arendt, Hannah, «*A Condição...*», op. cit., p. 150

⁴¹³ Idem, *ibidem*, p. 175

⁴¹⁴ Smith, Nicholas H., «*Chapter 7: Three normative...*», op. cit., p. 242

⁴¹⁵ Idem, *ibidem*

⁴¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 243

liberdade dos sujeitos fosse garantido, portanto, por instâncias diferentes do indivíduo”»⁴¹⁷, um desequilíbrio que veio ganhando espaço, a ponto de cingir a oportunidade de reversão dessa tendência a uma estrita janela de oportunidade, designadamente através dos elementos de compensação como os salários, os quais pressupõem a tensão entre «os trabalhadores que pretendem ganhar o máximo possível e os patrões cuja vontade é pagar o menos possível, conduzindo a que os primeiros procurem associar-se entre si para levantar os salários do trabalho, os patrões fazem o mesmo para baixá-los»⁴¹⁸, bem como a tentativa em tirar partido das novas formas de produzir que consistem «no fato de que a principal força produtiva é o trabalho técnico-científico, como forma complexa e qualitativamente superior de síntese do trabalho social»⁴¹⁹, não obstante o avesso deste ensejo residir no argumento de que com isso «a exploração é deslocada para um patamar muito alto onde o sujeito principalmente explorado (o técnico-científico, o ciborgue, o assistente social) é reconhecido em sua subjetividade criativa, mas controlado na gestão do poder que expressa»⁴²⁰, tornando-se urgente zelar pela reposição da homeostasia deste organismo que se (re)forma a cada virar de página.

Os processos automatizados e os impulsos tecnológicos são uma realidade consolidada apesar de continuar a beneficiar de uma fração utópica que adia esta sua realização para o momento da libertação do trabalhador, ficando para trás a decisiva conveniência do momento, um deliberado impasse, conforme Jünger justifica ao afirmar que:

Para ter uma relação real com a tecnologia, é preciso ser um pouco mais do que um técnico. O erro cometido sempre que se busca relacionar a vida à tecnologia (e que nunca soma) é a mesma - independentemente de se chegar a conclusões negativas ou afirmativas. Este erro fundamental está no facto de que o homem é colocado numa relação imediata com a tecnologia - independentemente de se alguém o considera criador ou vítima desta tecnologia.⁴²¹

Se a questão sobre a relevância dos processos produtivos para o ser humano fica por um lado sem resposta, também a resposta do trabalhador enquanto ser produtivo, por outro

⁴¹⁷ Giráldez, Iker, J., «*La economía subjetiva...*», op. cit., p. 10

⁴¹⁸ Smith, Adam, «*A Riqueza das...*», op. cit., p. 119

⁴¹⁹ Hardt, Michael; Negri, Antonio, «*Il Lavoro De...*», op. cit., p. 105

⁴²⁰ Idem, ibidem

⁴²¹ Jünger, Ernst, «*The Worker*», op. cit., p. 105

lado, fica sem a devida indagação, uma vez que «o homem não está vinculado à tecnologia diretamente, mas sim indiretamente»⁴²², dado que nesta dependência ambivalente a «tecnologia é o modo como a forma do trabalhador mobiliza o mundo. Na medida em que o homem tem uma relação decisiva com ela, na medida em que ele não é destruído, mas promovido por ela, depende do grau em que ela representa a forma do trabalhador»⁴²³, estabelece-se aqui como a fruição simbiótica dos órgãos que se relacionam, em virtude da condição humana, são meio para um organismo maior, onde se restabelece a funcionalidade de cada um enquanto parte de um todo.

Impõe-se, portanto, a uma necessidade orgânica reconhecer a vitalidade sinérgica dos diversos elementos que compõem o todo, exigindo-se que se abram portas das diversas direções que façam elevar soluções de carácter prático, mas de autêntica universalidade unificada pela natureza das suas partículas, deste modo, e desde logo, temos que «um trabalho intenso, intelectual ou manual, continuado por vários dias, na maioria das pessoas é seguido naturalmente de um grande desejo de repouso o qual é praticamente irresistível, a não ser que se intervenha com a força ou com outra medida forte»⁴²⁴, evidenciando-se a clara urgência em preservar a essência que faz do ser humano o trabalhador, trata-se pois «imperativo da natureza, a qual, para recuperação, exige recreação, não bastando às vezes somente relaxar, mas também dissipar e divertir»⁴²⁵, carecendo não só dessa particularidade endógena como também do conteúdo da sua representação externa, na transmutação exógena desse seu carácter nos fatores condicionantes, ou no caso em questão condicionados, como é exemplo «na missão da empresa e nos valores de suporte [que] influenciam muito a identidade corporativa, as políticas, as estruturas institucionais e, portanto, o comportamento corporativo, também em relação aos seus colaboradores (...) desta forma, a identidade corporativa pode inspirar os funcionários a realizar suas melhores habilidades»⁴²⁶, vetores estes que medeiam um caminho de rocambolescos caprichos numa miríade de refinados acertos e desacertos.

⁴²² Jünger, Ernst, «*The Worker*», op. cit., p. 105

⁴²³ Idem, ibidem

⁴²⁴ Smith, Adam, «*A Riqueza das...*», op. cit., p. 132

⁴²⁵ Idem, ibidem

⁴²⁶ Marrewijk, Marcel van; Timmers, Joanna, «*Human Capital Management...*», op. cit., p. 176

A coisificação do ser humano no processo produtivo pagou o preço da materialidade e consequente distância que se foi ampliando entre o ser e o ser-essente, criando subterfúgios à condição original de que «o homem não deseja “por natureza” ganhar cada vez mais dinheiro, mas simplesmente viver como está habituado e ganhar apenas o necessário para isso»⁴²⁷, contudo esta relação aparentemente paradoxal embora apenas desfasada, deu origem ao dogma dos salários baixos, ora «baixos salários não são de modo algum o mesmo que trabalho barato. Mesmo de um ponto de vista puramente quantitativo, a eficiência do trabalho baixa com um salário fisiologicamente insuficiente, podendo este significar muitas vezes, a longo prazo, uma “seleção de incapazes”»⁴²⁸, fator que serviu de tempestade perfeita à dualidade perceptual que se estendeu à crescente mecanização do *trabalho*, tornando-se clarividente na proporção em que se:

A maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza etc.⁴²⁹

A perspectiva hemisférica que aqui se coteja coloca a descoberto como «no mercado de trabalhado estão presentes diferentes forças não-competitivas, que fazem do trabalho um serviço não homogêneo»⁴³⁰, destacando-se neste percurso expositivo a mais importante, conferente de carácter próprio, «traduz-se numa dupla função para o salário»⁴³¹ ao atuar como nivelador da oferta e da procura de *trabalho* e estímulo motivador do trabalhador com evidentes efeitos na sua produtividade⁴³², determinando que esta última «não depende apenas de fatores físicos, mas do incentivo que o salário representa para ele»⁴³³. A inegável interdependência e elementar correspondência entre as diferentes dimensões desse mesmo cosmos, ganha particular destaque no debate materializado sobre *trabalho*, possibilitando

⁴²⁷ Weber, Max, «*A Ética Protestante e o...*», op. cit., p. 47

⁴²⁸ Idem, *ibidem*, p. 48

⁴²⁹ Marx, Karl, «*O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...*», op. cit., p. 73

⁴³⁰ Centeno, Mário, «*O trabalho, uma visão...*», op. cit., p. 28

⁴³¹ Idem, *ibidem*

⁴³² Cfr. Idem, *ibidem*

⁴³³ Ángeles Carballo Pou (1996) apud Burgos, Sonia A. F.; García, Enrique R., «Derecho al trabajo decente para el desarrollo. Una mirada a través de la teoría de los salarios de eficiencia», *Eseconomía*, vol. XV, n. º 52, 2020, (81 – 114), p. 88

extrair alguns exemplos que patenteiam essa mesma ligação com propriedades refrativas, ilustrados desde logo pelo exemplo de Portugal onde os salários «refletem as deficientes condições de funcionamento dos mercados do produto e o trabalho, a baixa produtividade das nossas empresas e a falta de qualificações e escolaridade do conjunto de decisores políticos, trabalhadores, empresários e gestores»⁴³⁴, espelhando-se igualmente no caso de «em 1965 os executivos principais das maiores 350 empresas dos Estados Unidos arrecadaram aproximadamente vinte vezes mais do que o salário de um “trabalhador médio”. Em 1980 os diretores-gerais na mesma faixa empresarial embolsaram trinta vezes o salário anual de um trabalhador médio e chegados a 2015 esse número dispara para pouco menos de trezentas vezes»⁴³⁵, contribuindo ainda, e com especial enfoque na realidade nacional, para a instabilidade crescente «a rotação de empregos e trabalhadores por duas vias»⁴³⁶, aponta Mário Centeno:

Por um lado, os jovens demoram mais tempo a encontrar o par perfeito. A maior utilização de contratos a prazo aumenta ineficientemente a rotação no emprego, dificultando a emergência de relações laborais duradouras e promovendo um racionamento ineficiente dos empregos existentes. Por outro lado, mesmo os indivíduos mais velhos têm mais dificuldade em manter as relações laborais e em reencontrar o par perfeito após a perda de emprego.⁴³⁷

Somos aliciados para uma espiral de movimento centrípeto que procura subsumir em si as forças em tensão, contudo num impulso em que apenas uma delas se sobreleva perante a outra, sem que nesse enlace se almeje a ascensão do conceito enquanto entidade unificadora, é um vórtice distorcionário do trabalhador enquanto condição do trabalho, mediante o qual se evoca o urgente restabelecimento deste desequilíbrio artificial, vocacionando-se recursos que na mesma esfera produzam a prescrição para uma paridade inalienável. Sem que haja lugar e espaço a tal debate na sua merecida profundidade e detalhe, conferindo-lhe a dignidade que ele mesmo impõe, é, no entanto, dever desta discussão referir, ainda que tangencialmente, algumas das fórmulas que procuram devolver o ph neutro à atmosfera espacial que se alterou pela polarização atómica investigada. O princípio

⁴³⁴ Centeno, Mário, «*O trabalho, uma visão...*», op. cit., p. 17

⁴³⁵ Suzman, James, «*Trabalho, uma história...*», op. cit, p. 260

⁴³⁶ Centeno, Mário, «*O trabalho, uma visão...*», op. cit., p. 44

⁴³⁷ Idem, *ibidem*

norteador dos constituintes da investida que aqui se condensa aponta para uma realidade onde se deseja privilegiar «a reconciliação do tempo-espaço da vida pessoal com o do trabalho, integrando de maneira harmónica os afazeres profissionais com aqueles próprios da vida íntima e da convivência familiar, tornando praticamente indistinto o espaço físico do trabalho e o da intimidade»⁴³⁸, tal como Fourier, ao se destacar de entre os utopistas do século XIX, entendia o *trabalho* «como realidade que, de sofrimento e pena que é no mundo da sociedade repugnante da indústria, deve-se tornar, no mundo da harmonia, sonhado para um futuro concreto, uma atividade. associada ao prazer»⁴³⁹, por esta via ganha crescente imperatividade o desenvolvimento de novas soluções económicas e sociais que respondam à discricionariedade dos avanços tecnológicos e desafios económicos que se têm imposto, devendo para tal estarem orientadas «pelo princípio de que é preciso proteger os humanos e não os empregos. Devíamos nos focar em prover as necessidades básicas das pessoas e em proteger seu *status* social e sua autoestima»⁴⁴⁰, assim como Elon Musk, fundador da Tesla, mediante os projetos que desenvolve em torno da Inteligência Artificial, afirma «essencialmente, no futuro, o trabalho físico será uma escolha»⁴⁴¹, há um movimento de inflexão no paradigma de que «numa sociedade que se reproduz pela competição económica, a exigência de que o todo social alcance uma existência mais feliz já é uma rebelião: reduzir o homem ao gozo da felicidade terrena não significa reduzi-lo ao trabalho material, ao lucro e submetê-lo à autoridade. daquelas forças económicas que sustentam a vida em tudo»⁴⁴², tomando aqui expressão a crescente imprescindibilidade de mecanismos político-económicos capazes de preservar e dar alento à libertação da natureza humana.

A audácia desmedida tem métrica fora do dogma moral que encapsulou o *trabalho* ora num extremo, ora noutro, sem admitir uma alternativa, a cooperação entre ambas as dimensões e a sua emancipação a um universo maior, mais sofisticado, atuando no planalto do sublime onde «o advento da automação coloca a possibilidade de uma humanidade libertada do fardo do trabalho (...) e a ociosidade, que tem sido tomada por privilégio de uma

⁴³⁸ Catelli Jr., Roberto, *et al.*, *Ética, Política e...*, op. cit., p. 121

⁴³⁹ Suzman, James, «*Trabalho, uma história...*», op. cit., p. 62

⁴⁴⁰ Harari, Yuval N., *21 lições para o século XXI*, Companhia das Letras, São Paulo, 2018, p.43; Disponível em: <<http://dagobah.com.br/wp-content/uploads/2019/02/21-licoes-para-o-seculo-21-Yuval-Noah-Harari.pdf>>

⁴⁴¹ Elon Musk apud Lopes, André, «Elon Musk diz que renda básica será a forma de mitigar o impacto de robôs», *Revista Exame*, 2021, s/p

⁴⁴² Marcuse, Herbert, «*Cultura y Sociedad...*», op. cit., p. 9

minoria, em futuro próximo poderia estender-se às grandes massas»⁴⁴³, com efeito «o oposto de trabalho não é descanso ou lazer, em vez disso, a partir desta perspectiva, não há situação que não possa ser entendida como trabalho»⁴⁴⁴ ao que conclui Marcuse «já não pode ser verdade que uns nasceram para o trabalho e outros para o lazer, uns para o necessário e outros para a beleza»⁴⁴⁵. Se tomarmos a organização da sociedade e as diversas circunstâncias que hoje a moldam, somos levados a ponderar, com relativa precaução, a proposta de Yuval Harari de que «se conseguirmos combinar uma rede de segurança económica universal com comunidades fortes e ocupações dotadas de sentido, perder os nossos empregos para os algoritmos pode na verdade mostrar-se uma bênção»⁴⁴⁶, discussão que parece ter alcance suficiente a ponto de abarcar em si, cada alternativa isolada, pela sua versátil universalidade encontrada na definição de um Rendimento Básico Universal, no qual reside «uma ideia um tanto simples: uma quantia monetária, de igual valor, paga aos membros de uma sociedade, de forma contínua, que possui como principal objetivo satisfazer as despesas básicas dos indivíduos que pertencem a essa comunidade»⁴⁴⁷ e num plano alargado chegue mesmo a ser considerado instrumento de combate à pobreza «como uma solução para a crescente desigualdade e as inseguranças quanto à manutenção de emprego e rendimento»⁴⁴⁸ sublinhando-se um dos pontos que tem encaixe neste puzzle, precisamente, a «libertação das pessoas para escolherem se querem trabalhar ou cuidar de outras pessoas, treinar ou fazer outras atividades, e reconhecer o valor de tais atividades para a sociedade»⁴⁴⁹, conteúdo que aqui se fica preliminarmente sem que todavia se pretenda manifestar o grau de afinidade pelos seus argumentos. Sem intentar a qualquer ofensiva camuflada numa enviesada figura disruptiva da temperança que tem moderado e se procura evidenciar na presente dissertação, cumpre ainda aliar mais alguns reflexos do prisma que aqui se ilumina não apenas numa direção também, como Cortina avança, envolvendo as empresas «no processo de construção de uma cidadania cosmopolita, por meio do auxílio das novas tecnologias, o que requer o

⁴⁴³ Albornoz, Suzana, «*O que é...*», op. cit., p. 23

⁴⁴⁴ Jünger, Ernst, «*The Worker*», op. cit., p. 59

⁴⁴⁵ Marcuse, Herbert, «*Cultura y Sociedad...*», op. cit., p. 5

⁴⁴⁶ Harari, Yuval N., «*21 lições para...*», op. cit., p.48

⁴⁴⁷ Romio, Edson, *Renda Básica Universal: Uma ferramenta viável?*, UFRGS, Porto Alegre, 2021, p. 11

⁴⁴⁸ Idem, ibidem

⁴⁴⁹ Foundation, Joseph Rowntree, *Is Universal Basic Income a good idea?*, p. 4; Disponível em: <
<https://www.jrf.org.uk/report/universal-basic-income-good-idea> >

exercício da justiça»⁴⁵⁰ e deste modo «criarem vagas de trabalho e proporcionarem salários que melhorem as condições de vida dos trabalhadores»⁴⁵¹, bem como e de particular relevância a possibilidade de os trabalhadores «participarem dos lucros e do êxito da empresa, e não apenas a cúpula (...) ao participar nas tarefas e nos lucros, o funcionário tem a sua identificação com o trabalho aumentada, melhora do rendimento e uma maior consciência dos custos da empresa»⁴⁵², abrindo-se aqui portas, uma vez mais, à subscrição dos anseios de Karl Marx ao esboçar que:

A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é a base da pequena empresa, a pequena empresa uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. Na verdade, esse modo de produção existe também durante a escravidão, a servidão e outras relações de dependência. Mas ela só floresce, só liberta toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada, onde o trabalhador é livre proprietário privado das condições de trabalho manipuladas por ele mesmo, o camponês da terra que cultiva, o artesão dos instrumentos que maneja como um virtuose⁴⁵³.

A passos largos vamos sendo conduzidos, para a realização sublime do ser humano trabalhador, à quinta essência da sua translação com a órbita do *trabalho*, onde «todo o progresso social se baseia na capacidade de produzir mais com menos trabalho»⁴⁵⁴ sob a consideração do facto de que «nada pode ser mais facilmente e menos artificialmente mecanizado que o ritmo do processo do trabalho, que, por sua vez, corresponde ao ritmo repetitivo do processo vital, igualmente automático, e ao seu metabolismo com a natureza»⁴⁵⁵ sujeitando à recorrência dos desígnios imateriais que ao descerem sobre as fantasias mundanas acabam por ditar que «se a atual tecnologia consiste em canalizar forças naturais para o mundo do artifício humano, a tecnologia do futuro pode vir a consistir em canalizar forças universais do cosmo que nos rodeia para a natureza da Terra»⁴⁵⁶, solucionando Mattick

⁴⁵⁰ Cortina (2017) apud Martinez, Tiago, «*Ética, Economia e Trabalho...*», op. cit., p. 110

⁴⁵¹ Martinez, Tiago, «*Ética, Economia e Trabalho...*», op. cit., p. 108

⁴⁵² Idem, ibidem, p. 109

⁴⁵³ Marx, Karl, «*O Capital, Crítica Da Economia Política, Tomo 2...*», op. cit., p. 379

⁴⁵⁴ Mattick, Paul, «*Marx & Keynes: Os limites...*», op. cit., p. 249

⁴⁵⁵ Arendt, Hannah, «*A Condição...*», op. cit., p. 200

⁴⁵⁶ Idem, ibidem, p. 202

para quem «sem o aumento dos lazes, não pode haver melhoria real da condição humana»⁴⁵⁷.

A emancipação do ser humano trabalhador perante o *trabalho*, ao longo da história, tem-se deparado com obstáculos de diversa ordem, se por um lado a interioridade do indivíduo sucumbiu perante a força do universal, por outro a exterioridade do governo dispersa-se no particular tornando-se para tal necessária «uma reforma abrangente e integrada do mercado de trabalho. Que em vez de proteger o emprego, proteja o capital humano, na perspectiva do trabalhador e da empresa»⁴⁵⁸ sendo imperioso reconhecer que tal unicidade, como se foi evidenciando nos variados contextos, encontrará apenas lugar na verdadeira essência do governo, visto que este é:

Um subsumir do particular no universal, podendo assim neste conceito distinguir-se os momentos da universalidade oposta ao particular, em seguida, a subsunção, e esta subsunção é por seu turno uma subsunção dupla, a saber, a ideal e a real – aquela na qual é sob a universalidade formal que se põe o particular, esta, a verdadeira universalidade, com a qual ele se põe como um.⁴⁵⁹

O homem e a mulher trabalhador necessita emanar a sua natureza para se libertar dessa lei cíclica que os faz pender recorrentemente para a extremar a imanência do *trabalho*, as capacidades e habilidades vão muito além do molde que as aguarda *a priori*, tendo em si uma existência à espera de se soltar dos grilhões do passado encontrando, para isso, no ócio «aquilo de que a maioria das pessoas precisa mais e tem menos – mas um ócio sem necessidades, pois o ócio do esfomeado não é o verdadeiro ócio, mas uma atividade constante de luta pela sobrevivência»⁴⁶⁰, com efeito já poucas razões persistem em tardarmos a reconhecer que vivemos atualmente:

O sonho de Aristóteles (...) as nossas máquinas a vapor, com membros de aço, infatigáveis, de maravilhosa e inesgotável fecundidade, realizam por si próprias docilmente o seu trabalho sagrado; e, no entanto, o génio dos grandes filósofos do capitalismo continua a ser dominado pelo preconceito do salariado, a pior das escravaturas. Ainda não compreendem que a máquina é o redentor da humanidade, o Deus que resgatará o homem

⁴⁵⁷ Mattick, Paul, «*Marx & Keynes: Os limites...*», op. cit., p. 261

⁴⁵⁸ Centeno, Mário, «*O trabalho, uma visão...*», op. cit., p. 18

⁴⁵⁹ Hegel, George W. F., «*O sistema da...*», op. cit., pp. 86 - 87

⁴⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 261

das sórdidas artes e do trabalho assalariado, o Deus que lhe dará tempos livres e a liberdade.⁴⁶¹

A cumplicidade entre os órgãos que dependem desse organismo vivo cuja vitalidade supera as partes, exige uma simbiótica sinergia potenciadora de uma cinética superlativa do particular que transcendeu o unidimensional para um universo onde o «trabalho é o ritmo do punho, dos pensamentos, do coração, da vida de dia e de noite, de ciência, amor, arte, fé, religião, guerra; trabalho é a oscilação do átomo e a gravidade que move estrelas e sistemas solares»⁴⁶² e aqui como resultado de uma contração espacial o conceito volta a se sobrelevar na intuição sob:

O intento de recuperar a unidade dentro e no meio dos homens que constituiria, por seu turno, uma realização de autonomia, e de descrever, sem abstrações vazias e segregadoras, a experiência humana integral com as suas tensões e oposições indestrutíveis, mas objeto de uma possível reconciliação. O cerne de tal esforço é a noção de Espírito, enquanto grandeza cósmica, como realidade supraindividual, como espírito de um povo, sujeito da história, e de que o homem é veículo na sua vida espiritual.⁴⁶³

A recomposição das dimensões cósmicas até aqui em competição, agora harmonizadas por uma energia cooperativa, reordena a sua composição material numa conceção superior nutrida de um etéreo alento que emancipa não o trabalhador nem o *trabalho*, mas sim a natureza que se sublima no Uno.

⁴⁶¹ Lafargue, Paul, «*O Direito à Preguiça*», op. cit., p. 26

⁴⁶² Jünger, Ernst, «*The Worker*», op. cit., p. 45

⁴⁶³ Artur Morão, Advertência ao leitor, in Hegel, George W. F., «*O sistema da...*», op. cit., p. 7

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *trabalho* tem assumido um papel de significativa relevância na organização política e social da sociedade como um todo, o qual evoca uma preocupação constante e transversal a todas as áreas do saber, merecendo assento permanente na definição de estratégias para os desafios sociais e econômicos. A sua intemporalidade é tão longínqua quanto a da própria humanidade, tal como o seu debate. Se remotamente onde a memória perde alcance ele permanecia no discurso uno e introspectivo do homem e mulher trabalhador, também ele ganhando voz e expressividade própria deu lugar a um encontro de monólogos, até que fosse possível restabelecer o diálogo entre ambos, como se de vontades distintas se tratasse, uma espécie de transtorno dissociativo de identidade do próprio ser humano talvez resultado do sofrimento infligido à sua natureza pela artificialidade por si criada, é neste sentido que Honneth afirma «as lutas pela transformação do trabalho e por melhores salários não devem ser entendidas como um conflito estratégico. O motor das lutas de classe não decorre simplesmente da miséria gerada pelo capitalismo, mas do fato de que este destrói as condições sociais para a formação bem-sucedida da identidade»⁴⁶⁴. Essa faceta ventríloqua reflete-se na polarização dos discursos públicos em termos de políticas para o *trabalho*, onde o meio-termo não é o ponto de equilíbrio senão apenas a menor distância que persiste entre esses dois polos. A ausência de uma definição clara do conceito de *trabalho* é um expressivo reflexo de como os buracos negros de outras dimensões continuam a subsumir em si as forças criadoras de um cosmos maior, universal, congregador dos mais honestos pensamentos evocativos de um espírito são e unificador da vontade e da razão humana.

A sociedade moderna indaga-se com maior frequência sobre qual é efetivamente a sua relação com o *trabalho*, uma vez que «há pessoas que se sentem castigadas como Sísifo, deslumbradas feito Ícaro. Há os que veem o trabalho como “bem árduo” para se tornar um ser humano melhor, como afirma São Tomás de Aquino, e há, ainda, os que olham o trabalho como meio de sofrimento para que possam se fortalecer e entrar no reino do céu»⁴⁶⁵, em boa verdade se tem observado o movimento cíclico, já discutido, e se por vezes sujeito a impulsos centrípetos ou centrífugos dependendo da energia libertada pelas tensões, conferindo-lhe um

⁴⁶⁴ Honneth apud Bressiani, Nathalie, «Do trabalho ao reconhecimento...», op. cit., p. 31

⁴⁶⁵ Nascimento, Tiago G. do, et al., «Ética e trabalho: desafios...», op. cit., p. 842

carácter espiral, já por outras vezes parece estagnar num círculo fechado e imutável, impróprio de um braço de ferro de forças de igual ordem, antes pelo contrário, bastante próprio de uma pragmática inércia por onde se infere que «a emancipação do trabalho e a concomitante emancipação das classes trabalhadoras da opressão e da exploração certamente significaram progresso na direção da não violência. Muito menos certo é que tenham representado um progresso também na direção da liberdade»⁴⁶⁶.

Propalando-se no tempo este conformismo conceptual cujo impasse poderia ter sido resolvido pelo Oráculo de Delfos, depara-se agora com a inquietação provocada pelas tísicas súplicas do ser trabalhador que vê agora a sua emancipação, o tímido lusco-fusco da liberdade a espreitar, pela porta que se entreabre, não sendo para menos o facto de «o desequilíbrio trabalho-vida, deterioração na qualidade do trabalho e uma mudança no equilíbrio de poder que reduz a autonomia e responsabilidade, serem três males em torno do trabalho que perturbam as sociedades industriais avançadas»⁴⁶⁷, achando-se o momento de despertar e tomar em consideração que se nas «economias desenvolvidas que funcionam bem, uma cultura de trabalho adequada pode aumentar a eficiência económica, aumentando a acumulação de capital humano complementar de uma maneira que vai além do escopo das empresas numa economia competitiva»⁴⁶⁸, então estamos em condições de poder avançar e assumir que «se o trabalho é um veículo para o desenvolvimento das capacidades humanas e o desenvolvimento dessas capacidades é uma condição do florescimento humano ou uma característica constitutiva dele, então o trabalho em si deve ser concebido como parte integrante de uma vida humana florescente, ou a “vida boa”»⁴⁶⁹.

Elevar o pensamento além do ruído do conflito, do embate de titãs, e permitir que nele penetre a clarividência de um pacífico encontro dessas duas naturezas que nada mais são além de duas faces que harmoniosamente apenas são o belo quando unidas num mesmo rosto, deveremos recordar como na era pós-industrial somos levados «a um paradoxo: no momento em que a teoria não vê mais trabalho, o trabalho tornou-se em toda a parte a garantia comum. O esvaziamento teórico do problema do trabalho corresponde à sua plenitude máxima como

⁴⁶⁶ Arendt, Hannah, «*A Condição...*», op. cit., p. 174

⁴⁶⁷ Smith, Nicholas H., «*Chapter 7: Three normative...*», op. cit., p. 243

⁴⁶⁸ Congleton, Roger D., «*The economic role of...*», op. cit., p. 378

⁴⁶⁹ Smith, Nicholas H., «*Chapter 7: Three normative...*», op. cit., p. 253

substância da ação humana»⁴⁷⁰, pelo que reconhecemos agora como «o Renascimento descobriu a liberdade do trabalho, a vis via: a materialidade o interpretava, a modernidade capitalista o subjugava. Hoje, a recusa do trabalho assalariado e o desenvolvimento das forças produtivas intelectuais repropõem intacta essa alternativa derrotada e eliminada no alvorecer da modernidade»⁴⁷¹, o que nos permite voltar a acreditar que «o mundo do que é verdadeiro, do que é bom e do que é belo é um mundo “ideal”, na medida em que está além das relações de vida existentes, além de uma forma de existência em que a maioria dos Homens trabalham como escravos ou passam a vida no comércio e apenas uma pequena parte tem a possibilidade de lidar com o que vai além da mera preocupação de obter e preservar o que é necessário»⁴⁷², não obstante «toda a riqueza e toda a pobreza vêm de si mesmo e o afetam. Cada indivíduo está em relacionamento imediato consigo mesmo: sem mediação terrestre ou celestial. E, por isso, também está em relacionamento imediato com todos os outros»⁴⁷³, também o trabalhador se torna agora consciente de ser-em-Si e de si-no-Outro.

Neste regresso a si do ser humano, o conceito subsumido na intuição, a natureza começa a reencontrar-se consigo mesma e a aflorar enquanto elemento do universal, «a relação entre energia, vida e trabalho faz parte do vínculo comum que temos com todos os outros organismos vivos e, em simultâneo, a nossa intencionalidade, a nossa infinita habilidade e capacidade de encontrar satisfação até no mundano fazem parte de um legado revolucionário apurado desde os primeiríssimos sinais de vida na terra»⁴⁷⁴, por esta via a condição do trabalhador se volta para o objeto do *trabalho*, *trabalho* esse que «pode ser visto como lugar de autorrealização do homem, extensão da sua personalidade, espaço de criatividade, onde ele fala de si, mostra-se diante do seu grupo social, expressa a sua identidade, presta um serviço social e contribui para o bem comum»⁴⁷⁵, o homem e a mulher defrontam-se novamente com a oportunidade de assumir maior controlo no empenho dessas suas capacidades e «quanto mais puderem se beneficiar das suas decisões, mais controlo terão sobre parcelas significativas das suas vidas, e serão mais capazes de viver as suas vidas

⁴⁷⁰ Hardt, Michael; Negri, Antonio, «*Il Lavoro De...*», op. cit., p. 17

⁴⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 27

⁴⁷² Marcuse, Herbert, «*Cultura y Sociedad...*», op. cit., p. 2

⁴⁷³ Idem, *ibidem*, p. 11

⁴⁷⁴ Suzman, James, «*Trabalho, uma história...*», op. cit., p. 311

⁴⁷⁵ Gonçalves, Maria H.B.; Wyse, Nely, «*Ética &...*», op. cit., p. 61

de acordo com os seus próprios fins livremente e reflexivamente escolhidos»⁴⁷⁶ mas também aqui se exige prudência, o cuidado de evitar o precipício da recorrência, atenta Marcuse:

A verdadeira satisfação dos indivíduos não é alcançada numa dinâmica idealista que sempre adia a sua realização ou a transforma em desejo pelo inatingível. Somente opondo-se à cultura idealista essa satisfação pode ser alcançada; somente opondo-se a essa cultura ela ressoará como uma necessidade universal. A satisfação dos indivíduos apresenta-se como a exigência de uma modificação real das relações materiais de existência, uma nova vida, uma nova organização do trabalho e do prazer.⁴⁷⁷

Somente aqui se realiza o indivíduo enquanto trabalhador perante o objeto que é tão simplesmente a forma do *trabalho*, não numa relação de oposição, desejavelmente numa emergente cooptação sinérgica.

A eflorescência do ser é, nestes termos, o fenómeno que preserva o mais alto valor do singular, «o conceito absoluto, e o indivíduo, considerado sob esta abstração absoluta, é a pessoa»⁴⁷⁸, a vida é que lhe confere essa finalidade, representando «a abstração levada ao mais alto grau, da sua intuição, mas a pessoa é o puro conceito dessa mesma intuição e, claro está, este conceito é o próprio conceito absoluto»⁴⁷⁹, deste modo o trabalhador carece das condições que avocam a cada momento as singularidades da sua natureza enquanto ser universal, para as quais a sua busca atende a que «a cessação do trabalho é ela própria um prazer e faz parte da felicidade da vida, felicidade esta que não se pode apreciar em ocasião das ocupações e que só é bem sentida nos momentos de lazer. Não nos entregamos ao trabalho senão com vistas a algum fim. A felicidade é um destes fins»⁴⁸⁰.

A terra prometida para a realização do ser humano enquanto trabalhador na medida em que aqui se tem vindo a perspetivar e a promover a sua edificação requer que este seja visto e atue como um todo, não como uma unidade mas sim como a unidade, e esta forma orgânica está para além deste enquanto órgão vital, incluindo-o como elemento de um organismo mais complexo e dinâmico, uma potência absoluta, é neste intuito com que para tal contamos com toda a razão cósmica presente na matéria inicialmente dispersa e que agora

⁴⁷⁶ Cwik, Bryan, «*Labor as the Basis...*», op. cit., p. 689

⁴⁷⁷ Marcuse, Herbert, «*Cultura y Sociedad...*», op. cit., p. 9

⁴⁷⁸ Hegel, George W. F., «*O sistema da...*», op. cit., p. 38

⁴⁷⁹ Idem, *ibidem*

⁴⁸⁰ Aristóteles, «*Política*», op. cit., p. 57

se reúne, pelo que para que esse mesmo propósito se realize «não devemos considerar as instituições da vida ética “apenas como um limite ao nosso poder de autorrealização, mas como uma estrutura categórica necessária na qual a nossa capacidade e poder individuais podem florescer”»⁴⁸¹, de igual modo «o governo deve ao mesmo tempo ser o universal positivamente absoluto, pelo que é a potência absoluta; e a questão reside sob todos os aspetos na diferença de que o governo seja verdadeiramente potência contra o particular, de que os indivíduos estejam necessariamente no universal e no ético»⁴⁸², senão vejamos que «o movimento do povo é, pois, governo»⁴⁸³ e desse modo é nele que também «o universal e o particular estão pura e simplesmente ligados entre si e o absolutamente universal é pura e simplesmente determinado como tal e, deste modo, também o particular»⁴⁸⁴, daqui concluindo-se pela mão de Hegel, «o movimento orgânico deve conhecer-se, porquanto a intuição subsume o conceito e porquanto o conceito subsume a intuição»⁴⁸⁵, realiza-se aqui a conceção máxima a que se propõe a imersão na definição do *trabalho* ao (re)significar-lhe o trabalhador e deste a natureza que neles se transcende.

Um novo raiar vibra no azul-celeste aquele de onde tudo parte e a si retorna pela mesma ordem que impõe sobre a sua matéria, sobre os seus corpos e sobre os seus órgãos, semelhante natureza geradora de novos órgãos, de novos corpos. A ascensão de um novo organismo não elimina a particularidade de cada órgão, mas impede a vã existência a que cada qual estaria determinado ao persistir apenas enquanto ser-em-si, de modo análogo «ainda entendendo o profissional apenas como uma faceta do ser humano, uma parte do todo, esse tipo de atitude respeitosa com o outro deve ser um caminho ético a ser percorrido por todos em todos os ambientes»⁴⁸⁶, procurando definir um novo caminho, aquele que convirja em si as divergentes direções que apesar de permanecerem sobre uma mesma faixa percorrem vias diferentes, em virtude da «crescente separação entre trabalho manual e intelectual [que] impediu que o trabalhador tivesse acesso ao conhecimento, excluindo-lhe a autonomia, o

⁴⁸¹ Hardt, Michael; Negri, Antonio, «*Il Lavoro De...*», op. cit., p. 71

⁴⁸² Hegel, George W. F., «*O sistema da...*», op. cit., p. 78

⁴⁸³ Idem, ibidem, p. 87

⁴⁸⁴ Idem, ibidem

⁴⁸⁵ Idem, ibidem, p. 88

⁴⁸⁶ Nascimento, Tiago G. do, et al., «*Ética e trabalho: desafios...*», op. cit., p. 843

desenvolvimento da solidariedade e a expressão da liberdade indispensável ao exercício da cidadania»⁴⁸⁷, encontrando o seu rumo quando:

Na transição da democracia liberal para a democracia do trabalho ocorre a passagem do trabalho como modo de vida para o trabalho como estilo de vida. Por mais variadas que sejam as nuances em que essa transição ocorre - ela tem um único e mesmo significado, ou seja, o início do domínio do trabalhador, que está oculto por trás deles.⁴⁸⁸

Libertado o homem, a mulher, enfim, o trabalhador, o planalto da emancipação do *trabalho* realiza-se, pela subsunção do objeto e da condição no conceito, e por fim «ora a intuição no conceito, ora o conceito na intuição»⁴⁸⁹, a aparição do possível revela-se «quanto mais o povo se torna um consigo mesmo, com a natureza e a vida ética, tanto mais acolhe o divino em si e tanto mais abandona a religião que enfrenta o divino; e passa então pela reconciliação com o mundo e consigo mesmo, pela ausência de fantasia da irreligião e do entendimento»⁴⁹⁰, poucas dúvidas nos restam que «a verdadeira dignidade do trabalho flui da sua origem, que é a pessoa»⁴⁹¹ aventando-se no «espírito universal, [onde] tem cada um a certeza de si mesmo - a certeza de não encontrar, na efetividade essente, outra coisa que a si mesmo. Cada um está tão certo dos outros quanto de si mesmo»⁴⁹², podendo-se assim afirmar que «num povo livre, a razão em verdade está efetivada: é o espírito vivo presente»⁴⁹³.

O pilar matricial do debate que pretende instigar a indigência conceptual fundadora das clivagens ideológicas nas discussões sobre o *trabalho* está erguido, repousando sobre ele o espírito que é «o meio-termo, que pressupõe aqueles extremos, e é produzido pelo ser-aí deles; mas é igualmente o todo espiritual que irrompe entre os extremos, que neles se fraciona, e só através desse contacto produz cada um deles para [formarem] o todo em seu princípio»⁴⁹⁴, acolhendo em si o sacrifício expiatório do trabalhador que roga pela «*vita contemplativa simpliciter melior est quam vita activa* (“a vida dedicada à contemplação é simplesmente melhor que a vida dedicada à ação”))»⁴⁹⁵.

⁴⁸⁷ Gonçalves, Maria H.B.; Wyse, Nely, «*Ética &...*», op. cit., p. 42

⁴⁸⁸ Jünger, Ernst, «*The Worker*», op. cit., p. 185

⁴⁸⁹ Hegel, George W. F., «*O sistema da...*», op. cit., p. 11

⁴⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 100

⁴⁹¹ Brucculeri, Angelo S.J., «*O trabalho*», op. cit., p. 9

⁴⁹² Hegel, George W. F., «*Fenomenologia do...*», op. cit., p. 252

⁴⁹³ Idem, *ibidem*

⁴⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 352

⁴⁹⁵ Arendt, Hannah, «*A Condição...*», op. cit., p. 360

A Humanidade aprendeu a trabalhar para si, forçou-se a trabalhar para as máquinas, revolucionou-se ao trabalhar com as máquinas e evolui com as máquinas a trabalharem para si, resta-lhe libertar-se em si!

*O homem superior, o mais forte, o mais belo, é aquele
que mais desinteressadamente serve a comunidade.
E uma sociedade será tanto mais sólida e perfeita quanto
maior o número dos espíritos que a servem com puro desinteresse.
Jaime Cortesão, Cartas à Mocidade*

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS/WEBGRAFIA

- Albornoz, Suzana, *O que é Trabalho*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1986
- Arendt, Hannah, *A Condição Humana*, Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2020
- Aristóteles, *Política*; Disponível em:
< http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_aristoteles_a_politica.pdf >
- Bressiani, Nathalie, «Do *trabalho* ao reconhecimento: Axel Honneth entre Marx e Habermas», *Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade*, Vol. 25, N.º 3, São Paulo, 2020, pp. 13-34
- Brucculeri, Angelo S.J., *O trabalho*, Livraria Apostolado da Imprensa, Porto, 1959
- Burgos, Sonia A. F.; García, Enrique R., «Derecho al trabajo decente para el desarrollo. Una mirada a través de la teoría de los salarios de eficiencia», *Eseconomía*, vol. XV, n.º 52, 2020, pp. 81-114
- Catelli Jr., Roberto, *et al.*, *Ética, Política e Trabalho*, AJS, São Paulo, 2020
- Centeno, Mário, *O trabalho, uma visão de mercado*, FFMS, Lisboa, 2013
- Congleton, Roger D., «The economic role of a work ethic», *Journal of Economic Behavior & Organization*, Vol. 15, n.º 3, 1991, pp. 365-385
- Cwik, Bryan, Labor as the Basis for Intellectual Property Rights, Ethical Theory and Moral Practice, vol 17, n.º 4, 2014, pp. 681-695

- Foundation, Joseph Rowntree, *Is Universal Basic Income a good idea?*, p. 4; Disponível em: < <https://www.jrf.org.uk/report/universal-basic-income-good-idea> >
- Giráldez, Iker, J., «La economía subjetiva del Capital Humano (Notas para una reflexión ética y política)», *Isegoria*, n. ° 64, 2021, pp. 1-11
- Gonçalves, Maria H.B.; Wyse, Nely, *Ética & Trabalho*, SENAC, Rio de Janeiro, 1996
- Harari, Yuval Noah, *Sapiens: Uma breve história da humanidade*, L&PM Editores, S/L, 2015, p. 47; Disponível em: < <https://asdfs.com/48AnQ~s> >
- Hardt, Michael; Negri, Antonio, *Il Lavoro di Dioniso, Per la critica dello Stato postmoderno*, Manifestolibri, Roma, 1995
- Hegel, George W. F., *Fenomenologia do Espírito*, Vozes, Rio de Janeiro, 2003
- Hegel, George W. F., *O sistema da vida ética*, Edições 70, Lisboa, 2018
- Hoorn, André van; Maseland, Robbert, «Weber, Work Ethic and Well-Being», *Papers on Economics of Religion*, Department of Economic Theory and Economic History of the University of Granada, n. ° 08/07, 2008, pp. 1-39
- ICLS, *Resolution I: Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization*, International Labour Office, 2013; Disponível em: < http://www.ilo.ch/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_230304.pdf >
- ILO, *Glossary of Statistical Terms*, Disponível em: < <https://ilostat.ilo.org/resources/concepts-and-definitions/glossary/> >
- Jünger, Ernst, *The Worker*, Ernst Klett, Estugarda, 1982

- Lacroix, André, «La dimension éthique del'organisation du travail», *Éthique publique*, vol. 11, n° 2, 2009, pp. 139-146
- Lafargue, Paul, *Direito à Preguiça*; Disponível em: < <https://docero.com.br/doc/ecx0v8e> >
- Lopes, André, «Elon Musk diz que renda básica será a forma de mitigar o impacto de robôs», *Revista Exame*, 2021, s/p
- Marcuse, Herbert, *Cultura y Sociedad, Acerca del carácter afirmativo de la cultura*, p. 2; Disponível em: < <https://docero.com.br/doc/nc8eev1> >
- Marrewijk, Marcel van; Timmers, Joanna, «Human Capital Management: New Possibilities in People Management», *Journal of Business Ethics*, vol 44, n. º 2/3, 2003, pp. 171-184
- Martinez, Tiago, *Ética, Economia e Trabalho na Modernidade Líquida*, Appris, Curitiba, 2020
- Marx, Karl, *Manuscritos Filosófico-Económicos*, Boitempo, São Paulo, 2004
- Marx, Karl, *O Capital, Crítica Da Economia Política, Livro Primeiro, Tomo 2*, Editora Nova Cultural, São Paulo, 1996
- Marx, Karl, *O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I, O processo de produção do capital, Tomo I*, Boitempo, São Paulo, 2013; Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf >
- Mattick, Paul, *Marx & Keynes: Os limites da economia mista*, Antígona, Lisboa, 2010

- Nascimento, Tiago G. do, *et al.*, «Ética e trabalho: desafios para a vivência na contemporaneidade», *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, vol. 12, n. º 42, 2018, pp. 832-844
- Piketty, Thomas, *O Capital do Século XXI*, Intrínseca, Rio Janeiro, 2014
- Rocher Guy, *Sociologia Geral 4*, Editorial Presença, Lisboa, 1971
- Romio, Edson, *Renda Básica Universal: Uma ferramenta viável?*, UFRGS, Porto Alegre, 2021
- Serb, Diana E.; Cicioc, Nicoleta C., «Human Capital in the current labor market of Europe», *Risk in Contemporary Economy*, 2015, pp. 143-152
- Smith, Adam, *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*, Nova Cultural, São Paulo, 1996
- Smith, Nicholas H., «Chapter 7: Three normative models of work», *New Philosophies of Labour: Work and the Social Bond*, Brill. 2012, pp. 238-271
- Suzman, James, *Trabalho, uma história de como utilizamos o nosso tempo*, Saída de Emergência, Porto Salvo, 2021
- Weber, Max, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Editorial Presença, Lisboa, 2018

WEBGRAFIA

- Friedman, Milton, *A História de um Lápis*:
<https://www.youtube.com/watch?v=skx8a90xI78>
- Chaplin, Charles, *Charlie Chaplin in Modern Times*:
<https://www.youtube.com/watch?v=EAnhodvVvmc>

